

ESTACAO NAVAL DO RIO GRANDE

Edital 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	785800-ESTACAO NAVAL DO RIO GRANDE	ALEX APARECIDO DE SOUZA	23/01/2026 15:56 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		63195.001286/2025-97

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90001/2026

CONTRATANTE (UASG)

ESTAÇÃO NAVAL DO RIO GRANDE (785800)

OBJETO

Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços de limpeza, desgaseificação, tratamento de superfície e pintura interna de tanques (Republicação do Grupo 5 do PE 90003/2025)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 697 393,00 (seiscentos e noventa e sete mil trezentos e noventa e três reais)

Critério de Julgamento:

menor preço por grupo

Modo de disputa:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

ESTAÇÃO NAVAL DO RIO GRANDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

(Processo Administrativo nº 63195.001286/2025-97)

Torna-se público que a Estação Naval do Rio Grande (ENRG), por meio do Departamento Industrial (ENRG-20), sediada na Avenida Honório Bicalho, 09 - Getúlio Vargas, Rio Grande - RS, 96201-020, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de limpeza, desgaseificação, tratamento de superfície e pintura interna de tanques (Republicação do Grupo 5 do PE 90003/2025), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 1 (um) único grupo, formado por 6 (seis) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que compõe o grupo.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. sociedades cooperativas;

3.6.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.10.5 e 3.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

- 5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário para cada item;

6.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o total de cada item.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 10 (dez) reais.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.[A4]

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas brasileiras;

7.22.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.10.2. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.12.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo telefone (53) 3233 6241, ou através dos e-mails: jairo.brito@marinha.mil.br ou silva.victor1@marinha.mil.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de NO MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até DUAS HORAS, para:

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 3 (três) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 3 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.marinha.mil.br/licitacoes-e-contratos>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a

decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: enrg.licitacao@marinha.mil.br ou telefone: (53) 3233 6298.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.marinha.mil.br/licitacoes-e-contratos>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice I do Anexo I – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

16.11.1.2. Apêndice II do Anexo I – Termo de Ciência e Concordância;

16.11.1.3. Apêndice III do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.1.4. Apêndice IV do Anexo I – Mapa Comparativo de Preços;

16.11.1.5. Apêndice do V Anexo I – Termo de Justificativas Técnicas Relevantes;

16.11.1.6. Apêndice do VI Anexo I – Instrumento de Medição de Resultado;

16.11.1.7. Apêndice do VII Anexo I – ENGENALMARINST 60-01E;

16.11.1.8. Apêndice VIII do Anexo I – Declaração de Vistoria e Pleno Conhecimento do Local e das Condições de Realização do Serviço;

16.11.1.9. Apêndice IX do Anexo I – Declaração de Renúncia de Vistoria por possuir Pleno Conhecimento do Local e das Condições de Realização do Serviço;

16.11.1.10. Apêndice X do Anexo I – Termo de Recebimento Provisório;

16.11.1.11. Apêndice XI do Anexo I – Termo de Recebimento Definitivo;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.4. Anexo IV – Minuta de Planilha Orçamentária para Auxílio na Elaboração das Propostas;

Rio Grande - RS, na data da assinatura.

LEANDRO FERREIRA NUNES
Capitão de Fragata
Comandante

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria n.º 72/2025 - ENRG, de 17 de setembro de 2025.

ALEX APARECIDO DE SOUZA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 23/01/2026 às 15:54:41.

Despacho: Portaria n.º 72/2025 - ENRG, de 17 de setembro de 2025.

JAIRO SILVA DE MACEDO BRITO

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 23/01/2026 às 15:56:44.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Termo de Referencia.pdf (4.06 MB)
- Anexo II - Minuta de Termo de Contrato.pdf (193.43 KB)
- Anexo III - Minuta de Ata de Registro de Precos.pdf (156.5 KB)
- Anexo IV - Minuta de Planilha Orcamentaria para Auxilio na Elaboracao das Propostas.pdf (32.58 KB)

ESTACAO NAVAL DO RIO GRANDE

Termo de Referência 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	785800-ESTACAO NAVAL DO RIO GRANDE	ALEX APARECIDO DE SOUZA	23/01/2026 15:23 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		63195.001286/2025-97

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 63195.001286/2025-97)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Republicação do Grupo 5 do PE 90003/2025 - Contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de limpeza, desgaseificação, tratamento de superfície e pintura interna de tanques, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. Havendo divergências entre o CATSER e descrição do serviço correspondente, deverá ser considerada como válida a descrição do serviço.

SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESGASEIFICAÇÃO, TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE E PINTURA INTERNA DE TANQUES						
ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO	CATSER	UF	QDE	VALOR UNITÁRIO DO ITEM	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Limpeza e desgaseificação de tanques de óleo combustível com emissão de laudo técnico. O volume residual dos tanques e dos resíduos gerados durante a limpeza deverão ser retirados e destinados conforme legislação vigente.	27936	m³	100	R\$ 373,93	R\$ 37.393,00
2	Limpeza dos tanques de aguada.	2941	m³	1000	R\$ 181,93	R\$ 181.930,00
3	Tratamento Mecânico Grau St3 das superfícies internas dos tanques + aplicação de primer.	2941	m²	200	R\$ 248,50	R\$ 49.700,00
4	Aplicação de esquema de pintura de tanques de aguada, conforme ENGENALMARINST N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	17078	m²	1000	R\$ 185,92	R\$ 185.920,00
5	Aplicação de esquema de pintura de tanques de combustíveis, lubrificantes, lastro e séptico, conforme ENGENALMARINST N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	17078	m²	1000	R\$ 218,70	R\$ 218.700,00

6	Retirada de resíduos oleosos e destinação conforme legislação vigente.	27936	m³	50	R\$ 475,00	R\$ 23.750,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO					R\$ 697.393,00	

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comuns de engenharia**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **90 (noventa) dias** contados do recebimento da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo III deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo III deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07 /2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010;
- 4.1.2. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.
- 4.1.3. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.
- 4.1.4. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:- lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;- lançamento in natura a céu

aberto, excetuados os resíduos de mineração;- queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;- outras formas vedadas pelo poder público.

4.1.5. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;

4.1.6. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.1.7. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis;

4.1.8. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.1.9. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

4.1.10. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento; e

4.1.11. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.

Subcontratação

4.2. Devido à possibilidade da contratada não possuir licença ambiental para retirada e destinação de resíduos oleosos, será permitida a subcontratação parcial do objeto apenas para estes serviços.

4.3. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

4.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.5. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.6. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.9. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá, FACULTATIVAMENTE, realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:30 horas às 15:30 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (53) 3233 6241, ou através dos e-mails: jairo.brito@marinha.mil.br ou silva.victor1@marinha.mil.br;

4.10. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.11. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.12. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.13. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: até 5 (cinco) dias contados do recebimento da Nota de Empenho.

5.1.2. Cronograma de realização dos serviços:

5.1.2.1. O cronograma de execução dos serviços será definido entre o Fiscal do Contrato e o representante técnico da CONTRATADA, mediante reunião de alinhamento de execução.

5.1.2.2. Após o recebimento da Nota de Empenho a CONTRATADA deverá encaminhar ao Fiscal do Contrato uma relação contendo o nome, RG e CPF de seus funcionários e veículos que poderão prestar os serviços, de modo que possam ser providenciados os respectivos cartões de acesso, bem como uma cópia dos seguintes documentos: RG, CPF, carteira de trabalho e atestado de bons antecedentes com validade de 90 dias.

5.1.2.3. O prazo da CONTRATADA encaminhamento da relação de funcionários e veículos bem como das cópias discriminadas no subitem anterior é de 3 (três) dias contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

5.1.2.4. A emissão da Nota Fiscal deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

5.1.2.5. A execução dos serviços será iniciada SEMPRE após a emissão da Nota de Empenho por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA, cujas etapas observarão o seguinte cronograma:

5.1.2.5.1. O prazo máximo para iniciar a execução do serviço se dará conforme disposto no subitem 5.1.1. deste TR;

5.1.2.5.2. A conclusão de um serviço se concretizará mediante a certificação (pelo Fiscal do Contrato ou seu substituto) da Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA;

5.1.2.5.3. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

5.1.2.5.4. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

5.1.2.5.5. A CONTRATADA fica obrigada a substituir, às suas expensas, no todo, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à

fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

5.1.2.5.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos relatórios exigíveis;

5.1.2.5.7. A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados;

5.1.2.5.8. No prazo de até 5 (cinco) dias a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços;

5.1.2.5.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor;

5.1.2.5.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo fixado pelo Fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Organizações Militares (OM) da Marinha do Brasil (MB) sediadas na cidade do Rio Grande - RS, ou em trânsito na mesma.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: período normal de trabalho que compreenda a semana com 5 (cinco) dias, com 8 (oito) horas diárias de operação, de segunda a sexta-feira, no horário de 07h30 às 16h30 (horário local), com intervalo de 1 (uma) hora para almoço.

5.4. A utilização dos serviços da contratada em horários antes/após o expediente normal de trabalho, bem como em sábados, domingos e feriados, terão os mesmos preços que os praticados em expediente normal, bastando para isso comunicação prévia. O preço proposto não será acrescido de horas extras em hipótese alguma;

5.5. O período referente ao intervalo para almoço, não deverá ser computado como hora trabalhada.

Materiais a serem disponibilizados

5.6. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessários. Os materiais eventualmente necessários à execução e à prontificação dos serviços estão discriminados na descrição de cada serviço.

5.7. A CONTRATADA deverá observar, também, o uso de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e EPCs (Equipamentos de Proteção Coletiva) em todo o seu quadro de funcionários, considerando o ambiente de risco e objetivando a garantia da saúde e da segurança do trabalhador em seu ambiente de trabalho.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.8. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.8.1. É responsabilidade da CONTRATADA fornecer todos os materiais e serviços necessários para conclusão integral do serviço;

5.8.2. Todos os equipamentos e e ferramentas necessários para a execução do objeto desta contratação devem estar aferidos com certificado de aferição e rastreabilidade;

5.8.3. A contratada deverá apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente à execução e supervisão dos serviços, com indicação do responsável técnico.

Especificação da garantia do serviço

5.9. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.10. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.10.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.10.1.1. Macacão de segurança (em tecido antichamas e resistente a rasgos, para proteção do corpo inteiro);

5.10.1.2. Calça e camisa de manga longa (como alternativa ao macacão, para dias de calor ou tarefas específicas);

5.10.1.3. Jaqueta ou blusão térmico impermeável (para atividades externas ou em baixas temperaturas);

5.10.1.4. Camisetas tipo meia malha, com manga curta, para uso por baixo do uniforme principal;

5.10.1.5. Botina de segurança com biqueira de aço e solado antiderrapante, conforme NR 6;

5.10.1.6. Capa de chuva ou conjunto impermeável, para serviços externos em condições climáticas adversas;

5.10.1.7. Touca ou balaclava de proteção, quando necessário, especialmente em áreas com risco térmico;

5.10.1.8. Boné ou chapéu tipo árabe com proteção para nuca, para proteção solar, conforme atividades externas;

5.10.1.9. Meias de algodão, resistentes e confortáveis;

5.10.1.10. Cinto de utilidades, quando necessário para o transporte de ferramentas leves;

5.10.1.11. Luvas de proteção específicas, conforme o tipo de serviço (ex.: térmica, anticorte, borracha nitrílica);

5.10.1.12. Óculos de proteção, protetor auricular e outros EPIs, caso não sejam fornecidos separadamente.

5.10.2. Deverão ser entregues no mínimo 02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.10.3. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.10.3.1. Tratamento retardante a chamas, quando aplicável às funções com risco térmico (ex: caldeiraria pesada, soldagem, isolamento térmico);

5.10.3.2. Tratamento antiestático e hidrorrepelente, para uso em ambientes com presença de líquidos industriais ou vapores;

5.10.3.3. Tecido respirável, para conforto térmico em ambientes quentes e úmidos, como porões e tanques de navios;

5.10.3.4. Botina de segurança em couro hidrofugado, com biqueira de aço (ou composite), solado bidensidade em poliuretano (PU) com resistência a óleo, combustíveis e pisos escorregadios (antiderrapante), conforme NR 6 e norma ABNT NBR ISO 20344;

5.10.3.5. Luvas de proteção confeccionadas conforme o risco da atividade: couro para caldeiraria, borracha nitrílica para limpeza e pintura, térmicas para isolamento, etc.;

5.10.3.6. Jaquetas e blusões com forro térmico, para ambientes frios e úmidos;

5.10.3.7. Todos os materiais devem possuir certificado de aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho,

5.10.4. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.10.5. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.11. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.19. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.19.1. Elaboração de Requisições de Serviços de Terceiros (RSTs);

6.19.2. Elaboração de Autorizações de Execução de Serviços (AES), com suas respectivas Notas de Empenho (NE);

6.19.3. Realização de contato com a CONTRATADA, no sentido de autorizá-la a emitir Nota Fiscal (NF).

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.21. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo VI.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. O desembolso será realizado em parcela única para cada empenho emitido

7.4.2. Para realização do desembolso, o Fiscal do Contrato deverá:

7.4.3. Receber e aprovar todos os laudos/relatórios constantes nesse documento;

7.4.4. Receber e aprovar as notas fiscais emitidas pela empresa devidamente certificadas, atestando a conclusão dos serviços.

Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 2 (dois) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período compreendido para a realização do(s) serviço(s) pertinente(s) a cada Nota de Empenho.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em **22/09/2025**.

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (cinco décimos por cento)** a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários: conforme tabela constante no subitem 1.1. deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.15. Ato de autorização para o exercício da atividade de Engenheiro ou Técnico Industrial (Serviços de limpeza, desgaseificação, tratamento de superfície e pintura interna de tanques), expedido por Conselho Regional de Engenharia CREA ou por Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT, em plena validade, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.194, de 24 de novembro de 1966 e art. 12 da Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968.

9.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.22. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.25. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.26. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.27. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

9.28. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo** de 5% (cinco por cento) do **valor total estimado da parcela pertinente**.

9.29. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.30. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.31. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.32. O atendimento[A19] dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.33. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.34. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.38.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.35. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho Federal dos Técnico Industriais – CFT, em plena validade;

9.35.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.36. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.36.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas: Serviços de limpeza, desgaseificação, tratamento de superfície e pintura interna de tanques.

9.36.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.36.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.36.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.37. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.38. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.39. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.39.1. Para o Engenheiro Mecânico ou Engenheiro Naval: Serviços de limpeza, desgaseificação, tratamento de superfície e pintura interna de tanques.

9.39.2. Para o Técnico Mecânico Industrial ou Técnico em Construção Naval: Serviços de limpeza, desgaseificação, tratamento de superfície e pintura interna de tanques.

9.40. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.41. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.42. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.43. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.44. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.45. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.46. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.47. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.48. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.48.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na

localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.48.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.48.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.48.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.48.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.48.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.48.6.1. ata de fundação;

9.48.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.48.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.48.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.48.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.48.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.48.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 697 393,00 (seiscentos e noventa e sete mil trezentos e noventa e três reais), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1. deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Rio Grande-RS, na data da assinatura.

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato. Após a assinatura, será emitida a Nota de Empenho, que formalizará o início da execução dos serviços. A execução dos serviços deverá ser iniciada em até 5 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço. O não cumprimento dos prazos estabelecidos resultará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3.. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

4.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8 Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

- 4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 4.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- 4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.28. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 4.1.29. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 4.1.30. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 4.1.31. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 4.1.32. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 4.1.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 4.1.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 4.1.35. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 4.1.36. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 4.1.37. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 4.1.38. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

4.1.39. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.1. 40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

4.1.40.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

4.1.40.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

4.1.41. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

4.1.42. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

4.1.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

6.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.5.3. Indenizações e multas.

6.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Rio Grande-RS, Seção Judiciária de Rio Grande-RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico nº ____/____, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(*Nome e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria n.º 72/2025 - ENRG, de 17 de setembro de 2025.

ALEX APARECIDO DE SOUZA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 23/01/2026 às 15:17:53.

Despacho: Portaria n.º 72/2025 - ENRG, de 17 de setembro de 2025

JAIRO SILVA DE MACEDO BRITO

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 23/01/2026 às 15:23:18.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Vide Anexo I - Regras aplicaveis ao instrumento substitutivo ao contrato.pdf (7.28 KB)
- Anexo II - Vide Anexo II - Termo de Ciencia e Concordancia.pdf (7.28 KB)
- Anexo III - Estudo Tecnico Preliminar.pdf (157.97 KB)
- Anexo IV - Mapa Comparativo de Precos.pdf (2.94 MB)
- Anexo V - Termo de Justificativas Tecnicas Relevantes.pdf (134.28 KB)
- Anexo VI - Instrumento de Medicao de Resultado.pdf (88.75 KB)
- Anexo VII - ENGENALMARINST 60-01E.pdf (453.66 KB)
- Anexo VIII - Declaracao de Vistoria e Pleno Conhecimento do Local e das Condicoes de Realizacao do Servico.pdf (40.62 KB)
- Anexo IX - Declaracao de Renuncia de Vistoria por possuir Pleno Conhecimento do Local e das Condicoes de Realizacao do Servico.pdf (41.05 KB)
- Anexo X - Termo de Recebimento Provisorio.pdf (61.09 KB)
- Anexo XI - Termo de Recebimento Definitivo.pdf (59.65 KB)

EM BRANCO

EM BRANCO

ESTACAO NAVAL DO RIO GRANDE

Estudo Técnico Preliminar 9/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 63195.001286/2025-97

2. Descrição da necessidade

2.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços industriais necessários à Estação Naval do Rio Grande (ENRG) visando o atendimento ágil dos pedidos de serviço emitidos ao Departamento Industrial da ENRG e o apoio às Organizações Militares (OMs) clientes.

2.2. Os meios operativos da Marinha do Brasil (MB) executam atividades de patrulha e inspeção naval nas águas jurisdicionais brasileiras, contribuindo para a segurança nacional e para a segurança das atividades econômicas no mar. São ainda responsáveis por atividades de busca e salvamento (SAR), implicando diretamente na salvaguarda da vida humana no mar. Para que suas atribuições sejam cumpridas satisfatoriamente, faz-se mister que as OMs de apoio sejam ágeis e que prestem os serviços de manutenção e reparo com qualidade e em um tempo adequado, aumentando dessa forma a disponibilidade das embarcações da Marinha. Neste contexto a ENRG possui, entre outras, a atribuição de executar a manutenção e o reparo nos meios navais sediados na cidade do Rio Grande ou em trânsito na mesma e o apoio às OMs de terra da área de jurisdição do Comando do 5º Distrito Naval (Com5ºDN).

2.3. Dentro deste cenário, apresentando-se como uma medida estratégica para o cumprimento da missão da ENRG, a equipe de planejamento elaborou este estudo para a contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços industriais, os quais foram divididos em sete grupos, a saber:

- GRUPO 1: Serviços de caldeiraria pesada;
- GRUPO 2: Serviços de caldeiraria - forração, confecção de dutos e acessórios;
- GRUPO 3: Serviços de Caldeiraria - isolamento térmico;
- GRUPO 4: Serviços de tratamento e pintura de superfícies externas de embarcações;
- GRUPO 5: Serviços de limpeza, desgaseificação, tratamento de superfície e pintura interna de tanques;
- GRUPO 6: Serviços de fabricação e instalação de tubulações;
- GRUPO 7: Serviços de içamento e movimentação de cargas.

2.4. A composição de cada grupo, bem como a descrição e o quantitativo de cada item no grupo podem ser melhor compreendidos em tabela específica do item 7 deste estudo.

2.5. Ressalta-se que, em função do afastamento de grandes centros de comércio e de serviços, as OMs localizadas na cidade de Rio Grande contam com o apoio da ENRG na contratação de serviços de natureza industrial diversificada, contudo, nem sempre esses serviços podem ser previstos, uma vez que, historicamente, sempre surgem demandas inopinadas de atendimento de serviços industriais. Por esse motivo, é imprescindível a manutenção de atas de registro de preços dos serviços contemplados nesse processo licitatório.

2.6. Reitera-se a necessidade desta organização Militar ter em seu portfólio, um mínimo de serviços necessários e atender tempestivamente as OMs de terra ou navios pertencentes ao Com5ºDN, ou em trânsito nesta cidade. Ressalta-se também que por duas vezes no ano, a ENRG apoia os navios antárticos que fazem desta cidade, o último porto do Brasil, antes de prosseguirem viagem ao longínquo continente gelado para apoiar a Estação de Pesquisa, sendo a última oportunidade nacional de reparo, assistência ou mesmo socorro.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento Industrial - Divisão de Planejamento	Jairo Silva de Macedo Brito

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O objetivo desta licitação é selecionar a proposta mais vantajosa para a consecução de sua pretensão contratual.

4.2. Trata-se de serviço comum de engenharia de natureza não continuada e sem dedicação exclusiva de mão de obra.

4.3. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.3.1. Os serviços industriais ofertados deverão atender as especificações técnicas dentro dos padrões mínimos de qualidade estipulados nos delineamentos elaborados pelas Oficinas de Usinagem e Ajustagem, Oficinas de Motores, Rabetas e Viaturas, Oficinas de Redes, Estruturas e Metalurgia ou por solicitação específica de clientes externos atendidos por esta Estação Naval a fim de garantir sua eficiência e segurança.

4.3.2. Caberá à Contratada a instalação e o fornecimento de todos os materiais, ferramentas, EPIs e acessórios necessários para a perfeita execução das atividades contratadas à Marinha do Brasil (MB), incluindo toda a mão de obra necessária para a perfeita execução dos serviços deste certame.

4.3.3. Os equipamentos disponibilizados para o atendimento pela Contratada, deverão estar em perfeitas condições de uso e prontos para a operação, sendo a manutenção destas condições de operação de responsabilidade da Contratada;

4.3.4. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.3.5. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;

4.3.6. Para a execução dos serviços contemplados no GRUPO 7 (Serviços de Içamento e Movimentação de Cargas), a CONTRATADA deverá fornecer os guindastes conforme capacidade de içamento requerida, mão de obra especializada de operador e ajudante, acessórios necessários para movimentação e elevação de cargas tais como manilhas, olhais, lingas, cintas, elos de sustentação e pega chapas, transporte e montagem de contra pesos, elaboração de plano de rigging, fornecimento e abastecimento de combustível e assistência técnica, manutenção e substituição dos equipamentos caso necessário a fim de assegurar a continuidade dos serviços a serem prestados, não devendo ser aplicados custos adicionais para a CONTRATANTE.

4.3.7. O prazo de garantia dos serviços deverá ser aquele estabelecido no (Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

4.3.8. Os serviços serão prestados nas OMs da MB sediadas na cidade do Rio Grande ou em trânsito na mesma.

4.3.9. Os serviços deverão ser executados dentro do período normal de trabalho que compreenda a semana com 5 (cinco) dias de trabalho, com 8 (oito) horas diárias de operação, de segunda a sexta-feira, no horário de 07h30 às 16h30 (horário local), com intervalo de 01 (uma) hora para almoço.

4.3.10. A utilização dos serviços da contratada em horários antes/após o expediente normal de trabalho, bem como em sábados, domingos e feriados, terão os mesmos preços que os praticados em expediente normal, bastando para isso comunicação prévia. O preço proposto não será acrescido de horas extras em hipótese alguma;

4.3.11. O período referente ao intervalo para almoço, não deverá ser computado como hora trabalhada;

4.3.12. A não inclusão de algum insumo e equipamento de responsabilidade da Contratada na descrição deste Estudo Técnico Preliminar, que seja necessário à completa e correta realização do serviço a ser contratado, não exime a Contratada de fornecê-los sob nenhum pretexto;

4.3.13. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá, FACULTATIVAMENTE, realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:30 horas às 15:30 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (53) 3233 6241, ou através dos e-mails: jairo.brito@marinha.mil.br ou silva.victor1@marinha.mil.br;

4.3.14. A não realização de vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.3.15. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.3.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.3.17. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

4.3.18. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

4.3.19. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

- 4.3.20. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 4.3.21. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 4.3.22. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 4.3.23. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 4.3.24. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 4.3.25. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 4.3.26. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações do Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 4.3.27. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;
- 4.3.28. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 4.3.29. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.3.30. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;
- 4.3.31. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 4.3.32. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 4.3.33. Das referências normativas:
- 4.3.33.1. ENGENALMARINST Nº 60-01E - Pintura de Navios, Embarcações e Submarinos em Serviço;
- 4.3.33.2. Resolução Nº 1.137, de 31 de março de 2023, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), que dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, o Acervo Técnico-Profissional e o Acervo Operacional, e dá outras providências; e
- 4.3.33.3. Os termos técnicos deverão ser interpretados conforme o significado preconizado pelas Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualificação Industrial (CONMETRO) e Normas Técnicas internacionais.
- 4.3.34. Da habilitação técnica:
- 4.3.34.1. Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), em plena validade;
- 4.3.34.2. Comprovação da capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou técnico (na área profissional do grupo em que concorrer), detentor de atestado de responsabilidade técnica relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.
- 4.3.34.3. Entende-se, aqui, como pertencente ao quadro permanente do licitante, na data prevista vínculo por intermédio para entrega da proposta, de contrato/estatuto o sócio que comprove seu social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.
- 4.3.34.4. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em quantidades, características e prazos compatíveis com o objetos desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.3.34.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

4.3.34.6. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da Contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

4.3.34.7. Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do responsável técnico que participará da execução do serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

4.3.34.8. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual.

4.3.35. Critérios e Práticas de Sustentabilidade:

4.3.35.1. Atender aos critérios e práticas de sustentabilidade vigentes para as contratações, principalmente o que dispõe o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis;

4.3.35.2. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07 /2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010;

4.3.35.3. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

4.3.35.4. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

4.3.35.5. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- outras formas vedadas pelo poder público.

4.3.35.6. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;

4.3.35.7. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.3.35.8. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis;

4.3.35.9. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.3.35.10. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

4.3.35.11. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;

4.3.35.12. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Os serviços demandados são definidos como serviços comuns de engenharia e enquadram-se, nos termos da alínea "a" do inciso XXI, do Art. 6º, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021: “serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens”.

5.2. Para a contratação em tela, buscou-se analisar processos similares feitos pela própria ENRG, bem como por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisas no âmbito de pregões e contratações públicas (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam as necessidades desta Organização Militar e das unidades apoiadas. Do mesmo modo, foram realizadas prospecções por engenheiros e técnicos desta Organização Militar, buscando-se definir os serviços nas quantidades adequadas, os quais subsidiarão a elaboração do Termo de Referência.

5.3. As soluções para o presente quadro poderiam envolver:

5.3.1. Execução dos serviços pela própria Administração, o que exigiria contratação e treinamentos de novos servidores, além da aquisição de novos equipamentos, uma vez que a ENRG não possui militares qualificados em quantitativo suficiente para atender com celeridade e eficiência as demandas solicitadas, tampouco possui equipamentos à condução de tais atividades. A adoção desta solução, por consequência, requereria altos investimentos, além de não ser uma decisão que cabe apenas à ENRG;

5.3.2. Contratação de serviços terceirizados. A adoção desta solução é vantajosa devido à flexibilidade quanto à execução quando houver variação expressiva nas demandas de serviços (picos de demanda). Neste caso, investimentos adicionais não antevistos deixariam de ser necessários por parte da Administração, podendo esta contratar os serviços à medida que existirem as necessidades.

5.4. Considerando esses fatores, julga-se como solução mais adequada a contratação de empresa(s) terceirizada(s), especializada (s) na execução dos serviços em questão. Assim, promoveu-se consulta, seguindo o art. 23, §2º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que disciplina a realização da pesquisa de preços para a contratação de serviços comuns de engenharia nos processos licitatórios.

5.5. Com vistas a possibilitar a participação de empresas que possam atender os requisitos do Edital, será permitida a participação de entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, obtendo assim, uma maior competitividade e melhor relação benefício-custo para atender à necessidade da Administração.

5.6. Após avaliação e análise dos requisitos da contratação e levantamento de mercado, restou demonstrado que a escolha do tipo de solução a contratar é viável, promove a competição, satisfaz os requisitos definidos e atende aos aspectos de economicidade, eficácia e eficiência, sendo, portanto, uma solução adequada para propiciar o atingimento dos objetivos estabelecidos.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A contratação alinha-se aos objetivos desta OM prestadora de serviços e espera atender de forma rápida e satisfatória aos clientes externos que venham necessitar de pronto atendimento para execução de atividades de patrulha, inspeção e salvaguardada vida humana nas águas jurisdicionais brasileiras. Neste ensejo, a ENRG responsável pela manutenção de embarcações e organizações militares de terra, sediados na área de jurisdição do Com5ºDN ou em trânsito na mesma, lança mão deste processo licitatório a fim de obter um registro de preços pronto a atender a capacidade técnica desta OM.

6.2. A licitação será realizada através do procedimento auxiliar de Registro de Preços em virtude das necessidades pretendidas, nos requisitos fundamentais para a utilização desse sistema, conforme previsto no art. 85 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e no art. 3º, parágrafo único, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, a saber:

6.2.1. Nos termos do inciso I, os serviços a serem contratados enquadram-se como serviços de engenharia padronizados, com padrão técnico previamente definido, cujos procedimentos são replicáveis de forma uniforme e previsível, não demandando soluções altamente personalizadas ou exclusivas para cada situação. Tais serviços podem ser executados em diferentes locais, sem necessidade de elaboração de projetos específicos para cada demanda, o que caracteriza plenamente a possibilidade de padronização técnica e operacional exigida pela norma.

6.2.2. Em consonância com o inciso II, observa-se que a contratação visa atender à Estação Naval do Rio Grande (ENRG), às Organizações Militares clientes sediadas na cidade do Rio Grande e aos Navios da Marinha do Brasil em trânsito nessa localidade. Trata-se, portanto, de serviços de natureza recorrente e de necessidade frequente, cujos quantitativos exatos não podem ser previamente definidos, justificando-se o uso do SRP.

6.3. A contratação será realizada na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, tipo menor preço por grupo, tendo em vista a possibilidade de obtenção de valores mais vantajosos para a Administração, conforme condições do Edital e seus anexos.

6.4. A solução escolhida é a que mais apresenta vantajosidade operacional, técnica e financeira para a Administração Pública, considerando a obsolescência dos equipamentos da ENRG, escassez de mão de obra própria qualificada e inviabilidade de adequação as normas de segurança.

6.5. A supressão da IRP, por não haver aplicação evidente em outras áreas de interesse da Administração Pública, contribui para celeridade do processo, o que permitirá a realização dos serviços sem prejudicar os prazos dos períodos de manutenção dos Meios Operativos. Além disso, por ser o único órgão da Marinha do Brasil na localidade que tem a função precípua de realizar a manutenção em lide, caso houvesse participações de órgãos em outras localidades, não haveria economia de escala, visto que os itens seriam desdobrados para serem entregues em outra região, com variantes no preço e até mesmo de fornecedores, já que seriam considerados itens diferentes no processo licitatório, não havendo, portanto, eficiência e economicidade em realizar o IRP.

6.6. Os serviços serão prestados na forma de execução indireta, tendo em vista a ENRG não possuir militares qualificados em quantitativo suficiente para atender com celeridade e eficiência as demandas solicitadas, bem como, não possuir equipamentos essenciais à condução de tais atividades.

6.7. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021: O prazo de vigência da contratação compreenderá os prazos de execução, recebimentos provisório e definitivo, eventual refazimento, em caso de rejeição, e pagamento, contado do recebimento da nota de empenho.

6.8. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. A prorrogação também poderá ocorrer com a renovação dos quantitativos originalmente registrados.

6.9. A contratação conjunta proporcionará celeridade dos serviços em virtude do pronto atendimento dos materiais e ferramentas necessários, uma vez que o Órgão se encontra muito distante dos grandes centros e, por isso, o fornecimento de materiais torna-se moroso, podendo comprometer os prazos de execução dos serviços. A aludida divisão entre materiais e serviços ocasionaria evidentes e reais prejuízos para a Administração, na suposição em que uma embarcação tivesse que aguardar seu reparo até que um material chegasse separadamente, poderiam ocorrer danos físicos e estruturais ao meio operativo.

6.10. Devido à possibilidade da contratada não possuir licença ambiental para retirada e destinação de resíduos oleosos, será permitida a subcontratação parcial do objeto apenas para estes serviços.

6.11. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

6.12. A subcontratada deverá apresentar ao Fiscal de Contrato as licenças ambientais expedidas pelo órgão regulador competente para remoção e destinação dos resíduos, deverá também apresentar o contrato dos serviços prestados entre contratada e subcontratados.

6.13. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

6.14. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

6.15. Não se vislumbra a necessidade de indicação de marca ou modelo nem vedação de determinada marca e/ou produto.

6.16. Não será permitida a subcontratação parcial ou total do objeto desta contratação.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As estimativas das quantidades a serem contratadas neste processo licitatório buscam atender de forma eficiente e satisfatória aos diversos pedidos de serviço solicitados à ENRG, cuja atribuição é executar a manutenção e o reparo nos meios navais sediados na cidade do Rio Grande ou em trânsito na mesma e o apoio às OMs de terra da área de jurisdição do Com5ºDN.

7.2 Devido à impossibilidade de se prever os reparos que poderão ser executados por ocasião de avarias inopinadas, a estimativa dos quantitativos baseou-se nos números de navios, Organizações Militares de terra e equipamentos cuja manutenção é de responsabilidade desta Estação, e não através de memória de cálculo, que neste caso, não representaria fielmente as possíveis contratações. Com base nisso, foram feitas prospecções por engenheiros e técnicos da ENRG a fim de se estimar o mais acertadamente possível as quantidades a serem contratadas, a partir da previsão de possíveis serviços a serem realizados nos Programas de Manutenção Geral dos Navios na Marinha do Brasil (PROGEM) na área deste Comando, e da previsão de novas demandas de pedidos de serviço que virão a surgir, considerando também as manutenções preventivas e corretivas a serem executadas durante o decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços.

7.3. Dão suporte para a estimativa do quantitativo dos serviços, as seguintes Organizações Militares e embarcações passíveis da solicitação de tais serviços à ENRG:

7.3.1. Comando do 5º Distrito Naval (Com5ºDN);

7.3.2. 5º Batalhão de Operações Litorâneas de Fuzileiros Navais (5ºBtlOpLitFN);

7.3.3. Estação Rádio da Marinha em Rio Grande (ERMRG);

7.3.4. Centro de Intendência da Marinha em Rio Grande (CeIMRG);

7.3.5. Policlínica Naval de Rio Grande (PNRG);

7.3.6. 1º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral do Sul (EsqdHU-51);

7.3.7. Serviço de Sinalização Náutica do Sul (SSN-5);

7.3.8. Navio Balizador Comandante Varela (NHIBComteVarela);

7.3.9. Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul (CPRS);

7.3.10. Comando do Grupamento de Patrulha Naval do Sul (ComGptPatNavS);

7.3.11. Navio de Apoio Oceânico (NAPocMearim);

7.3.12. Navio Patrulha Babitonga (NPaBabitonga);

7.3.13. Navio Patrulha Benevente (NPaBenevente); e

7.3.14. Rebocador de Alto Mar Tritão (RbAMTritao)

7.4. A falta ou quantitativos insuficientes de tais itens impossibilitaria a execução das demandas solicitadas a esta Estação por OMs clientes ou retardaria demasiadamente outros serviços. Dessa forma, faz-se necessária a inclusão de tais itens no processo licitatório tendo em vista sanar as necessidades futuras da ENRG.

GRUPO 1: SERVIÇOS DE CALDEIRARIA PESADA			
ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO	UF	QDE
1.1	AÇO CARBONO: Fabricação, montagem, instalação ou substituição de chapas planas ou com conformação, chapas perfuradas, expandidas e antiderrapante, perfis retos ou curvos, barras, estruturas tubulares e demais estruturas em aço carbono ASTM A-369 (chapa de 1/6" a 1/8")	kg	5000
1.2	AÇO CARBONO: Fabricação, montagem, instalação ou substituição de chapas planas ou com conformação, chapas perfuradas, expandidas e antiderrapante, perfis retos ou curvos, barras, estruturas tubulares e demais estruturas em aço carbono ASTM A-131, de espessura igual ou superior a 1/8".	kg	25000
1.3	ALUMÍNIO: Fabricação, montagem, instalação ou substituição de chapas planas ou com conformação, chapas perfuradas, expandidas e antiderrapante, perfis retos ou curvos, barras, estruturas tubulares e demais estruturas em alumínio naval nas ligas AA 5052, AA 5083 e AA 5086 nas têmperas F, O, H111, H 112, H116, H32 e H321, de espessura igual ou superior a 1/16". Com soldagem por arco elétrico pelos processos TIG ou MIG.	kg	5000
GRUPO 2: SERVIÇOS DE CALDEIRARIA - FORRAÇÃO, CONFECÇÃO DE DUTOS E ACESSÓRIOS			
ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO	UF	QDE
2.1	Retirada e Instalação da forração, chapa em MDF hidrófugo com 6mm de espessura na cor branca, contendo estrutura em metalon e isolamento térmico de lã de rocha aluminizada com 50mm de espessura. Material: MDF hidrófugo	m²	600
2.2	Retirada e Instalação da forração, chapa em aço inox 304, 0,6mm de espessura contendo estrutura em metalon e isolamento térmico de lã de rocha aluminizada com 50mm de espessura. Material: Aço inoxidável	m²	600
2.3	Retirada e Instalação da forração, chapa em ACM – alumínio composto cor branca, com 3mm de espessura contendo estrutura em metalon e isolamento térmico de lã de rocha aluminizada com 50mm d espessura. Material: Alumínio	m²	800
2.4	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de dutos de ar-condicionado, ventilação, descarga ou extração. Material: Aço carbono	kg	3000
2.5	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de balaustrada, corrimão, balaústre, trincaniz e bico de pato	kg	2100
2.6	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de estrados, escadas, estantes e armários. Material: Aço carbono	kg	900

2.7	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de acessórios estanques. Material: Aço carbono	kg	3000
2.8	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de suportes de redes e caminho mecânico. Material: Aço carbono	kg	1000
GRUPO 3: SERVIÇOS DE CALDEIRARIA - ISOLAMENTO TÉRMICO			
ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO	UF	QDE
3.1	Instalação de isolamento térmico em dutos de ar-condicionado, confeccionado em manta de fibra de vidro aluminizado em uma das faces, com largura igual ou superior a 1 m e espessura mínima de 38 mm.	m²	600
3.2	Instalação de isolamento térmico em tubulação de descarga de motores de combustão interna, confeccionado em manta cerâmica de 50 mm de espessura, densidade 64 kg/m³. A manta térmica deverá ser revestida (revestimento intermediário) em tecido de fibra cerâmica de 3 mm de espessura, densidade de 500 kg/m³ e revestimento de acabamento em chapa em aço galvanizado (espessura mínima 0,65 mm -BSG 24)	m²	9600
3.3	Instalação de isolamento térmico em tubulações com temperatura de trabalho até 750°C, confeccionados em calhas (isotubo bipartido) de lâ de rocha, com espessura de parede de 50 mm, com revestimento de acabamento em chapa metálica (material A ou B).	m²	9600
GRUPO 4: SERVIÇOS TRATAMENTO E PINTURA DE SUPERFÍCIES EXTERNAS DE EMBARCAÇÕES			
ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO	UF	QDE
4.1	Limpeza através de raspagem e hidrojateamento a média pressão (400-500 bar).	m²	4000
4.2	Limpeza e tratamento e superfície por hidrojateamento a alta pressão (10.000 – 25.000 psi).	m²	1000
4.3	Limpeza com solvente para remoção de óleo ou graxa através de friccionamento da superfície com panos ou escovas em conjunto com desengraxantes ou detergentes biodegradáveis emulsionáveis e posterior enxágue com água doce limpa para a remoção total dos contaminantes e produtos aplicados.	m²	1000
4.4	Tratamento Mecânico Grau St3 + aplicação de primer.	m²	1000
4.5	Limpeza por jateamento abrasivo seco, padrão comercial, Grau Sa 2.	m²	1000
4.6	Limpeza por jateamento abrasivo úmido, padrão comercial, Grau Sa 2.	m²	1000
4.7	Jateamento abrasivo seco, padrão metal quase branco, Grau Sa 2 1/2 + aplicação de primer	m²	1000
4.8	Jateamento abrasivo úmido, padrão metal quase branco, Grau Sa 2 1/2 + aplicação de primer	m²	1000
4.9	Limpeza e tratamento de superfície por hidrojateamento , Grau WJ-4.	m²	1000
4.10	Hidrojateamento a ultra pressão (acima de 25.000 psi), Grau WJ-2 + aplicação de primer.	m²	1000

4.11	Aplicação de esquema de pintura de navios e embarcações de superfície, em aço, pintados de cinza e branco. Aplicação de pintura em obras vivas, costado, linha d'água, casaria, compartimentos internos e convés, conforme ENGENALMARINST N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	m²	4000
4.12	Aplicação de esquema de pintura de embarcações rápidas (lanchas), em alumínio, pintados de cinza. Aplicação de pintura em obras vivas, costado, linha d'água, casaria, compartimentos internos e convés, conforme ENGENALMARINST N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	m²	1000
4.13	Aplicação de esquema de pintura de embarcações rápidas (lanchas), em PRFV, pintados de cinza. Aplicação de pintura em obras vivas, costado, linha d'água, casaria, compartimentos internos e convés, conforme ENGENALMARINST N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	m²	1000
GRUPO 5: SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESGASEIFICAÇÃO, TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE E PINTURA INTERNA DE TANQUES.			
ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO	UF	QDE
5.1	Limpeza e desgaseificação de tanques de óleo combustível com emissão de laudo técnico. O volume residual dos tanques e dos resíduos gerados durante a limpeza deverão ser retirados e destinados conforme legislação vigente.	m³	100
5.2	Limpeza dos tanques de aguada.	m³	1000
5.3	Tratamento Mecânico Grau St3 das superfícies internas dos tanques + aplicação de primer.	m²	200
5.4	Aplicação de esquema de pintura de tanques de aguada, conforme ENGENALMARINST N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	m²	1000
5.5	Aplicação de esquema de pintura de tanques de combustíveis, lubrificantes, lastro e séptico, conforme ENGENALMARINST N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	m²	1000
5.6	Retirada de resíduos oleosos e destinação conforme legislação vigente.	m³	50
GRUPO 6: SERVIÇOS DE FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÕES			
ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO	UF	QDE
6.1	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de Redes e seus acessórios (curvas, conexões, flanges, vedantes e parafusos). O fornecimento de todos os materiais exceto válvulas, serão de responsabilidade da contratada. As válvulas e instrumentos de medição serão fornecidos pela contratante. Elementos de fixação por solda arco elétrico e ou roscas. Material: Aço carbono que atendam a norma NBR 5590. Realização de testes hidrostáticos. Local da instalação: A bordo dos navios da Marinha do Brasil, subordinados ao Com5ºDN. Até 4”	kg	3000
6.2	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de Redes e seus acessórios (curvas, conexões, flanges, vedantes e parafusos). O fornecimento de todos os materiais exceto válvulas, serão de responsabilidade da contratada. As válvulas e instrumentos de medição serão fornecidos pela contratante. Elementos de fixação por solda arco elétrico e ou roscas. Material: Aço carbono que atendam a norma NBR 5590. Realização de testes hidrostáticos. Local da instalação: A bordo dos navios da Marinha do Brasil, subordinados ao Com5ºDN. Igual ou superior a 4”	kg	1000
6.3	Fabricação e instalação de redes e seus acessórios (curvas, conexões, flanges, vedantes e parafusos). O fornecimento de todos os materiais exceto válvulas, serão de responsabilidade da contratada. As válvulas e instrumentos de medição serão fornecidos pela contratante. Elementos de fixação por solda elétrica. Material: Aço Inox AISI 304/304 L, AISI 316/316 L e AISI 310. Realização de testes hidrostáticos. Local da instalação: A bordo dos navios da Marinha do Brasil, subordinados ao Com5ºDN. Até 4”	kg	1800

6.4	Fabricação e instalação de redes e seus acessórios (curvas, conexões, flanges, vedantes e parafusos). O fornecimento de todos os materiais exceto válvulas, serão de responsabilidade da contratada. As válvulas e instrumentos de medição serão fornecidos pela contratante. Elementos de fixação por solda elétrica. Material: Aço Inox AISI 304/304 L, AISI 316/316 L e AISI 310. Realização de testes hidrostáticos. Local da instalação: A bordo dos navios da Marinha do Brasil, subordinados ao Com5ºDN. Igual ou superior a 4"	kg	500
GRUPO 7: SERVIÇOS DE IÇAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS			
ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO	UF	QDE
7.1	Diária (10 horas) de serviço para movimentação e içamento de cargas com caminhão munck, capacidade máxima de elevação superior à 10 toneladas e alcance vertical não inferior à 20 metros.	UN	10
7.2	Diária (10 horas) de serviço para movimentação e içamento de cargas com guindaste articulado, capacidade máxima de elevação superior à 20 toneladas e alcance vertical não inferior à 25 metros.	UN	10
7.3	Diária (10 horas) de serviço para movimentação e içamento de cargas com guindaste , capacidade máxima de elevação superior ou igual à 30 toneladas e alcance vertical não inferior à 25 metros.	UN	10
7.4	Diária (10 horas) de serviço para movimentação e içamento de cargas com guindaste , capacidade máxima de elevação superior ou igual à 50 toneladas e alcance vertical não inferior à 25 metros.	UN	10

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 28.196.441,60

8.1. A estimativa do valor da contratação é de R\$ 28 196 441,60 (vinte e oito milhões cento e noventa e seis mil quatrocentos e quarenta e um reais e sessenta centavos).

8.2. Para estimar o valor da contratação, foi realizada pesquisa de preços conforme os parâmetros estabelecidos nos incisos I, II, III e IV do §2º, art. 23 da Lei nº 14.133/2021. No entanto, não foi possível obter resultados satisfatórios, devido às especificidades dos itens buscados. Diante disso, optou-se por usar o parâmetro estabelecido no inciso IV do §1º, art. 23 da Lei nº 14.133/2021, que permite a realização de pesquisa direta com no mínimo três fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que justificada a a escolha desses fornecedores. Assim, foram solicitados orçamentos formais a empresas especializadas em manutenção industrial naval.

8.3. As justificativas e detalhamentos dos parâmetros utilizados, a justificativa para a metodologia utilizada e demais documentos que motivaram a determinação do valor estimado, encontram-se no documento intitulado "Mapa Comparativo de Preços", anexo ao processo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O agrupamento dos serviços em sete grupos de itens se faz necessário visando a eficiência na execução de tais serviços, facilitando a fiscalização dos mesmos, visto que, caso fossem feitos por empresas diferentes na mesma embarcação, por exemplo, haveria dificuldades na diferenciação das empresas e dos respectivos serviços.

9.2. Haverá, ainda, a redução dos custos de mobilização, visto que uma empresa poderá realizar uma quantidade maior de serviços, gerando uma economia de escala que por fim, geram uma expectativa de melhor qualidade e permite aos prestadores de serviços concorrentes ofertarem preços mais vantajosos à Administração.

9.3. Considera-se ainda mais vantajoso o agrupamento, pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, uma vez que vários prestadores de serviços poderiam implicar na descontinuidade da padronização, bem como em dificuldades gerenciais e fiscalizadoras, podendo comprometer prazos e garantias dos serviços, não sendo viável a contratação somente de itens isolados para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

9.4. O não parcelamento do objeto, nos termos do artigo 47, inciso II, 81º, da Lei nº 14.133/2021, neste caso, não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação; visa, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, atingir a sua finalidade, que é a de atender a contento as necessidades da MB, proporcionando economicidade e celeridade nos reparos e manutenções a contratados, mantendo em plena operação seus Meios Operativos.

9.5. Dessa forma, conclui-se que a contratação de empresa única para prestação dos serviços elencados dentro de cada grupo é a solução que melhor atende o interesse público de forma técnica e operacional e que garante o cumprimento dos prazos acordados, perspectivas de redução dos custos e aumento da qualidade dos serviços, a padronização dos serviços prestados e, por fim, sua gerência e fiscalização por parte da Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não haverá necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes com o objeto da contratação em estudo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. As Forças Armadas estão dispensadas de utilizar o plano de contratações anual e o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC, de acordo com o parágrafo único, art. 1º, do Decreto nº 10.497, de 25 de janeiro de 2022.

11.2. A presente contratação encontra-se alinhada ao Programa de Aplicação de Recursos (PAR) da ENRG para o ano de 2025, conforme detalhamento a seguir:

11.2.1. CÓDIGO PAR: 0286/2025 - SERVIÇOS INDUSTRIAIS

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Em termos de efetividade, espera-se, por meio da execução desta contratação, atender com celeridade e eficiência as demandas dos meios navais sediados na cidade do Rio Grande ou em trânsito na mesma e o apoio às OMs de terra da área de jurisdição do Com5ºDN, promovendo a eficiência nos serviços de Defesa Nacional e o cumprimento do dever institucional da ENRG buscando, ainda, o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive, observando-se as políticas de responsabilidade ambiental.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Designar representante/perito para acompanhar e fiscalizar a realização dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2. Cabe à MB facilitar o ingresso dos funcionários designados pela Contratada e devidamente identificados pela ENRG nas dependências do local onde serão realizados os serviços ou, caso seja necessária, alguma visita para levantamento de informação eventualmente necessária.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Descarte irregular de resíduos - instalar coletores de resíduos, em lugares cobertos e estratégicos da Unidade, em cores e tamanhos apropriados, para a coleta separada de papel branco e misto, plástico, papelão, vidro e metais. Esses materiais, após coletados, devem ser destinados a coleta seletiva, comercializados ou doados às cooperativas de catadores.

14.2. Descarte irregular de resíduos - coletar e destinar adequadamente todos resíduos provenientes da mecânica (óleo — observar a Resolução CONAMA nº362/2005).

14.3. Descarte irregular de resíduos - recolher o óleo provenientes das manutenções recolhedores cadastrados pela ANP e licenciados pelo órgão ambiental competente.

14.4. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado pela contratada na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e Resolução CONAMA nº 436, de 22/12/2011, e legislação correlata, de acordo com o poluente e tipo de fonte.

14.5. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos 03 (três) primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Após avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação, definidos o interesse público e a sua melhor solução, conclui-se que a presente contratação é viável e que atenderá a necessidade a que se destina, nos termos do Art. 18, §1º, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e Art. 9º, XIII, da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 08 de agosto de 2022.

Opta-se, portanto, pela realização da presente licitação com o objetivo de se adjudicar a empresa licitante que apresentar o MENOR PREÇO POR GRUPO, para a execução do objeto.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria n.º 72/2025 - ENRG, de 17 de setembro de 2025

ALEX APARECIDO DE SOUZA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 03/11/2025 às 16:00:34.

Despacho: Portaria n.º 72/2025 - ENRG, de 17 de setembro de 2025.

VICTOR GONCALVES DA SILVA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

Despacho: Portaria n.º 72/2025 - ENRG, de 17 de setembro de 2025.

JAIRO SILVA DE MACEDO BRITO

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 04/11/2025 às 10:23:55.



MARINHA DO BRASIL
ESTAÇÃO NAVAL DO RIO GRANDE
DEPARTAMENTO INDUSTRIAL

ESTIMATIVA DO VALOR DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO	CATSER	UF	QDE	PARÂMETRO IV - art. 23, §1º da Lei nº 14.133				ANTES DA APLICAÇÃO DA MÉDIA SANEADA					APÓS APLICAÇÃO DA MÉDIA SANEADA					VALOR UNITÁRIO FINAL		VALOR TOTAL DO ITEM
					DARCY PACHECO SOLUCOES DE PESO - CNPJ: 89.396.121/0004-50	LACEL SOLUÇÕES EM SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 36.590.914/0001-05	SPS SERVIÇOS INDUSTRIAIS - CNPJ: 26.686.775/0001-56	SETMAR ENGENHARIA – CNPJ: 00.394.502/0195-97	MÉDIA (todos os preços)	Desvio Padrão Populacional	Coefficiente de Variação (desv/med)%	Limite Inferior = med-desv	Limite Superior = med+desv	MÉDIA (após a técnica estatística)	Desvio Padrão Populacional	Coefficiente de Variação (desv/med)%	Limite Inferior = med-desv	Limite Superior = med+desv	MÉDIA SANEADA	MEDIANA DOS VALORES OBTIDOS	
GRUPO 1: SERVIÇOS DE CALDEIRARIA PESADA																					
1.1	AÇO CARBONO: Fabricação, montagem, instalação ou substituição de chapas planas ou com conformação, chapas perfuradas,	3107	KG	5000	-	R\$ 130,00	R\$ 130,00	R\$ 214,50	R\$ 158,17	R\$ 39,83	25,18%	R\$ 118,34	R\$ 198,00	-	-	-%	-	-	-	R\$ 130,00	R\$ 650.000,00

	expandidas e antiderrapante, perfis retos ou curvos, barras, estruturas tubulares e demais estruturas em aço carbono ASTM A-369 (chapa de 1/6" a 1/8")																				
1.2	AÇO CARBONO: Fabricação, montagem, instalação ou substituição de chapas planas ou com conformação, chapas perfuradas, expandidas e antiderrapante, perfis retos ou curvos, barras, estruturas tubulares e demais estruturas em aço carbono ASTM A-131, de espessura igual ou superior a 1/8".	3107	KG	25000	-	R\$ 110,00	R\$ 200,00	R\$ 351,00	R\$ 220,33	R\$ 99,43	45,13%	R\$ 120,90	R\$ 319,76	-	-	-%	-	-	-	R\$ 200,00	R\$ 5.000.000,00
1.3	ALUMÍNIO: Fabricação, montagem, instalação ou substituição de chapas planas ou com conformação, chapas perfuradas, expandidas e antiderrapante, perfis retos ou curvos, barras, estruturas tubulares e demais estruturas em alumínio naval nas ligas AA	3107	KG	5000	-	R\$ 130,00	R\$ 300,00	R\$ 364,00	R\$ 264,67	R\$ 98,74	37,31%	R\$ 165,93	R\$ 363,41	-	-	-%	-	-	-	R\$ 300,00	R\$ 1.500.000,00

	5052, AA 5083 e AA 5086 nas têmperas F, O, H111, H 112, H116, H32 e H321,de espessura igual ou superior a 1/16". Com soldagem por arco elétrico pelos processos TIG ou MIG.																				
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO 1					R\$ 7.150.000,00																
GRUPO 2: SERVIÇOS DE CALDEIRARIA - FORRAÇÃO, CONFEÇÃO DE DUTOS E ACESSÓRIOS																					
2.1	Retirada e Instalação da forração, chapa em MDF hidrófugo com 6mm de espessura na cor branca, contendo estrutura em metalon e isolamento térmico de lã de rocha aluminizada com 50mm de espessura. Material: MDF hidrófugo	3107	m²	600	-	R\$ 400,00	R\$ 169,40	R\$ 286,00	R\$ 285,13	R\$ 94,14	33,02%	R\$ 190,99	R\$ 379,27	-	-	-%	-	-	-	R\$ 286,00	R\$ 171.600,00
2.2	Retirada e Instalação da forração, chapa em aço inox 304, 0,6mm de espessura contendo estrutura em metalon e isolamento térmico de lã de rocha aluminizada com 50mm de espessura.	3107	m²	600	-	R\$ 500,00	R\$ 138,75	R\$ 206,70	R\$ 281,82	R\$ 156,75	55,62%	R\$ 125,07	R\$ 438,57	-	-	-%	-	-	-	R\$ 206,70	R\$ 124.020,00

	Material: Aço inoxidável																				
2.3	Retirada e Instalação da forração, chapa em ACM - alumínio composto cor branca, com 3mm de espessura contendo estrutura em metalon e isolamento térmico de lã de rocha aluminizada com 50mm de espessura. Material: Alumínio	3107	m²	800	-	R\$ 400,00	R\$ 223,00	R\$ 413,40	R\$ 345,47	R\$ 86,77	25,12%	R\$ 258,70	R\$ 432,24	-	-	-%	-	-	-	R\$ 400,00	R\$ 320.000,00
2.4	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de dutos de ar-condicionado, ventilação, descarga ou extração. Material: Aço carbono	3107	KG	3000	-	R\$ 120,00	R\$ 130,00	R\$ 297,27	R\$ 182,42	R\$ 81,31	44,57%	R\$ 101,11	R\$ 263,73	-	-	-%	-	-	-	R\$ 130,00	R\$ 390.000,00
2.5	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de balaustrada, corrimão, balaústre, trincaniz e bico de pato	3107	KG	2100	-	R\$ 200,00	R\$ 130,00	R\$ 282,06	R\$ 204,02	R\$ 62,14	30,46%	R\$ 141,88	R\$ 266,16	-	-	-%	-	-	-	R\$ 200,00	R\$ 420.000,00
2.6	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou	3107	KG	900	-	R\$ 200,00	R\$ 130,00	R\$ 300,30	R\$ 210,10	R\$ 69,89	33,27%	R\$ 140,21	R\$ 279,99	-	-	-%	-	-	-	R\$ 200,00	R\$ 180.000,00

	Montagem (fabricação e instalação) de estrados, escadas, estantes e armários. Material: Aço carbono																				
2.7	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de acessórios estanques. Material: Aço carbono	3107	KG	3000	-	R\$ 200,00	R\$ 110,00	R\$ 125,97	R\$ 145,32	R\$ 39,21	26,98%	R\$ 106,11	R\$ 184,53	-	-	-%	-	-	-	R\$ 125,97	R\$ 377.910,00
2.8	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de suportes de redes e caminho mecânico. Material: Aço carbono	3107	KG	1000	-	R\$ 200,00	R\$ 130,00	R\$ 198,77	R\$ 176,26	R\$ 32,71	18,56%	R\$ 143,55	R\$ 208,97	-	-	-%	-	-	-	-	R\$ 176.260,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO 2					R\$ 2.159.790,00																
GRUPO 3: SERVIÇOS DE CALDEIRARIA - ISOLAMENTO TÉRMICO																					
3.1	Instalação de isolamento térmico em dutos de ar-condicionado, confeccionado em manta de fibra de vidro aluminizado em uma das faces, com largura igual ou superior a 1 m e espessura mínima de 38 mm.	2232	m²	600	-	R\$ 250,00	R\$ 300,00	R\$ 416,00	R\$ 322,00	R\$ 69,53	21,59%	R\$ 252,47	R\$ 391,53	-	-	-%	-	-	-	R\$ 300,00	R\$ 193.200,00

3.2	Instalação de isolamento térmico em tubulação de descarga de motores de combustão interna, confeccionado em manta cerâmica de 50 mm de espessura, densidade 64 kg/m³. A manta térmica deverá ser revestida (revestimento intermediário) em tecido de fibra cerâmica de 3 mm de espessura, densidade de 500 kg/m³ e revestimento de acabamento em chapa em aço galvanizado (espessura mínima 0,65 mm -BSG 24)	2232	m²	9600	-	R\$ 250,00	R\$ 400,00	R\$ 890,50	R\$ 513,50	R\$ 273,52	53,27%	R\$ 239,98	R\$ 787,02	-	-	-%	-	-	-	R\$ 400,00	R\$ 3.840.000,00
3.3	Instalação de isolamento térmico em tubulações com temperatura de trabalho até 750°C, confeccionados em calhas (isotubo bipartido) de lã de rocha, com espessura de parede de 50 mm, com revestimento de acabamento em chapa metálica (material A ou B).	2232	m²	9600	-	R\$ 250,00	R\$ 500,00	R\$ 979,94	R\$ 576,65	R\$ 302,89	52,53%	R\$ 273,76	R\$ 879,54	-	-	-%	-	-	-	R\$ 500,00	R\$ 4.800.000,00

VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO 3					R\$ 8.833.200,00																
GRUPO 4:SERVIÇOS DE TRATAMENTO E PINTURA DE SUPERFÍCIES EXTERNAS DE EMBARCAÇÕES																					
4.1	Limpeza através de raspagem e hidrojateamento a média pressão (400-500 bar).	2941	m²	4000	-	R\$ 250,00	R\$ 180,00	R\$ 223,29	R\$ 217,76	R\$ 28,84	13,24%	R\$ 188,92	R\$ 246,60	-	-	-%	-	-	-	-	R\$ 871.040,00
4.2	Limpeza e tratamento e superfície por hidrojateamento a alta pressão (10.000 – 25.000 psi).	2941	m²	1000	-	R\$ 650,00	R\$ 350,00	R\$ 341,59	R\$ 447,20	R\$ 143,44	32,08%	R\$ 303,76	R\$ 590,64	-	-	-%	-	-	-	R\$ 350,00	R\$ 350.000,00
4.3	Limpeza com solvente para remoção de óleo ou graxa através de friccionamento da superfície com panos ou escovas em conjunto com desengraxantes ou detergentes biodegradáveis emulsionáveis e posterior enxágue com água doce limpa para a remoção total dos contaminantes e produtos aplicados.	2941	m²	1000	-	R\$ 160,00	R\$ 150,00	R\$ 341,59	R\$ 217,20	R\$ 88,05	40,54%	R\$ 129,15	R\$ 305,25	-	-	-%	-	-	-	R\$ 160,00	R\$ 160.000,00
4.4	Tratamento Mecânico Grau St3 + aplicação de primer.	2941	m²	1000	-	R\$ 200,00	R\$ 300,00	R\$ 305,03	R\$ 268,34	R\$ 48,37	18,03%	R\$ 219,97	R\$ 316,71	-	-	-%	-	-	-	-	R\$ 268.340,00
4.5	Limpeza por jateamento abrasivo seco, padrão comercial, Grau Sa 2.	2941	m²	1000	-	R\$ 200,00	R\$ 350,00	R\$ 475,93	R\$ 341,98	R\$ 112,79	32,98%	R\$ 229,19	R\$ 454,77	-	-	-%	-	-	-	R\$ 350,00	R\$ 350.000,00
4.6	Limpeza por jateamento abrasivo úmido,	2941	m²	1000	-	R\$ 250,00	R\$ 350,00	R\$ 386,82	R\$ 328,94	R\$ 57,81	17,57%	R\$ 271,13	R\$ 386,75	-	-	-%	-	-	-	-	R\$ 328.940,00

	padrão comercial, Grau Sa 2.																				
4.7	Jateamento abrasivo seco, padrão metal quase branco, Grau Sa 2 ½ + aplicação de primer	2941	m²	1000	-	R\$ 200,00	R\$ 500,00	R\$ 633,53	R\$ 444,51	R\$ 181,29	40,78%	R\$ 263,22	R\$ 625,80	-	-	-%	-	-	-	R\$ 500,00	R\$ 500.000,00
4.8	Jateamento abrasivo úmido, padrão metal quase branco, Grau Sa 2 ½ + aplicação de primer	2941	m²	1000	-	R\$ 200,00	R\$ 500,00	R\$ 411,91	R\$ 370,64	R\$ 125,90	33,97%	R\$ 244,74	R\$ 496,54	-	-	-%	-	-	-	R\$ 411,91	R\$ 411.910,00
4.9	Limpeza e tratamento de superfície por hidro-jateamento, Grau WJ-4.	2941	m²	1000	-	R\$ 600,00	R\$ 400,00	R\$ 779,27	R\$ 593,09	R\$ 154,91	26,12%	R\$ 438,18	R\$ 748,00	-	-	-%	-	-	-	R\$ 600,00	R\$ 600.000,00
4.10	Hidro-jateamento a ultra pressão (acima de 25.000 psi), Grau WJ-2 + aplicação de primer.	2941	m²	1000	-	R\$ 800,00	R\$ 800,00	R\$ 841,22	R\$ 813,74	R\$ 19,43	2,39%	R\$ 794,31	R\$ 833,17	-	-	-%	-	-	-	-	R\$ 813.740,00
4.11	Aplicação de esquema de pintura de navios e embarcações de superfície, em aço, pintados de cinza e branco. Aplicação de pintura em obras vivas, costado, linha d'água, casaria, compartimentos internos e convés, conforme ENGENALMARINS T N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	17078	m²	4000	-	R\$ 75,00	R\$ 800,00	R\$ 266,50	R\$ 380,50	R\$ 306,76	80,62%	R\$ 73,74	R\$ 687,26	-	-	-%	-	-	-	R\$ 266,50	R\$ 1.066.000,00
4.12	Aplicação de esquema de pintura de	17078	m²	1000	-	R\$ 75,00	R\$ 800,00	R\$ 455,00	R\$ 443,33	R\$ 296,09	66,79%	R\$ 147,24	R\$ 739,42	-	-	-%	-	-	-	R\$ 455,00	R\$ 455.000,00

	embarcações rápidas (lanchas), em alumínio, pintados de cinza. Aplicação de pintura em obras vivas, costado, linha d'água, casaria, compartimentos internos e convés, conforme ENGENALMARINS T Nº 60-01E (tratamento de superfície + pintura).																				
4.13	Aplicação de esquema de pintura de embarcações rápidas (lanchas), em PRFV, pintados de cinza. Aplicação de pintura em obras vivas, costado, linha d'água, casaria, compartimentos internos e convés, conforme ENGENALMARINS T Nº 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	17078	m²	1000	-	R\$ 75,00	R\$ 800,00	R\$ 533,00	R\$ 469,33	R\$ 299,38	63,79%	R\$ 169,95	R\$ 768,71	-	-	-%	-	-	-	R\$ 533,00	R\$ 533.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO 4				R\$ 6.707.970,00																	
GRUPO 5: SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESGASEIFICAÇÃO, TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE E PINTURA INTERNA DE TANQUES																					
5.1	Limpeza e desgaseificação de tanques de óleo combustível com emissão de laudo técnico. O volume residual dos tanques e dos resíduos	27936	m³	100	-	R\$ 300,00	-	R\$ 447,85	R\$ 373,93	R\$ 73,93	19,77%	R\$ 300,00	R\$ 447,86	-	-	-%	-	-	-	-	R\$ 37.393,00

	gerados durante a limpeza deverão ser retirados e destinados conforme legislação vigente.																				
5.2	Limpeza dos tanques de aguada.	2941	m³	1000	-	R\$ 150,00	-	R\$ 213,85	R\$ 181,93	R\$ 31,93	17,55%	R\$ 150,00	R\$ 213,86	-	-	-%	-	-	-	-	R\$ 181.930,00
5.3	Tratamento Mecânico Grau St3 das superfícies internas dos tanques + aplicação de primer.	2941	m²	200	-	R\$ 250,00	-	R\$ 247,00	R\$ 248,50	R\$ 1,50	0,60%	R\$ 247,00	R\$ 250,00	-	-	-%	-	-	-	-	R\$ 49.700,00
5.4	Aplicação de esquema de pintura de tanques de aguada, conforme ENGENALMARINS T N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	17078	m²	1000	-	R\$ 75,00	-	R\$ 296,84	R\$ 185,92	R\$ 110,92	59,66%	R\$ 75,00	R\$ 296,84	-	-	-%	-	-	-	-	R\$ 185.920,00
5.5	Aplicação de esquema de pintura de tanques de combustíveis, lubrificantes, lastro e séptico, conforme ENGENALMARINS T N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	17078	m²	1000	-	R\$ 75,00	-	R\$ 362,40	R\$ 218,70	R\$ 143,70	65,71%	R\$ 75,00	R\$ 362,40	-	-	-%	-	-	-	-	R\$ 218.700,00
5.6	Retirada de resíduos oleosos e destinação conforme legislação vigente.	27936	m³	50	-	R\$ 300,00	-	R\$ 650,00	R\$ 475,00	R\$ 175,00	36,84%	R\$ 300,00	R\$ 650,00	-	-	-%	-	-	-	-	R\$ 23.750,00

VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO 5					R\$ 697.393,00																
GRUPO 6: SERVIÇOS DE FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÕES																					
6.1	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de Redes e seus acessórios (curvas, conexões, flanges, vedantes e parafusos). O fornecimento de todos os materiais exceto válvulas, serão de responsabilidade da contratada. As válvulas e instrumentos de medição serão fornecidos pela contratante. Elementos de fixação por solda arco elétrico e ou roscas. Material: Aço carbono que atendam a norma NBR 5590. Realização de testes hidrostáticos. Local da instalação: A bordo dos navios da Marinha do Brasil, subordinados ao Com5ºDN. Até 4”	2755	KG	3000	-	R\$ 200,00	R\$ 306,25	R\$ 486,07	R\$ 330,77	R\$ 118,07	35,70%	R\$ 212,70	R\$ 448,84	-	-	-%	-	-	-	R\$ 306,25	R\$ 918.750,00
6.2	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e	2755	KG	1000	-	R\$ 200,00	R\$ 337,50	R\$ 531,70	R\$ 356,40	R\$ 136,07	38,18%	R\$ 220,33	R\$ 492,47	-	-	-%	-	-	-	R\$ 337,50	R\$ 337.500,00

	instalação) de Redes e seus acessórios (curvas, conexões, flanges, vedantes e parafusos). O fornecimento de todos os materiais exceto válvulas, serão de responsabilidade da contratada. As válvulas e instrumentos de medição serão fornecidos pela contratante. Elementos de fixação por solda arco elétrico e ou roscas. Material: Aço carbono que atendam a norma NBR 5590. Realização de testes hidrostáticos. Local da instalação: A bordo dos navios da Marinha do Brasil, subordinados ao Com5ºDN. Igual ou superior a 4"																				
6.3	Fabricação e instalação de redes e seus acessórios (curvas, conexões, flanges, vedantes e parafusos). O fornecimento de todos os materiais exceto válvulas, serão de responsabilidade da contratada. As válvulas e instrumentos de	2755	KG	1800	-	R\$ 200,00	R\$ 437,50	R\$ 572,00	R\$ 403,17	R\$ 153,80	38,15%	R\$ 249,37	R\$ 556,97	-	-	-%	-	-	-	R\$ 437,50	R\$ 787.500,00

	medição serão fornecidos pela contratante. Elementos de fixação por solda elétrica. Material: Aço Inox AISI 304/304 L, AISI 316/316 L e AISI 310. Realização de testes hidrostáticos. Local da instalação: A bordo dos navios da Marinha do Brasil, subordinados ao Com5ºDN. Até 4"																				
6.4	Fabricação e instalação de redes e seus acessórios (curvas, conexões, flanges, vedantes e parafusos). O fornecimento de todos os materiais exceto válvulas, serão de responsabilidade da contratada. As válvulas e instrumentos de medição serão fornecidos pela contratante. Elementos de fixação por solda elétrica. Material: Aço Inox AISI 304/304 L, AISI 316/316 L e AISI 310. Realização de testes hidrostáticos. Local da instalação: A bordo dos navios da Marinha do Brasil,	2755	KG	500	-	R\$ 200,00	R\$ 535,00	R\$ 737,40	R\$ 490,70	R\$ 221,50	45,14%	R\$ 269,20	R\$ 712,20	-	-	-%	-	-	-	R\$ 535,00	R\$ 267.500,00

subordinados ao Com5ºDN. Igual ou superior a 4"																					
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO 6					R\$ 2.311.250,00																
GRUPO 7: SERVIÇOS DE IÇAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS																					
7.1	Diária (10 horas) de serviço para movimentação e içamento de cargas com caminhão munc, capacidade máxima de elevação superior à 10 toneladas e alcance vertical não inferior à 20 metros.	4049	UN	10	R\$ 4.400,00	R\$ 5.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 7.068,75	R\$ 5.117,19	R\$ 1.181,61	23,09%	R\$ 3.935,58	R\$ 6.298,80	-	-	-%	-	-	-	-	R\$ 51.171,90
7.2	Diária (10 horas) de serviço para movimentação e içamento de cargas com guindaste articulado, capacidade máxima de elevação superior à 20 toneladas e alcance vertical não inferior à 25 metros.	4049	UN	10	R\$ 6.800,00	-	R\$ 6.000,00	R\$ 8.125,00	R\$ 6.975,00	R\$ 876,31	12,56%	R\$ 6.098,69	R\$ 7.851,31	-	-	-%	-	-	-	-	R\$ 69.750,00
7.3	Diária (10 horas) de serviço para movimentação e içamento de cargas com guindaste , capacidade máxima de elevação superior ou igual à 30 toneladas e alcance vertical não inferior à 25 metros.	4049	UN	10	R\$ 12.000,00	-	R\$ 8.000,00	R\$ 8.775,00	R\$ 9.591,67	R\$ 1.732,09	18,06%	R\$ 7.859,58	R\$ 11.323,76	-	-	-%	-	-	-	-	R\$ 95.916,70
7.4	Diária (10 horas) de serviço para	4049	UN	10	R\$ 21.000,00	-	R\$ 12.000,00	R\$ 9.546,88	R\$ 14.182,29	R\$ 4.923,77	34,72%	R\$ 9.258,52	R\$ 19.106,06	-	-	-%	-	-	-	-	R\$ 120.000,00

movimentação e içamento de cargas com guindaste, capacidade máxima de elevação superior ou igual à 50 toneladas e alcance vertical não inferior à 25 metros.																			
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO 7					R\$ 336.838,60														
VALOR TOTAL GERAL					R\$ 28.196.441,60														

**JUSTIFICATIVA PARA PARÂMETROS UTILIZADOS NA PESQUISA DE PREÇOS A FIM
DE DETERMINAÇÃO DO PREÇO ESTIMADO:**

Para a obtenção do valor estimado para a contratação em tela, iniciou-se a pesquisa de preços em conformidade com o art. 23, §2º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, restando as seguintes constatações:

Seguindo o parâmetro I, que trata da ***"composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia"***, foram realizadas consultas às bases dos referidos sistemas, cabendo esclarecer e enfatizar, no entanto, que tratam-se de sistemas focados, principalmente, em obras rodoviárias e de infraestrutura de transportes e em obras de construção civil em geral, como habitação, saneamento e obras urbanas. Os serviços objeto desta contratação, entretanto, tratam-se de serviços voltados à manutenção industrial naval, o que resultou na frustração da pesquisa nesses sistemas.

O parâmetro II direciona a pesquisa segundo a ***"utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso"***, entretanto, esta opção se mostra inviável, uma vez que para os serviços em questão é necessário um nível mínimo de detalhamento e complexidade técnica, além disso, os serviços atendem a um segmento específico do mercado, não sendo usual esse tipo de tabela de preços.

No que tange à aplicabilidade do parâmetro III, ***"contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente"***, foram realizadas buscas em sistemas oficiais de controle e transparência da Administração Pública, como o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o Compras.gov.br e outros bancos de dados públicos. Contudo, as informações disponíveis não continham elementos técnicos suficientes ou atualizados que permitissem aferir similaridade e realizar a devida correção monetária dos valores para fins de estimativa, não sendo, portanto, obtidos resultados satisfatórios para o parâmetro em lide.

Por fim, observando o parâmetro IV "**pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento**", não foi possível obter resultados válidos ou suficientes. A consulta à base nacional de notas fiscais eletrônicas, conforme atualmente regulamentada e disponibilizada, apresenta restrições quanto à filtragem por natureza do serviço, objeto contratado e grau de detalhamento técnico. Isso dificulta a obtenção de informações suficientemente precisas e aderentes ao objeto específico da contratação em questão. Além disso, a natureza dos serviços industriais objeto da licitação exige análise de elementos técnicos específicos, como escopo detalhado, metodologia de execução, insumos aplicados, níveis de complexidade e exigências normativas. Tais informações não constam nos dados das NF-e, que geralmente apresentam descrições genéricas e incompletas, inviabilizando sua utilização como base confiável de estimativa.

Considerando a inviabilidade de obtenção de resultados satisfatórios por meio dos parâmetros previstos no art. 23, §2º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Administração optou por adotar o critério previsto no §1º, parâmetro IV do art. 23 da Lei, que permite: **"pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital"**. Dessa forma, procedeu-se à solicitação formal de orçamentos a empresas atuantes no segmento de prestação de serviços industriais, com foco em manutenção industrial naval, atividade diretamente relacionada ao objeto desta contratação. Os fornecedores foram selecionados com base em sua atuação comprovada no setor, disponibilidade técnica, localização compatível com o local da execução dos serviços e histórico de fornecimento a entes públicos ou privados de porte similar. Os orçamentos foram coletados dentro do prazo legal estabelecido, e serviram de base para a formação da estimativa de preços, conforme detalhamento anexo a este documento.

JUSTIFICATIVA PARA METODOLOGIA UTILIZADA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO:

No guia de Preços Referenciais em Compras Públicas, disponibilizado pelo TCU, consta a indicação do uso da média saneada como método estatístico para o tratamento dos dados coletados pela Administração Pública, quando da estimativa de preços de

mercado para fins de licitação. A metodologia mais indicada para tratar os dados coletados foi a “Média Saneada”, que consiste, primeiro, em apurar o Desvio-Padrão, somar à Média para obter o Limite Superior (LS) e subtraído à média, encontrando o Limite Inferior (LI). Sendo assim, esta administração optou por utilizar esta técnica para avaliar criticamente e desconsiderar possíveis valores inexequíveis.

Utilizou-se os seguintes critérios para obtenção dos valores consistentes, extraído do Acórdão TCU 1157/2022 – Plenário e do Relatório de Avaliação Preventiva de Aquisições da CGU (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE – 2022):

- Aplicação 1ª regra (Se o coeficiente de variação da série for menor que 25%, considerar-se-á a média da série como preço estimado do objeto): itens 2.8, 3.1, 4.1, 4.4, 4.6, 4.10, 7.1, 7.2 e 7.3;
- Aplicação 2ª regra (Se o coeficiente de variação da série for maior ou igual a 25% e o coeficiente de variação da série saneada for menor que 25% e a série saneada contiver ao menos três valores, considerar-se-á a média saneada como preço estimado do objeto): não se aplicou a nenhum dos itens; e
- Aplicação 3ª regra (Se os coeficientes de variação da série original e da série saneada forem maiores ou iguais a 25% ou se a série saneada contiver menos do que três valores, considerar-se-á a mediana da série original como preço estimado do objeto): itens 1.1, 1.2, 1.3, 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 3.2, 3.3, 4.2, 4.3, 4.5, 4.7, 4.8, 4.9, 4.11, 4.12, 4.13, 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, e 7.4.

JUSTIFICATIVA PARA DETERMINAÇÃO DO PREÇO ESTIMADO COM BASE EM MENOS DE TRÊS PREÇOS:

Em relação aos itens 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5 e 5.6, informa-se que, após a realização de pesquisa de preços junto ao universo de potenciais fornecedores identificados no mercado, com tentativas de cotação formal via e-mail e contato telefônico direto, não foi possível obter o mínimo de três propostas válidas para cada item.

Apesar dos esforços empreendidos, **houve manifesto desinteresse por parte de alguns fornecedores**, que não retornaram as solicitações ou informaram a impossibilidade de atendimento, mesmo após reiteradas tentativas de contato.

Como resultado, foram obtidas apenas duas propostas comerciais válidas para cada um dos itens citados, número insuficiente para atingir o mínimo previsto no §1º, inciso IV, do art. 23 da Lei nº 14.133/2021. Todavia, conforme entendimento doutrinário e orientação de órgãos de controle, a obtenção de menos de três cotações pode ser admitida desde que devidamente justificada a tentativa de ampliação da pesquisa, o que se comprova pelos registros anexos (e-mails, listas de contatos e registros de chamadas telefônicas).

Diante da escassez de propostas e com o objetivo de viabilizar a continuidade do procedimento, a estimativa de preços para os referidos itens foi elaborada com base na média aritmética simples dos dois valores obtidos, considerando que ambos atendem aos requisitos de clareza, detalhamento e compatibilidade com o objeto pretendido.

Reitera-se que a Administração adotou todas as medidas razoáveis para ampliar a pesquisa de mercado, garantindo a transparência e a boa-fé no processo de definição do valor estimado da contratação, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

**PESQUISA
DIRETA
COM FORNECEDORES**

(PARÂMETRO IV - art. 23, §1º da Lei nº 14.133)


Zimbra

silva.victor1@marinha.mil.br

Solicitação de Orçamento - ENRG

De : VICTOR GONÇALVES DA SILVA
<silva.victor1@marinha.mil.br>

seg., 01 de set. de 2025 12:44

 2 anexos

Assunto : Solicitação de Orçamento - ENRG

Para : Alex <alex.aparecido@marinha.mil.br>

Cc : jairo brito <jairo.brito@marinha.mil.br>,
vagner.kohler <vagner.kohler@marinha.mil.br>

Cco : emerson morreti <emerson.morreti@inc-
naval.com.br>,
transmaq@transmaqtransportes.com.br,
comercial@tranziran.com.br,
comercial@macguinchos.com,
enertechc@enertecdx.com.br,
comercial@ouriquerental.com.br,
guinchosul@hotmail.com, Werner Hosang
<werner@sostilysi.com.br>,
vitorprates@lcel.net, carlos silva
<carlos.silva@spsmontagens.com.br>,
rentalmunck@rentalmunck.com.br,
prismacontainer@prismacontainer.com.br,
ritterlocacoes@gmail.com,
sulguindastes@sulguindastes.com,
comercial@sansaomunck.com.br,
comercial@grupodarcypacheco.com.br,
contato@setmar.com.br

Prezado fornecedor,

Consulto a possibilidade de orçar os itens da planilha atualizada em anexo, para composição futura de pregão eletrônico, ou vosso declínio em atender-nos.

Solicita-se ainda que vosso orçamento contenha:

- a) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
- b) endereço, e-mail e telefone de contato;
- c) data de emissão;
- d) valor unitário; e
- e) nome completo, identificação e assinatura do responsável.

DADOS DO SOLICITANTE:

Estação Naval do Rio Grande

CNPJ: 00.394.502/0195-97

Endereço: Avenida Honório Bicalho, portão 09, Vila Militar - Rio Grande-RS

Julgamos um prazo de resposta razoável em torno de 10 (dez) dias úteis. Quaisquer dúvidas, encontramos-nos à disposição.

Respeitosamente,

VICTOR Gonçalves da SILVA

Segundo Tenente (RM2-EN)

Encarregado da Divisão de Estruturas Navais

Estação Naval do Rio Grande

E-mail: silva.victor1@marinha.mil.br

"Marinha do Brasil, protegendo nossas riquezas, cuidando da nossa gente".



PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS.xlsx

13 KB



PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS.ods

47 KB

MARINHA DO BRASIL ESTACÇÃO NAVAL DO RIO GRANDE					
ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO	UF	QDE	Valor Unitário	Valor Total
SERVIÇOS DE CALDEIRARIA PESADA					
1	AÇO CARBONO: Fabricação, montagem, instalação ou substituição de chapas planas ou com conformação, chapas perfuradas, expandidas e antiderrapante, perfis retos ou curvos, barras, estruturas tubulares e demais estruturas em aço carbono ASTM A-369 (chapa de 1/6" a 1/8")	KG	5000		
2	AÇO CARBONO: Fabricação, montagem, instalação ou substituição de chapas planas ou com conformação, chapas perfuradas, expandidas e antiderrapante, perfis retos ou curvos, barras, estruturas tubulares e demais estruturas em aço carbono ASTM A-131, de espessura igual ou superior a 1/8".	KG	25000		
3	ALUMÍNIO: Fabricação, montagem, instalação ou substituição de chapas planas ou com conformação, chapas perfuradas, expandidas e antiderrapante, perfis retos ou curvos, barras, estruturas tubulares e demais estruturas em alumínio naval nas ligas AA 5052, AA 5083 e AA 5086 nas têmperas F, O, H111, H 112, H116, H32 e H321, de espessura igual ou superior a 1/16". Com soldagem por arco elétrico pelos processos TIG ou MIG.	KG	5000		
SERVIÇOS DE CALDEIRARIA - FORRAÇÃO, CONFECÇÃO DE DUTOS E ACESSÓRIOS					
4	Retirada e Instalação da forração, chapa em MDF hidrófugo com 6mm de espessura na cor branca, contendo estrutura em metalon e isolamento térmico de lã de rocha aluminizada com 50mm de espessura. Material: MDF hidrófugo	M²	600		
5	Retirada e Instalação da forração, chapa em aço inox 304, 0,6mm de espessura contendo estrutura em metalon e isolamento térmico de lã de rocha aluminizada com 50mm de espessura. Material: Aço inoxidável	M²	600		
6	Retirada e Instalação da forração, chapa em ACM – alumínio composto cor branca, com 3mm de espessura contendo estrutura em metalon e isolamento térmico de lã de rocha aluminizada com 50mm de espessura. Material: Alumínio	M²	800		
7	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de dutos de ar-condicionado, ventilação, descarga ou extração. Material: Aço carbono	KG	3000		
8	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de balastrada, corrimão, balaústre, trincaniz e bico de pato	KG	2100		
9	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de estrados, escadas, estantes e armários. Material: Aço carbono	KG	900		
10	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de acessórios estanques. Material: Aço carbono	KG	3000		
11	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de suportes de redes e caminho mecânico. Material: Aço carbono	KG	1000		
SERVIÇOS DE CALDEIRARIA - ISOLAMENTO TÉRMICO					
12	Instalação de isolamento térmico em dutos de ar-condicionado, confeccionado em manta de fibra de vidro aluminizado em uma das faces, com largura igual ou superior a 1 m e espessura mínima de 38 mm.	M²	600		
13	Instalação de isolamento térmico em tubulação de descarga de motores de combustão interna, confeccionado em manta cerâmica de 50 mm de espessura, densidade 64 kg/m³. A manta térmica deverá ser revestida (revestimento intermediário) em tecido de fibra cerâmica de 3 mm de espessura, densidade de 500 kg/m³ e revestimento de acabamento em chapa em aço galvanizado (espessura mínima 0,65 mm -BSG 24)	M²	9600		
14	Instalação de isolamento térmico em tubulações com temperatura de trabalho até 750°C, confeccionados em calhas (isotubo bipartido) de lã de rocha, com espessura de parede de 50 mm, com revestimento de acabamento em chapa metálica (material A ou B).	M²	9600		
SERVIÇOS TRATAMENTO E PINTURA DE SUPERFÍCIES EXTERNAS DE EMBARCAÇÕES					
15	Limpeza através de raspagem e hidrojateamento a média pressão (400-500 bar).	m²	4000		
16	Limpeza e tratamento e superfície por hidrojateamento a alta pressão (10.000 – 25.000 psi).	m²	1000		
17	Limpeza com solvente para remoção de óleo ou graxa através de friccionamento da superfície com panos ou escovas em conjunto com desengraxantes ou detergentes biodegradáveis emulsionáveis e posterior enxágue com água doce limpa para a remoção total dos contaminantes e produtos aplicados.	m²	1000		
18	Tratamento Mecânico Grau St3 + aplicação de primer.	m²	1000		
19	Limpeza por jateamento abrasivo seco, padrão comercial, Grau Sa 2.	m²	1000		
20	Limpeza por jateamento abrasivo úmido, padrão comercial, Grau Sa 2.	m²	1000		
21	Jateamento abrasivo seco, padrão metal quase branco, Grau Sa 2 1/2 + aplicação de primer	m²	1000		
22	Jateamento abrasivo úmido, padrão metal quase branco, Grau Sa 2 1/2 + aplicação de primer	m²	1000		
23	Limpeza e tratamento de superfície por hidrojateamento, Grau WJ-4.	m²	1000		
24	Hidrojateamento a ultra pressão (acima de 25.000 psi), Grau WJ-2 + aplicação de primer.	m2	1000		
25	Aplicação de esquema de pintura de navios e embarcações de superfície, em aço, pintados de cinza e branco. Aplicação de pintura em obras vivas, costado, linha d'água, casaria, compartimentos internos e convés, conforme ENGENTALMARINST N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	m²	4000		
26	Aplicação de esquema de pintura de embarcações rápidas (lanchas), em alumínio, pintados de cinza. Aplicação de pintura em obras vivas, costado, linha d'água, casaria, compartimentos internos e convés, conforme ENGENTALMARINST N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	m²	1000		
27	Aplicação de esquema de pintura de embarcações rápidas (lanchas), em PRFV, pintados de cinza. Aplicação de pintura em obras vivas, costado, linha d'água, casaria, compartimentos internos e convés, conforme ENGENTALMARINST N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	m²	1000		
SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESGASEIFICAÇÃO, TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE E PINTURA INTERNA DE TANQUES.					
28	Limpeza e desgaseificação de tanques de óleo combustível com emissão de laudo técnico. O volume residual dos tanques e dos resíduos gerados durante a limpeza deverão ser retirados e destinados conforme legislação vigente.	m³	100		
29	Limpeza dos tanques de aguada.	m³	1000		
30	Tratamento Mecânico Grau St3 das superfícies internas dos tanques + aplicação de primer.	m²	200		
31	Aplicação de esquema de pintura de tanques de aguada, conforme ENGENTALMARINST N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	m²	1000		
32	Aplicação de esquema de pintura de tanques de combustíveis, lubrificantes, lastro e séptico, conforme ENGENTALMARINST N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	m²	1000		
33	Retirada de resíduos oleosos e destinação conforme legislação vigente.	m³	50		

SERVIÇOS DE FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÕES					
34	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de Redes e seus acessórios (curvas, conexões, flanges, vedantes e parafusos). O fornecimento de todos os materiais exceto válvulas, serão de responsabilidade da contratada. As válvulas e instrumentos de medição serão fornecidos pela contratante. Elementos de fixação por solda arco elétrico e ou rosas. Material: Aço carbono que atendam a norma NBR 5590. Realização de testes hidrostáticos. Local da instalação: A bordo dos navios da Marinha do Brasil, subordinados ao Com5ºDN. Até 4”	KG	3000		
35	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de Redes e seus acessórios (curvas, conexões, flanges, vedantes e parafusos). O fornecimento de todos os materiais exceto válvulas, serão de responsabilidade da contratada. As válvulas e instrumentos de medição serão fornecidos pela contratante. Elementos de fixação por solda arco elétrico e ou rosas. Material: Aço carbono que atendam a norma NBR 5590. Realização de testes hidrostáticos. Local da instalação: A bordo dos navios da Marinha do Brasil, subordinados ao Com5ºDN. Igual ou superior a 4”	KG	1000		
36	Fabricação e instalação de redes e seus acessórios (curvas, conexões, flanges, vedantes e parafusos). O fornecimento de todos os materiais exceto válvulas, serão de responsabilidade da contratada. As válvulas e instrumentos de medição serão fornecidos pela contratante. Elementos de fixação por solda elétrica. Material: Aço Inox AISI 304/304 L, AISI 316/316 L e AISI 310. Realização de testes hidrostáticos. Local da instalação: A bordo dos navios da Marinha do Brasil, subordinados ao Com5ºDN. Até 4”	KG	1800		
37	Fabricação e instalação de redes e seus acessórios (curvas, conexões, flanges, vedantes e parafusos). O fornecimento de todos os materiais exceto válvulas, serão de responsabilidade da contratada. As válvulas e instrumentos de medição serão fornecidos pela contratante. Elementos de fixação por solda elétrica. Material: Aço Inox AISI 304/304 L, AISI 316/316 L e AISI 310. Realização de testes hidrostáticos. Local da instalação: A bordo dos navios da Marinha do Brasil, subordinados ao Com5ºDN. Igual ou superior a 4”	KG	500		
SERVIÇOS DE IÇAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS					
38	Diária (10 horas) de serviço para movimentação e içamento de cargas com caminhão munck, capacidade máxima de elevação superior à 10 toneladas e alcance vertical não inferior à 20 metros.	UN	10		
39	Diária (10 horas) de serviço para movimentação e içamento de cargas com guindaste articulado, capacidade máxima de elevação superior à 20 toneladas e alcance vertical não inferior à 25 metros.	UN	10		
40	Diária (10 horas) de serviço para movimentação e içamento de cargas com guindaste , capacidade máxima de elevação superior ou igual à 30 toneladas e alcance vertical não inferior à 25 metros.	UN	10		
41	Diária (10 horas) de serviço para movimentação e içamento de cargas com guindaste , capacidade máxima de elevação superior ou igual à 50 toneladas e alcance vertical não inferior à 25 metros.	UN	10		
VALOR TOTAL					


Zimbra

alex.aparecido@marinha.mil.br

Fwd: RES: Solicitação de Orçamento - ENRG

De : VICTOR GONÇALVES DA SILVA
<silva.victor1@marinha.mil.br>

ter., 02 de set. de 2025 12:59

 1 anexo

Assunto : Fwd: RES: Solicitação de Orçamento - ENRG

Para : Alex <alex.aparecido@marinha.mil.br>

PSC

De : "Gustavo Machado da Silva" <gustavo.machado@grupodarcypacheco.com.br>

Para : "VICTOR GONÇALVES DA SILVA" <silva.victor1@marinha.mil.br>

Enviadas: Terça-feira, 2 de setembro de 2025 12:13:24

Assunto: RES: Solicitação de Orçamento - ENRG

CAUIDADO: E-mail externo. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro. Em caso de e-mail suspeito, contacte o admin e encaminhe o cabeçalho MIME original para "abuse@marinha.mil.br".

Bom dia Victor

Orçaremos somente os equipamentos para Movimentação de Carga (Munck e Guindastes) porém gostaria de esclarecer algumas dúvidas.

Qual melhor horário para que eu possa te ligar?

At.te



Gustavo Machado da Silva

Coordenador Operacional

Tel: +55 (51) 2103.1323 / Ramal 187

Grupo Darcy Pacheco - Soluções de Peso

Visite nosso site: www.grupodarcypacheco.com.br

De: VICTOR GONÇALVES DA SILVA <silva.victor1@marinha.mil.br>

Enviada em: segunda-feira, 1 de setembro de 2025 12:45

Para: Alex <alex.aparecido@marinha.mil.br>

Cc: jairo brito <jairo.brito@marinha.mil.br>; vagner.kohler <vagner.kohler@marinha.mil.br>

Assunto: Solicitação de Orçamento - ENRG

Prezado fornecedor,

Consulto a possibilidade de orçar os itens da planilha atualizada em anexo, para composição futura de pregão eletrônico, ou vosso declínio em atender-nos.

Solicita-se ainda que vosso orçamento contenha:

- a) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
- b) endereço, e-mail e telefone de contato;
- c) data de emissão;
- d) valor unitário; e
- e) nome completo, identificação e assinatura do responsável.

DADOS DO SOLICITANTE:

Estação Naval do Rio Grande

CNPJ: 00.394.502/0195-97

Endereço: Avenida Honório Bicalho, portão 09, Vila Militar - Rio Grande-RS

Julgamos um prazo de resposta razoável em torno de 10 (dez) dias úteis. Quaisquer dúvidas, encontramos-nos à disposição.

Respeitosamente,

VICTOR Gonçalves da SILVA

Segundo Tenente (RM2-EN)

Encarregado da Divisão de Estruturas Navais

Estação Naval do Rio Grande

E-mail: silva.victor1@marinha.mil.br

"Marinha do Brasil, protegendo nossas riquezas, cuidando da nossa gente".


Zimbra

alex.aparecido@marinha.mil.br

Fwd: Solicitação de Orçamento - ENRG

De : VICTOR GONÇALVES DA SILVA
<silva.victor1@marinha.mil.br>

seg., 15 de set. de 2025 14:50

 3 anexos

Assunto : Fwd: Solicitação de Orçamento - ENRG

Para : Alex <alex.aparecido@marinha.mil.br>

PSC

De: "Rogerio Madeira Feijo Filho" <rogerio.filho@grupodarcypacheco.com.br>

Para: "VICTOR GONÇALVES DA SILVA" <silva.victor1@marinha.mil.br>

Cc: "Gustavo Machado da Silva" <gustavo.machado@grupodarcypacheco.com.br>

Enviadas: Terça-feira, 9 de setembro de 2025 10:46:42

Assunto: RE: Solicitação de Orçamento - ENRG

CUIDADO: E-mail externo. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro. Em caso de e-mail suspeito, contacte o admin e encaminhe o cabeçalho MIME original para "abuse@marinha.mil.br".

Bom dia, Victor.

Segue em anexo nossa proposta Comercial.

At.te



Rogerio Madeira Feijo Filho

Operacional

Tel: +55 (51) 2103.1323

Grupo Darcy Pacheco - Soluções de Peso

Visite nosso site: www.grupodarcypacheco.com.br

De: Gustavo Machado da Silva <gustavo.machado@grupodarcypacheco.com.br>

Enviado: terça-feira, 9 de setembro de 2025 10:10

Para: Rogerio Madeira Feijo Filho <rogerio.filho@grupodarcypacheco.com.br>

Assunto: ENC: Solicitação de Orçamento - ENRG

**Gustavo Machado da Silva**

Coordenador Operacional

Tel: +55 (51) 2103.1323 / Ramal 187

Grupo Darcy Pacheco - Soluções de Peso

Visite nosso site: www.grupodarcypacheco.com.br

De: VICTOR GONÇALVES DA SILVA <silva.victor1@marinha.mil.br>**Enviada em:** segunda-feira, 1 de setembro de 2025 12:45**Para:** Alex <alex.aparecido@marinha.mil.br>**Cc:** jairo brito <jairo.brito@marinha.mil.br>; vagner.kohler <vagner.kohler@marinha.mil.br>**Assunto:** Solicitação de Orçamento - ENRG

Prezado fornecedor,

Consulto a possibilidade de orçar os itens da planilha atualizada em anexo, para composição futura de pregão eletrônico, ou vosso declínio em atender-nos.

Solicita-se ainda que vosso orçamento contenha:

- a) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
- b) endereço, e-mail e telefone de contato;
- c) data de emissão;
- d) valor unitário; e
- e) nome completo, identificação e assinatura do responsável.

DADOS DO SOLICITANTE:

Estação Naval do Rio Grande

CNPJ: 00.394.502/0195-97

Endereço: Avenida Honório Bicalho, portão 09, Vila Militar - Rio Grande-RS

Julgamos um prazo de resposta razoável em torno de 10 (dez) dias úteis. Quaisquer dúvidas, encontramos-nos à disposição.

Respeitosamente,

VICTOR Gonçalves da SILVA
Segundo Tenente (RM2-EN)
Encarregado da Divisão de Estruturas Navais
Estação Naval do Rio Grande
E-mail: silva.victor1@marinha.mil.br

"Marinha do Brasil, protegendo nossas riquezas, cuidando da nossa gente".



DP14699-2025.v01...MARINHA RG...09.09.25...GMS.pdf

344 KB

NOVA SANTA RITA, 9 de Setembro de 2025

PROPOSTA/CONTRATO: DP14699/2025.v01

CONTRATANTE COMANDO DA MARINHA CNPJ 00.394.502/0195-97 ENDEREÇO AVENIDA HONORIO BICALHO, S/N, PORTAO 9 / VILA MILITAR, CEP 00.602-064, Bairro GETÚLIO VARGAS, RIO GRANDE, RS CONTATO VICTOR GONÇALVES E-MAIL silva.victor1@marinha.mil.br TELEFONE 021980414649	CONTRATADA DARCY PACHECO SOLUCOES DE PESO (RIO GRANDE) CNPJ 89.396.121/0004-50 ENDEREÇO RODOVIA BR 392,140, KM 19, CEP 00.201-922, Bairro CARREIROS, RIO GRANDE, RS CONTATO GUSTAVO SILVA E-MAIL gustavo.machado@grupodarcypacheco.com.br TELEFONE 55 (51) 99375-6017
--	--

Em atenção a sua solicitação, segue abaixo a cotação com nossos preços e condições para serviços a serem executados:

A presente proposta é válida por 10 dias, sendo que está sujeita a confirmação na data de fechamento do negócio, levando-se em conta a disponibilidade e/ou contratação prévia dos equipamentos.

A partir do momento que a presente proposta for recebida pela CONTRATANTE, mesmo se o negócio não for fechado e/ou a proposta não for assinada, a CONTRATANTE deverá manter absoluto sigilo e confidencialidade do conteúdo deste instrumento, incluindo, sem se limitar, valores, condições e cláusulas, sob pena de responsabilidade civil e criminal.

1. OBJETO

Prestação de serviços com Equipamento(s) para içamento e movimentação de cargas (com equipe e aparato técnico necessário à prestação dos serviços), na forma do item 14.14 da Lei Complementar 116/2003, conforme abaixo:

SERVIÇO DE IÇAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DE CARGA

ITEM 1: CORRESPONDENTE AO ITEM 38 DA TABELA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

ITEM 2: CORRESPONDENTE AO ITEM 39 DA TABELA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

ITEM 3: CORRESPONDENTE AO ITEM 40 DA TABELA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

ITEM 4: CORRESPONDENTE AO ITEM 41 DA TABELA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

DATA DE INÍCIO EM ABERTO

2. INÍCIO DOS SERVIÇOS 00/00/0000**3. LOCAL DOS SERVIÇOS**

Os serviços serão executados no local abaixo, ficando proibido ao CONTRATANTE o deslocamento dos equipamentos para qualquer atividade ou local diferente do aqui estabelecido: RIO GRANDE, RS.

4. EQUIPAMENTOS/SERVIÇOS E VALORES

Item	Qtd.	Equipamento/Serviço	Período	Valor Unitário	Unid.	Garantia Mínima Faturamento (Dia/Turno)	Mobilização	Desmobilização
1	1	GUINDAUTO ING 45500T	1 Dia	R\$ 440,00	HORA	10,00	HRS. DESLOC	HRS. DESLOC

2	1	GUINDASTE ARTICULADO PK 100.002	1 Dia	R\$ 680,00	HORA	10,00	HRS. DESLOC	HRS. DESLOC
3	1	GUINDASTE SANY STC1200T7	1 Dia	R\$ 1.200,00	HORA	10,00	R\$ 7.800,00	R\$ 7.800,00
4	1	GUINDASTE LIEBHERR LTM 1200	1 Dia	R\$ 2.100,00	HORA	10,00	R\$ 11.700,00	R\$ 11.700,00

4.1. Os equipamentos somente serão mobilizados após o envio, por meio eletrônico, do presente instrumento assinado para o remetente desta proposta.

4.2. Se a CONTRATANTE necessitar do mesmo equipamento para o dia posterior, esta confirmação deverá ser feita até 12h. Caso contrário, a CONTRATADA não poderá garantir a permanência do mesmo.

4.3. Caso a CONTRATANTE tenha necessidade de reagendar o dia do serviço, deverá solicitar expressamente à CONTRATADA através de envio de e-mail com antecedência, conforme prazos abaixo, sob pena da CONTRATANTE pagar à CONTRATADA 50% do valor correspondente ao mínimo de horas diárias do período compreendido entre a data programada até a nova data. Em caso de cancelamento pela CONTRATANTE após já mobilizados os recursos da CONTRATADA, a CONTRATANTE arcará com valor correspondente à integralidade do preço estabelecido para o período.

- a) Para equipamentos com capacidade de carga de até 220t – em até 24 horas do dia útil anterior à data programada
- b) Para equipamentos com capacidade de carga acima de 220t - em até 168 horas do dia útil anterior à data programada

4.4. Valores reajustáveis anualmente pela variação positiva do IGP-M (acumulado dos últimos 12 meses) no mês de assinatura do contrato.

4.5. Caso os conjuntos transportadores utilizados para transporte de contra pesos/Jib e acessórios do equipamento não sejam descarregados/recarregados em um prazo máximo de 5 horas, por motivos fora do gerenciamento da CONTRATADA, a CONTRATANTE passará a pagar estadias conforme tabela abaixo:

Conjunto Transportador	Valor (R\$) dia
Carreta Carga Seca / Trucada / Extensível	R\$ 3.500,00
Prancha de 3, 4 ou 6 eixos	R\$ 3.500,00

4.6. Para fins de retenção previdenciária, na forma do art. 116 da IN RFB nº 2110/2002, o preço estabelecido neste contrato será composto por: (a) 25% - mão de obra/(b) 75% - equipamentos.

5. IMPOSTOS/TAXAS

5.1. ISS será acrescido ao preço.

5.2. Ocorrendo alteração na legislação tributária, trabalhista, previdenciária e fiscal, no período compreendido entre a data de assinatura desta proposta e a data de cada faturamento, referente à criação ou extinção de contribuições, tributos e/ou encargos ou modificações dos já existentes, considerados na elaboração do preço, será feita a respectiva correção para mais ou para menos no preço, na proporção em que a referida alteração modifique a respectiva composição do preço.

6. APONTAMENTO DE HORAS

6.1. Sem prejuízo da garantia mínima de horas, serão apontadas as seguintes horas, incluindo, sem se limitar: Horas trabalhadas e à disposição, montagem e desmontagem dos equipamentos, patolamento/despatoamento, carga e descarga dos materiais de apoio; Horas utilizadas em deslocamento (ida e volta) até o local dos serviços; Horas em que o equipamento estiver bloqueado, segurando carga, em procedimento de trabalho, com ou sem operador; Paralisações de hora ou diárias devido a condições desfavoráveis do terreno ou climáticas, incluindo sem se limitar, atolamentos, chuvas, ventos, raios; Horas aguardando ordens burocráticas para a entrada ou saída na obra, horas de abastecimento, os períodos necessários para identificação e integração do pessoal, verificação de equipamentos, componentes e ferramentas serão apontadas normalmente como horas trabalhadas; Horas despendidas para alterações nas configurações dos equipamentos, seus acessórios e quaisquer outros componentes necessários à execução dos serviços e que devam ser realizadas no local da prestação dos mesmos; todos os períodos de paralisação motivados pela CONTRATANTE e/ou terceiros, além de caso fortuito/força maior. - Caso seja necessária a integração em dia diferente ao do início dos serviços, este período será apontado e cobrado. Após a mobilização, as horas demandadas para atendimento a solicitações adicionais (exames, documentos, laudos, ensaios, etc.) serão integralmente cobradas da CONTRATANTE.

6.2. Serão consideradas horas trabalhadas, para efeito de medição/faturamento, o mínimo de horas estabelecido na tabela da cláusula 4, trabalhadas ou à disposição, de segundas-feiras às sextas-feiras, no horário das 07:10 às 18:00, com intervalo de 01 (uma) hora refeição.

6.3. Serviços executados aos sábados (sempre com mínimo de 10:00 horas/dia/turno/por equipamento) e de Segundas a Sextas-feiras em horários anteriores às 07:10 e após às 18:00, sofrerão acréscimo de 25,00% nos preços.

6.4. Serviços executados aos domingos e feriados (sempre com mínimo de 10:00 horas/dia/turno/por equipamento), sofrerão acréscimo de 50,00% nos preços.

6.5. Caso a CONTRATANTE tenha necessidade que a duração diária do serviço ultrapasse 12 horas (já contemplado deslocamento ida/volta), deverá comunicar a CONTRATADA no momento da assinatura do presente instrumento. Caso não seja observada esta condição, será respeitada a jornada limite diária de 12 horas, retomando-se o serviço no dia seguinte, respeitando todas as condições da presente Proposta/Contrato.

6.6. Para serviços de medição semanal, quinzenal e/ou mensal, após o término do período especificado em contrato para medição, será emitido pela CONTRATADA e enviado à CONTRATANTE um Boletim de Medição, que deverá ser aprovado pela CONTRATANTE em até 05 dias após o recebimento. Caso não ocorram manifestações expressas da CONTRATANTE dentro deste período, o Boletim de Medição será considerado como aceito e a NF será emitida.

6.7. Com base nas Ordens de Serviço serão emitidas faturas relativas aos serviços, reunindo-se as folhas todo dia e/ou ao término dos mesmos. Caso as folhas de ponto diário não sejam assinadas ou contestadas (por escrito) em até 24 horas após seu registro, serão consideradas aceitas pela CONTRATADA.

7. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

7.1. Utilizar na prestação de serviços mão-de-obra qualificada e treinada, fornecendo os EPI's básicos de segurança para a execução dos serviços.

7.2. Salários e encargos sociais de seus funcionários.

7.3. Manter seguro de vida com custeio integral de todos os funcionários.

7.4. Emitir Nota Fiscal / Fatura ao final dos serviços.

7.5. Fornecer equipamentos em condições de operação para a execução dos serviços.

7.6. Manutenção dos seus equipamentos.

7.7. Responsabilizar-se tecnicamente pelos serviços contratados.

7.8. Para fins de sinalização e isolamento da área de movimentação de carga, a CONTRATADA fornecerá cone de sinalização, fita ou cordas, conforme sua disponibilidade. Para atendimento de qualquer solicitação ou necessidade fora deste padrão, o fornecimento dos itens de sinalização será por conta e responsabilidade da CONTRATANTE.

7.9. Caso necessário fornecer documentos de encargos sociais tais como: FOLHA DE PAGAMENTO, DCTFWEB, DARF INSS/IRRF e FGTS, os mesmos deverão ser solicitados pela CONTRATANTE no momento da assinatura do presente instrumento e serão apresentados pela CONTRATADA até o dia 25 do mês subsequente ao mês dos serviços prestados.

7.10. Para o início dos trabalhos, sendo necessário, serão fornecidos os seguintes documentos: ASO (Atestado de Saúde Ocupacional), CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), Ficha Registro e Certificado de operador, todos em meio eletrônico. Caso sejam necessários documentos e exames adicionais, os mesmos serão cobrados a parte. Caso o equipamento ou operador já estejam no local dos serviços ou em deslocamento para este e sejam solicitados exames e documentos adicionais, as horas demandadas para o atendimento a estas exigências serão cobradas integralmente da CONTRATANTE. Nesta hipótese, a nova documentação solicitada pela CONTRATANTE não será apresentada pela CONTRATADA de forma retroativa ao(s) mês(es) anterior(es) da solicitação, mas somente para o período posterior à solicitação, especialmente em relação a documentos referentes a recolhimento de encargos sociais/trabalhistas/ previdenciários.

7.11. A CONTRATADA não arcará, em hipótese alguma, com ônus/custo/despesa/indenização de qualquer natureza da CONTRATANTE e/ou suas subcontratadas em consequência de qualquer período em que os equipamentos e/ou equipe da Contratada ficarem parados, independentemente do motivo, incluindo, sem se limitar, períodos para manutenções corretivas e preventivas de equipamentos, substituição de peças ou dos próprios equipamentos, mesmo que tenham seus escopos impactados em decorrência da parada de equipamentos e/ou equipe da CONTRATADA.

7.12. A CONTRATADA se reserva o direito de não efetuar os serviços contratados, sem que isto lhe acarrete quaisquer tipos de ônus e responsabilidades, em função de matéria prima, condições de acesso e/ou climáticas desfavoráveis, problemas nos processos produtivos, operações consideradas de risco em qualquer momento ou qualquer outro tipo de força maior que venha prejudicar ou colocar em risco a execução dos mesmos.

8. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar os pagamentos devidos por força deste contrato dentro dos preços e prazos aqui estabelecidos.

8.2. Responsabilizar-se pela entrega de todos os materiais e instruções necessárias à execução dos serviços, informando antecipadamente inclusive a necessidade de EPI's especiais.

8.3. Caso a CONTRATANTE solicite exames médicos complementares ao básico 'ocupacional' previsto no PCMSO da CONTRATADA, ou que devam ser atualizados em virtude dos períodos de validade exigidos pela CONTRATANTE para integração e trabalhos em sua planta, a CONTRATANTE deverá arcar com o custo necessário para realização destes exames, o qual será acrescido ao preço do presente contrato.

8.4. Considerando que a CONTRATADA possui PCMSO e PGR em total conformidade com a legislação de segurança do trabalho, caso a CONTRATANTE solicite que a CONTRATADA elabore ou implemente novo PCMSO ou PGR, ou ainda solicite implementação de novas medidas no PCMSO e PGR da CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá arcar com o custo necessário para estes procedimentos, o qual será acrescido ao preço do presente contrato.

8.5. Garantir o esforço causado pelo equipamento com a maior carga no solo (resistência do solo). Garantir que o terreno (solo) onde o equipamento irá trabalhar esteja preparado (nivelado e compactado) para suportar as cargas do equipamento, somado ao material a ser içado, e livre de quaisquer interferências subterrâneas que prejudiquem a segurança das operações. Solo nivelado e com resistência às cargas aplicadas pelo equipamento + peça são fatores cruciais para a segurança da operação. Caso por estes motivos os serviços não sejam realizados, as horas serão anotadas no Boletim de Medição e cobradas de acordo com cláusulas anteriores.

8.6. Fornecer área de operação plana, compactada, livre e desimpedida, bem como informar quaisquer interferências subterrâneas na área de patolamento do equipamento. Realizar todas as modificações necessárias para o acesso do(s) equipamento(s) da CONTRATADA ao local de realização dos serviços, devendo ainda providenciar o desligamento da rede de energia elétrica antes do início dos serviços, caso venham a ser prestados próximos da mesma.

8.7. Caso a CONTRATANTE solicite alguma certificação fora dos padrões exigidos pela legislação em vigor ou fora do padrão exigido pelo órgão certificador ou fabricante em relação aos equipamentos e acessórios de movimentação de carga da CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá arcar com os custos desta certificação por empresa especializada. Caso solicitado pela CONTRATANTE que a CONTRATADA desenvolva algum equipamento ou acessório especial de movimentação de carga, a CONTRATANTE deverá arcar com o custo pela certificação do referido equipamento ou acessório especial.

8.8. Caso eventualmente a CONTRATADA tenha que utilizar equipamento ou acessório de movimentação de carga da CONTRATANTE, a CONTRATANTE garante que o seu equipamento ou acessório de movimentação de carga é certificado de acordo com os padrões exigidos pela legislação em vigor. Caso o referido equipamento ou acessório de movimentação de carga da CONTRATANTE não seja certificado, a CONTRATADA ficará totalmente isenta de qualquer responsabilidade em decorrência do uso do equipamento ou acessório, ficando a CONTRATANTE exclusivamente responsável por qualquer consequência pela utilização dos mesmos.

8.9. Havendo solicitação pela CONTRATANTE de adaptação em equipamentos ou acessórios de movimentação de carga ou mesmo necessidade de adaptação nos referidos equipamentos ou acessórios para atendimento à exigência de órgão fiscalizador, a CONTRATANTE arcará exclusivamente com todos os custos, incluindo, mas sem se limitar, projetos e laudos técnicos, para a realização da adaptação nos equipamentos ou acessórios de movimentação de carga.

8.10. Informar antecipadamente procedimentos, documentação exigida e pessoa(s) de contato para identificação e integração da equipe da CONTRATADA, equipamentos e materiais.

8.11. Em caso de danos aos equipamentos da CONTRATADA causados: (a) durante a guarda dos mesmos no local dos serviços (b) pelas condições de acesso e do local dos serviços; (c) por serviços e movimentações no entorno do local dos serviços (d) por erro, omissão ou negligência de quaisquer informações passadas pela CONTRATANTE, (e) pela utilização de acessórios de movimentação de carga fornecidos pela CONTRATANTE; a responsabilidade será exclusiva da CONTRATANTE, que deverá ressarcir a CONTRATADA pelos custos para reparo de seus equipamentos, além de pagar pelo período em que permanecerem em manutenção corretiva ou até ocorrer sua indenização em caso de perda total do equipamento, com base no mínimo de horas/dia e valores da cláusula 4 do presente instrumento.

8.12. Responsabilizar-se por toda e qualquer liberação/autorização junto a empresas particulares, Prefeituras, Estado, União e demais órgãos que porventura se fizerem necessários para o perfeito andamento dos serviços contratados.

8.13. Informar ou providenciar os pontos de movimentação do material a ser içado. Quando não existirem estes pontos definidos, a CONTRATANTE deverá informar, por onde poderão ser passados os materiais de içamento de forma que permita a movimentação do material a ser içado sem riscos de queda ou danificações a sua estrutura, ficando desde já eximida a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades por eventuais danos provocados por erro nestas informações.

8.14. Designar um preposto com conhecimentos técnicos e autonomia, presente no local de prestação dos serviços, a fim de fornecer as informações necessárias e tomar as decisões pertinentes ao bom andamento dos serviços, além de assinar todos os documentos referentes ao objeto do presente instrumento. As partes reconhecem que o preposto da CONTRATANTE tem plenos poderes para assinar todos os documentos vinculados ao presente contrato, especialmente boletins de medição e folhas de ponto diário.

8.15. A CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA, por escrito, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, sua necessidade de desmobilização dos equipamentos objeto deste contrato, estando o presente contrato em vigência por prazo determinado ou indeterminado.

8.16. Caso a CONTRATANTE não cumpra o aviso prévio de 30 (trinta) dias para desmobilização de equipamentos, deverá pagar a garantia mínima de faturamento por mês em relação ao(s) equipamento(s) desmobilizado(s), cujo valor é reconhecido pela CONTRATANTE como líquido, certo e exigível, sendo que seu vencimento ocorrerá imediatamente no momento em que for iniciada a desmobilização. O presente aviso prévio de desmobilização não afasta a aplicação de qualquer outro ônus ou multa prevista no presente instrumento, especialmente as regras previstas nas cláusulas 11.2 e 11.11.

8.17. Caso a CONTRATADA permaneça atendendo a CONTRATANTE após o prazo determinado deste contrato, o mesmo será prorrogado automaticamente por prazo indeterminado, podendo, a partir de então, a CONTRATADA reajustar os preços conforme sua prática de mercado, sem prejuízo do reajuste previsto no item 4.

8.18. No momento em que for atingido o prazo de término determinado deste contrato, caso o(s) equipamento(s) já esteja(m) comprometido(s) com o atendimento de outra obra ou cliente da CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá liberar imediatamente o(s) equipamento(s) para que a CONTRATADA possa honrar compromisso anteriormente firmado em outra obra.

8.19. Cabos, manilhas, balancim ou qualquer outro tipo de material em medidas especiais ou que não tenham em estoque, serão fornecidos pela CONTRATANTE ou, se fornecidos pela CONTRATADA, serão pagas a parte pela CONTRATANTE, conforme valor de mercado.

8.20. Caso seja danificado algum material de amarração (cabos, cintas, manilhas e, etc.) por uso indevido do mesmo a pedido da CONTRATANTE, este material será ressarcido pela CONTRATANTE, conforme valor de mercado.

8.21. Em qualquer hipótese de disponibilidade de sinaleiro pela CONTRATANTE, a CONTRATANTE tem o dever exclusivo de providenciar mão de obra especializada, devidamente treinada e habilitada, ficando exclusiva e integralmente responsável por seus riscos, ônus e encargos trabalhistas, previdenciários e de responsabilidade civil. Responderá a CONTRATANTE por qualquer dano ou prejuízo causado à CONTRATADA ou a terceiros, por ação ou omissão de seus sinaleiros. A CONTRATANTE responderá como única e exclusiva empregadora por toda e qualquer reivindicação, seja judicial ou extrajudicial, de seus sinaleiros, isentando a CONTRATADA de qualquer responsabilidade em decorrência dos mesmos.

9. SEGUROS

9.1. A CONTRATANTE pagará 0,35% do valor do objeto a ser movimentado/içado, a título de seguro. Em qualquer hipótese, sendo necessário acionar a apólice de seguro da CONTRATADA, o custo da franquia será por conta da CONTRATANTE.

9.2. Qualquer tipo de avaria causada em equipamentos e materiais da CONTRATANTE envolvidos na operação do objeto deste contrato deverá ser comunicada pela CONTRATANTE à CONTRATADA em documento firmado por seu representante legal, relatando o ocorrido, em até 2hs do sinistro, devendo a CONTRATANTE ainda preservar intacto o local do sinistro até o processo de regulação pela seguradora, sob pena do não ressarcimento dos danos decorrentes do evento.

9.3. Para todos os fins, incluindo, sem se limitar, questões de seguro, a CONTRATANTE deverá informar o valor da carga a ser içada, por escrito, antes da execução dos serviços, no campo indicado no final do presente instrumento. Fica estabelecido que a CONTRATANTE, sua seguradora e seus clientes, cientificados pela CONTRATANTE, abdicam de agir regressivamente contra a CONTRATADA em relação a qualquer sinistro durante a execução do objeto deste contrato.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. PAGAMENTO 20 DIAS após a medição do serviço, sujeito a análise de crédito.

10.2. A concretização do negócio está condicionada a aprovação pela CONTRATADA do crédito da CONTRATANTE.

10.3. Poderá a CONTRATADA emitir título de crédito para a respectiva cobrança.

10.4. As partes convencionam que, no caso do não pagamento até a data do vencimento, automaticamente o valor da fatura sofrerá acréscimo de 10% (dez por cento) a título de multa, e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária, independente de qualquer forma de notificação, calculados desde a data do inadimplemento até a do efetivo pagamento.

10.5. Caso a CONTRATANTE não realize o pagamento em seu vencimento, a CONTRATADA terá o direito de paralisar imediatamente a operação de seus equipamentos, ficando isenta de quaisquer ônus e responsabilidades, sendo que as diárias, mesmo no período de paralisação, continuarão sendo computadas e cobradas, considerando garantia mínima de faturamento, até o efetivo pagamento por parte da CONTRATANTE, sem prejuízo dos demais encargos, perdas e danos sofridos pela CONTRATADA, sendo facultado ainda à CONTRATADA optar pela resolução do presente contrato.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. Esta proposta com a assinatura da CONTRATANTE tem valor jurídico e legal de contrato. Caso a CONTRATANTE entenda pela necessidade de contrato próprio, a presente proposta fará obrigatoriamente parte integrante do mesmo.

11.2. No caso de cancelamento/rescisão deste contrato, pela CONTRATANTE ou motivada pela mesma, após aceito por esta, a CONTRATANTE deverá pagar em favor da CONTRATADA multa no valor de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor total dos serviços contratados, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

11.3. Os equipamentos ofertados dependerão da disponibilidade no período de execução do serviço indicado pelo CONTRATANTE.

11.4. Salvo expressa e prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, assumindo os riscos daí decorrentes, os equipamentos da CONTRATADA não poderão:

a) operações em obras subterrâneas ou escavações de túneis;

b) operações submersas, ou ainda, sobre cais, docas, pontes, comportas, piers, balsas, pontões, embarcações, plataformas (flutuantes ou fixas), estaqueamentos sobre água, como também em praias, margens de rios, represas, canais, lagos e lagoas;

11.5. Nos casos em que a CONTRATANTE definir o tipo de equipamento, a sua especificação será de inteira responsabilidade da CONTRATANTE, não se responsabilizando a CONTRATADA pela não execução do serviço por falta de capacidade do equipamento ou por condições adversas, bem como por indenizações de quaisquer natureza em relação ao próprio equipamento, carga e outros bens e pessoas do entorno.

11.6. Os equipamentos e valores constantes deste contrato somente serão válidos se permanecerem inalteradas as condições informadas prévia e expressamente pela CONTRATANTE. Qualquer alteração ou não conformidade desobriga a CONTRATADA da realização do serviço.

11.7. Na hipótese de serem constatadas alterações de peso e/ou dimensões do material a ser içado informados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA se reserva o direito de reavaliar o preço ofertado, ainda que o objeto deste contrato esteja em execução ou já concluído, ficando ainda a CONTRATANTE exclusivamente responsável por indenizações de quaisquer natureza em relação ao próprio equipamento, carga e outros bens e pessoas do entorno, isentando-se por completo a CONTRATADA por tais questões.

11.8. A CONTRATANTE somente poderá contratar outra empresa para executar os serviços objeto do presente contrato, caso a CONTRATADA manifeste expressamente que não tem equipamentos disponíveis para o atender a demanda. Não sendo observada esta condição, é facultado à CONTRATADA considerar rescisão de contrato motivada pela CONTRATANTE, sem prejuízo de eventuais perdas e danos e da multa prevista na cláusula 11.2.

11.9. Na ocorrência de sinistro, danos de qualquer natureza e qualquer outra situação relacionada ao objeto ora contratado, a responsabilidade da CONTRATADA fica limitada ao valor total do presente contrato, não respondendo a mesma, em nenhuma hipótese, por lucros cessantes e danos indiretos.

11.10. Para contratações superiores a 01 mês, será necessária a liberação dos equipamentos, periodicamente, para a realização de manutenção preventiva, sem prejuízo das garantias mínimas de faturamento, mesmo quando realizada a manutenção no horário de serviço .

11.11. Em caso de devolução antecipada de equipamento(s) pela CONTRATANTE antes do prazo estabelecido no item "Período" da tabela constante na cláusula 4 deste instrumento), a mesma pagará o valor restante do período para cada equipamento, sem prejuízo de eventuais perdas e danos e demais disposições deste contrato.

11.12. Os preços previstos na cláusula 4 são válidos para o pacote completo de equipamentos contratados. Havendo pedido de desmobilização de equipamento(s) pela CONTRATANTE, os preços poderão ser readequados pela CONTRATADA mediante prévia comunicação à CONTRATANTE.

11.13. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme Programa Anticorrupção chamado Integridade Sempre, disponibilizado no site www.grupodarcypacheco.com.br. A CONTRATANTE declara, para todos os fins de direito, que leu e tomou plena ciência do Programa Anticorrupção Integridade Sempre, assumindo o compromisso de respeitar rigorosamente todas as suas diretrizes, que vedam, entre outras disposições, atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira. A violação pela CONTRATANTE do Programa Anticorrupção Integridade Sempre, bem como a prática de qualquer ato lesivo à administração pública, nacional ou estrangeira, será causa de rescisão do presente contrato.

11.14. No desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com a execução do presente Contrato, as Partes, em comum acordo, se submetem ao cumprimento dos deveres e obrigações referentes à proteção de dados pessoais e se obrigam a tratá-los, sendo partes integrantes e indissociáveis do presente Contrato, a legislação vigente aplicável, incluindo, mas não se limitando, à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 e Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016 ("Marco Civil da Internet") e à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados" ou "LGPD"), no que couber e conforme aplicável.

12. RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos, sem prejuízo das demais disposições do presente instrumento:

12.1. Descumprimento de qualquer cláusula do presente contrato, mediante prévia e expressa notificação.

12.2. Inadimplência de pagamento pela CONTRATANTE das faturas oriundas do presente contrato, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, aplicando-se nesta hipótese a cláusula 11.2 em favor da CONTRATADA por se tratar de rescisão motivada pela CONTRATANTE.

12.3. Por mútuo acordo entre as partes.

(O restante da página foi deixado intencionalmente em branco. Segue página de assinaturas)



APROVAÇÃO DO CONTRATANTE

Confirmamos os serviços ofertados nesta proposta / contrato DP14699/2025.v01, estando de acordo com a totalidade de seus termos e condições e informamos que o valor da(s) peça(s) para efeito de cobertura securitária é de R\$ 0,00(). As partes declaram, sob as penas da lei, estarem devidamente representadas neste ato, nos termos de seus atos constitutivos, tendo sido obtidas todas e quaisquer autorizações e aprovações necessárias para que, respeitada a legislação em vigor, seja o presente instrumento plenamente exigível, regular, válido e eficaz, para todos os fins e efeitos, não podendo quaisquer das partes questionar a regularidade, validade e eficácia desta transação ou dos poderes dos seus representantes legais infra-assinados.

As partes elegem o foro da cidade de Canoas/RS para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, que é obrigatório para as partes, seus herdeiros e/ou sucessores a qualquer título, seja qual for o futuro domicílio do(s) ora(s) contratante(s).

E, por estarem assim acertados firmam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, depois de haverem rubricado todas as folhas, na presença de 02 (duas) testemunhas.

CONTRATADA

CONTRATANTE

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Na qualidade de devedores solidários, co-devedores e principais pagadores, na forma do artigo 275 e seguintes do Código Civil, solidariamente responsáveis por todas as obrigações da CONTRATANTE, decorrentes deste contrato e da lei, assinam os signatários abaixo:

Nome:
CPF:
Endereço:

Nome:
CPF:
Endereço:


Zimbra

alex.aparecido@marinha.mil.br

Re: Solicitação de Orçamento - ENRG

De : VITOR PRATES <vitorprates@lcel.net>

qua., 03 de set. de 2025 11:34

Assunto : Re: Solicitação de Orçamento - ENRG 1 anexo**Para :** VICTOR GONÇALVES DA SILVA
<silva.victor1@marinha.mil.br>**Cc :** Alex <alex.aparecido@marinha.mil.br>, jairo brito
<jairo.brito@marinha.mil.br>, vagner.kohler
<vagner.kohler@marinha.mil.br>As imagens externas não são exibidas. [Exibir as imagens abaixo](#)

CUIDADO: E-mail externo. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro. Em caso de e-mail suspeito, contacte o admin e encaminhe o cabeçalho MIME original para "abuse@marinha.mil.br".

Bom dia Victor, tudo bem?

Segue a planilha preenchida. Fico à disposição para qualquer dúvida ou esclarecimento.

Atenciosamente,
Vitor Hugo Prates
Administrador(51) 99784-7921
(51) 98161-6736Em seg., 1 de set. de 2025 às 12:45, VICTOR GONÇALVES DA SILVA
<silva.victor1@marinha.mil.br> escreveu:

Prezado fornecedor,

Consulto a possibilidade de orçar os itens da planilha atualizada em anexo, para composição futura de pregão eletrônico, ou vosso declínio em atender-nos.

Solicita-se ainda que vosso orçamento contenha:

- a) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
- b) endereço, e-mail e telefone de contato;
- c) data de emissão;
- d) valor unitário; e

e) nome completo, identificação e assinatura do responsável.

DADOS DO SOLICITANTE:

Estação Naval do Rio Grande

CNPJ: 00.394.502/0195-97

Endereço: Avenida Honório Bicalho, portão 09, Vila Militar - Rio Grande-RS

Julgamos um prazo de resposta razoável em torno de 10 (dez) dias úteis. Quaisquer dúvidas, encontramos-nos à disposição.

Respeitosamente,

VICTOR Gonçalves da SILVA

Segundo Tenente (RM2-EN)

Encarregado da Divisão de Estruturas Navais

Estação Naval do Rio Grande

E-mail: silva.victor1@marinha.mil.br

"Marinha do Brasil, protegendo nossas riquezas, cuidando da nossa gente".



PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS.xlsx

55 KB



LACEL SOLUÇÕES EM SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 36.590.914/0001-05

Rua Marechal Floriano, nº 32, bairro centro - São Jerônimo/RS, CEP: 96700-000

Responsável pela proposta: Vitor Hugo Carrion Prates

CPF: 044.119.130-46

Sócio-proprietário

MARINHA DO BRASIL ESTAÇÃO NAVAL DO RIO GRANDE					
ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO	UF	QDE	Valor Unitário	Valor Total
SERVIÇOS DE CALDEIRARIA PESADA					
1	AÇO CARBONO: Fabricação, montagem, instalação ou substituição de chapas planas ou com conformação, chapas perfuradas, expandidas e antiderrapante, perfis retos ou curvos, barras, estruturas tubulares e demais estruturas em aço carbono ASTM A-369 (chapa de 1/6" a 1/8")	KG	5000	R\$ 130,00	R\$ 650.000,00
2	AÇO CARBONO: Fabricação, montagem, instalação ou substituição de chapas planas ou com conformação, chapas perfuradas, expandidas e antiderrapante, perfis retos ou curvos, barras, estruturas tubulares e demais estruturas em aço carbono ASTM A-131, de espessura igual ou superior a 1/8".	KG	25000	R\$ 110,00	R\$ 2.750.000,00
3	ALUMÍNIO: Fabricação, montagem, instalação ou substituição de chapas planas ou com conformação, chapas perfuradas, expandidas e antiderrapante, perfis retos ou curvos, barras, estruturas tubulares e demais estruturas em alumínio naval nas ligas AA 5052, AA 5083 e AA 5086 nas temperas F, O, H111, H 112, H116, H32 e H321, de espessura igual ou superior a 1/16". Com soldagem por arco elétrico pelos processos TIG ou MIG.	KG	5000	R\$ 130,00	R\$ 650.000,00
SERVIÇOS DE CALDEIRARIA - FORRAÇÃO, CONFEÇÃO DE DUTOS E ACESSÓRIOS					
4	Retirada e Instalação da forração, chapa em MDF hidrófugo com 6mm de espessura na cor branca, contendo estrutura em metalon e isolamento térmico de lã de rocha aluminizada com 50mm de espessura. Material: MDF hidrófugo	M²	600	R\$ 400,00	R\$ 240.000,00
5	Retirada e Instalação da forração, chapa em aço inox 304, 0,6mm de espessura contendo estrutura em metalon e isolamento térmico de lã de rocha aluminizada com 50mm de espessura. Material: Aço inoxidável	M²	600	R\$ 500,00	R\$ 300.000,00
6	Retirada e Instalação da forração, chapa em ACM – alumínio composto cor branca, com 3mm de espessura contendo estrutura em metalon e isolamento térmico de lã de rocha aluminizada com 50mm de espessura. Material: Alumínio	M²	800	R\$ 400,00	R\$ 320.000,00
7	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de dutos de ar-condicionado, ventilação, descarga ou extração. Material: Aço carbono	KG	3000	R\$ 120,00	R\$ 360.000,00
8	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de balaustrada, corrimão, balaústre, trincaniz e bico de pato	KG	2100	R\$ 200,00	R\$ 420.000,00
9	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de estrados, escadas, estantes e armários. Material: Aço carbono	KG	900	R\$ 200,00	R\$ 180.000,00
10	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de acessórios estanques. Material: Aço carbono	KG	3000	R\$ 200,00	R\$ 600.000,00
11	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de suportes de redes e caminho mecânico. Material: Aço carbono	KG	1000	R\$ 200,00	R\$ 200.000,00
SERVIÇOS DE CALDEIRARIA - ISOLAMENTO TÉRMICO					
12	Instalação de isolamento térmico em dutos de ar-condicionado, confeccionado em manta de fibra de vidro aluminizada em uma das faces, com largura igual ou superior a 1 m e espessura mínima de 38 mm.	M²	600	R\$ 250,00	R\$ 150.000,00
13	Instalação de isolamento térmico em tubulação de descarga de motores de combustão interna, confeccionado em manta cerâmica de 50 mm de espessura, densidade 64 kg/m³. A manta térmica deverá ser revestida (revestimento intermediário) em tecido de fibra cerâmica de 3 mm de espessura, densidade de 500 kg/m³ e revestimento de acabamento em chapa em aço galvanizado (espessura mínima 0,65 mm -BSG 24)	M²	9600	R\$ 250,00	R\$ 2.400.000,00
14	Instalação de isolamento térmico em tubulações com temperatura de trabalho até 750°C, confeccionados em calhas (isotubo bipartido) de lã de rocha, com espessura de parede de 50 mm, com revestimento de acabamento em chapa metálica (material A ou B).	M²	9600	R\$ 250,00	R\$ 2.400.000,00
SERVIÇOS TRATAMENTO E PINTURA DE SUPERFÍCIES EXTERNAS DE EMBARCAÇÕES					
15	Limpeza através de raspagem e hidrojateamento a média pressão (400-500 bar).	m²	4000	R\$ 250,00	R\$ 1.000.000,00
16	Limpeza e tratamento e superfície por hidrojateamento a alta pressão (10.000 – 25.000 psi).	m²	1000	R\$ 650,00	R\$ 650.000,00
17	Limpeza com solvente para remoção de óleo ou graxa através de friccionamento da superfície com panos ou escovas em conjunto com desengraxantes ou detergentes biodegradáveis emulsionáveis e posterior enxágue com água doce limpa para a remoção total dos contaminantes e produtos aplicados.	m²	1000	R\$ 160,00	R\$ 160.000,00
18	Tratamento Mecânico Grau St3 + aplicação de primer.	m²	1000	R\$ 200,00	R\$ 200.000,00
19	Limpeza por jateamento abrasivo seco, padrão comercial, Grau Sa 2.	m²	1000	R\$ 200,00	R\$ 200.000,00
20	Limpeza por jateamento abrasivo úmido, padrão comercial, Grau Sa 2.	m²	1000	R\$ 250,00	R\$ 250.000,00
21	Jateamento abrasivo seco, padrão metal quase branco, Grau Sa 2 1/2 + aplicação de primer	m²	1000	R\$ 200,00	R\$ 200.000,00
22	Jateamento abrasivo úmido, padrão metal quase branco, Grau Sa 2 1/2 + aplicação de primer	m²	1000	R\$ 200,00	R\$ 200.000,00
23	Limpeza e tratamento de superfície por hidrojateamento, Grau WJ-4.	m²	1000	R\$ 600,00	R\$ 600.000,00
24	Hidrojateamento a ultra pressão (acima de 25.000 psi), Grau WJ-2 + aplicação de primer.	m²	1000	R\$ 800,00	R\$ 800.000,00
25	Aplicação de esquema de pintura de navios e embarcações de superfície, em aço, pintados de cinza e branco. Aplicação de pintura em obras vivas, costado, linha d'água, casaria, compartimentos internos e convés, conforme ENGENALMARINST N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	m²	4000	R\$ 75,00	R\$ 300.000,00
26	Aplicação de esquema de pintura de embarcações rápidas (lanchas), em alumínio, pintados de cinza. Aplicação de pintura em obras vivas, costado, linha d'água, casaria, compartimentos internos e convés, conforme ENGENALMARINST N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	m²	1000	R\$ 75,00	R\$ 75.000,00

27	Aplicação de esquema de pintura de embarcações rápidas (lanchas), em PRFV, pintados de cinza. Aplicação de pintura em obras vivas, costado, linha d'água, casaria, compartimentos internos e convés, conforme ENGENTALMARINST N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	m²	1000	R\$ 75,00	R\$ 75.000,00
SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESGASEIFICAÇÃO, TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE E PINTURA INTERNA DE TANQUES.					
28	Limpeza e desgaseificação de tanques de óleo combustível com emissão de laudo técnico. O volume residual dos tanques e dos resíduos gerados durante a limpeza deverão ser retirados e destinados conforme legislação vigente.	m³	100	R\$ 300,00	R\$ 30.000,00
29	Limpeza dos tanques de aguada.	m³	1000	R\$ 150,00	R\$ 150.000,00
30	Tratamento Mecânico Grau St3 das superfícies internas dos tanques + aplicação de primer.	m²	200	R\$ 250,00	R\$ 50.000,00
31	Aplicação de esquema de pintura de tanques de aguada, conforme ENGENTALMARINST N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	m²	1000	R\$ 75,00	R\$ 75.000,00
32	Aplicação de esquema de pintura de tanques de combustíveis, lubrificantes, lastro e séptico, conforme ENGENTALMARINST N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	m²	1000	R\$ 75,00	R\$ 75.000,00
33	Retirada de resíduos oleosos e destinação conforme legislação vigente.	m³	50	R\$ 300,00	R\$ 15.000,00
SERVIÇOS DE FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÕES					
34	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de Redes e seus acessórios (curvas, conexões, flanges, vedantes e parafusos). O fornecimento de todos os materiais exceto válvulas, serão de responsabilidade da contratada. As válvulas e instrumentos de medição serão fornecidos pela contratante. Elementos de fixação por solda arco elétrico e ou rosas. Material: Aço carbono que atendam a norma NBR 5590. Realização de testes hidrostáticos. Local da instalação: A bordo dos navios da Marinha do Brasil, subordinados ao Com5ºDN. Até 4"	KG	3000	R\$ 200,00	R\$ 600.000,00
35	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de Redes e seus acessórios (curvas, conexões, flanges, vedantes e parafusos). O fornecimento de todos os materiais exceto válvulas, serão de responsabilidade da contratada. As válvulas e instrumentos de medição serão fornecidos pela contratante. Elementos de fixação por solda arco elétrico e ou rosas. Material: Aço carbono que atendam a norma NBR 5590. Realização de testes hidrostáticos. Local da instalação: A bordo dos navios da Marinha do Brasil, subordinados ao Com5ºDN. Igual ou superior a 4"	KG	1000	R\$ 200,00	R\$ 200.000,00
36	Fabricação e instalação de redes e seus acessórios (curvas, conexões, flanges, vedantes e parafusos). O fornecimento de todos os materiais exceto válvulas, serão de responsabilidade da contratada. As válvulas e instrumentos de medição serão fornecidos pela contratante. Elementos de fixação por solda elétrica. Material: Aço Inox AISI 304/304 L, AISI 316/316 L e AISI 310. Realização de testes hidrostáticos. Local da instalação: A bordo dos navios da Marinha do Brasil, subordinados ao Com5ºDN. Até 4"	KG	1800	R\$ 200,00	R\$ 360.000,00
37	Fabricação e instalação de redes e seus acessórios (curvas, conexões, flanges, vedantes e parafusos). O fornecimento de todos os materiais exceto válvulas, serão de responsabilidade da contratada. As válvulas e instrumentos de medição serão fornecidos pela contratante. Elementos de fixação por solda elétrica. Material: Aço Inox AISI 304/304 L, AISI 316/316 L e AISI 310. Realização de testes hidrostáticos. Local da instalação: A bordo dos navios da Marinha do Brasil, subordinados ao Com5ºDN. Igual ou superior a 4"	KG	500	R\$ 200,00	R\$ 100.000,00
SERVIÇOS DE IÇAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS					
38	Diária (10 horas) de serviço para movimentação e içamento de cargas com caminhão munck, capacidade máxima de elevação superior à 10 toneladas e alcance vertical não inferior à 20 metros.	UN	10	R\$ 5.000,00	R\$ 50.000,00
39	Diária (10 horas) de serviço para movimentação e içamento de cargas com guindaste articulado, capacidade máxima de elevação superior à 20 toneladas e alcance vertical não inferior à 25 metros.	UN	10		
40	Diária (10 horas) de serviço para movimentação e içamento de cargas com guindaste, capacidade máxima de elevação superior ou igual à 30 toneladas e alcance vertical não inferior à 25 metros.	UN	10		
41	Diária (10 horas) de serviço para movimentação e içamento de cargas com guindaste, capacidade máxima de elevação superior ou igual à 50 toneladas e alcance vertical não inferior à 25 metros.	UN	10		
Valor Total					18.035.000,00


Zimbra

alex.aparecido@marinha.mil.br

Envio de Proposta Solicitada

De : SPS SERVIÇOS, Carlos Alberto da Silva
<carlos.silva@spsmontagens.com.br>

qui., 04 de set. de 2025 14:12

 1 anexo

Assunto : Envio de Proposta Solicitada

Para : VICTOR GONÇALVES DA SILVA
<silva.victor1@marinha.mil.br>

Cc : Alex <alex.aparecido@marinha.mil.br>, jairo brito
<jairo.brito@marinha.mil.br>, vagner.kohler
<vagner.kohler@marinha.mil.br>

Boa tarde!

Prezados,

Segue em anexo a proposta solicitada.

Fico à disposição para esclarecer qualquer dúvida ou fornecer informações adicionais que se façam necessárias.

Ficamos a disposição!

Atenciosamente,



SPS
SERVIÇOS INDUSTRIAIS

Carlos Alberto da Silva
Diretor/Técnico
CFT-RS-2213661955
SNQC-19839
Fone-(51)995795092
www.spsmontagens.com.br



On set 1 2025, at 12:44 pm, VICTOR GONÇALVES DA SILVA
<silva.victor1@marinha.mil.br> wrote:

Prezado fornecedor,

Consulto a possibilidade de orçar os itens da planilha atualizada em anexo, para composição futura de pregão eletrônico, ou vosso declínio em atender-nos.

Solicita-se ainda que vosso orçamento contenha:

a) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

b) endereço, e-mail e telefone de contato;

c) data de emissão;

d) valor unitário; e

e) nome completo, identificação e assinatura do responsável.

DADOS DO SOLICITANTE:

Estação Naval do Rio Grande

CNPJ: 00.394.502/0195-97

Endereço: Avenida Honório Bicalho, portão 09, Vila Militar - Rio Grande-RS

Julgamos um prazo de resposta razoável em torno de 10 (dez) dias úteis. Quaisquer dúvidas, encontramos-nos à disposição.

Respeitosamente,

VICTOR Gonçalves da SILVA

Segundo Tenente (RM2-EN)

Encarregado da Divisão de Estruturas Navais

Estação Naval do Rio Grande

E-mail: silva.victor1@marinha.mil.br

"Marinha do Brasil, protegendo nossas riquezas, cuidando da nossa gente".



Proposta Marinha Licitação.pdf

223 KB

	PROPOSTA COMERCIAL	Nº: 1006
		Data: 04/09/2025
		Folha: 1 de 4

RAZÃO SOCIAL:

SPS – MONTAGENS INDUSTRIAIS COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME

PROPOSTA COMERCIAL

Conforme Proposta Técnica, considerando Fornecimento REGIME DE EMPREITADA GLOBAL.

DESCRIÇÃO:

- **Prestação de SERVIÇOS INDUSTRIAIS**

Solicitação, A/C VICTOR GONÇALVES da SILVA, Encarregado da Divisão de Estruturas Navais.

CLIENTE: Estação Naval do Rio Grande, CNPJ: 00.394.502/0195-97.

LOCAL: Endereço: Avenida Honório Bicalho, portão 09, Vila Militar - Rio Grande-RS

FORNECIMENTO DA CONTRATADA:

- Equipamentos de proteção individual;
- Mão-de-obra, materiais e ferramentas;
- Deslocamento, transporte e alimentação;

FORNECIMENTO DO CONTRATANTE:

- Informar e programar a realização dos trabalhos;
- Acesso aos locais dos equipamentos;
- Outros itens necessários serão tratados por ocasião da realização;

CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES:

MARINHA DO BRASIL ESTAÇÃO NAVAL DO RIO GRANDE					
ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO	UNID	QDE	Valor Unitário	Valor Total
SERVIÇOS DE CALDEIRARIA PESADA					
1	AÇO CARBONO: Fabricação, montagem, instalação ou substituição de chapas planas ou com conformação, chapas perfuradas, expandidas e antiderrapante, perfis retos ou curvos, barras, estruturas tubulares e demais estruturas em aço carbono ASTM A-369 (chapa de 1/6" a 1/8")	KG	5.000	R\$130,00	R\$650.000,00
2	AÇO CARBONO: Fabricação, montagem, instalação ou substituição de chapas planas ou com conformação, chapas perfuradas, expandidas e antiderrapante, perfis retos ou curvos, barras, estruturas tubulares e demais estruturas em aço carbono ASTM A-131, de espessura igual ou superior a 1/8".	KG	25.000	R\$200,00	R\$5.000.000,00
3	ALUMÍNIO: Fabricação, montagem, instalação ou substituição de chapas planas ou com conformação, chapas perfuradas, expandidas e antiderrapante, perfis retos ou curvos, barras, estruturas tubulares e demais estruturas em alumínio naval nas ligas AA 5052, AA 5083 e AA 5086 nas têmperas F, O, H111, H 112, H116, H32 e H321, de espessura igual ou superior a 1/16". Com soldagem por arco elétrico pelos processos TIG ou MIG.	KG	5.000	R\$300,00	R\$1.500.000,00

SERVIÇOS DE CALDEIRARIA - FORRAÇÃO, CONFEÇÃO DE DUTOS E ACESSÓRIOS					
4	Retirada e Instalação da forração, chapa em MDF hidrófugo com 6mm de espessura na cor branca, contendo estrutura em metalon e isolamento térmico de lã de rocha aluminizada com 50mm de espessura. Material: MDF hidrófugo	M²	600	R\$169,40	R\$101.640,00
5	Retirada e Instalação da forração, chapa em aço inox 304, 0,6mm de espessura contendo estrutura em metalon e isolamento térmico de lã de rocha aluminizada com 50mm de espessura. Material: Aço inoxidável	M²	600	R\$138,75	R\$83.250,00
6	Retirada e Instalação da forração, chapa em ACM – alumínio composto cor branca, com 3mm de espessura contendo estrutura em metalon e isolamento térmico de lã de rocha aluminizada com 50mm de espessura. Material: Alumínio	M²	800	R\$223,00	R\$178.400,00
7	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de dutos de ar-condicionado, ventilação, descarga ou extração. Material: Aço carbono	KG	3.000	R\$130,00	R\$390.000,00
8	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de balastrada, corrimão, balaústre, tricaniz e bico de pato: Aço carbono	KG	2.100	R\$130,00	R\$273.000,00
9	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de estrados, escadas, estantes e armários. Material: Aço carbono	KG	900	R\$130,00	R\$117.000,00
10	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de acessórios estanques. Material: Aço carbono	KG	3.000	R\$110,00	R\$330.000,00
11	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de suportes de redes e caminho mecânico. Material: Aço carbono	KG	1.000	R\$130,00	R\$130.000,00
SERVIÇOS DE CALDEIRARIA - ISOLAMENTO TÉRMICO					
12	Instalação de isolamento térmico em dutos de ar-condicionado, confeccionado em manta de fibra de vidro aluminizado em uma das faces, com largura igual ou superior a 1 m e espessura mínima de 38 mm.	M²	600	R\$300,00	R\$180.000,00
13	Instalação de isolamento térmico em tubulação de descarga de motores de combustão interna, confeccionado em manta cerâmica de 50 mm de espessura, densidade 64 kg/m³. A manta térmica deverá ser revestida (revestimento intermediário) em tecido de fibra cerâmica de 3 mm de espessura, densidade de 500 kg/m³ e revestimento de acabamento em chapa em aço galvanizado (espessura mínima 0,65 mm -BSG 24)	M²	9.600	R\$400,00	R\$3.840.000,00
14	Instalação de isolamento térmico em tubulações com temperatura de trabalho até 750°C, confeccionados em calhas (isotubo bipartido) de lã de rocha, com espessura de parede de 50 mm, com revestimento de acabamento em chapa metálica (material A ou B).	M²	9.600	R\$500,00	R\$4.800.000,00
SERVIÇOS TRATAMENTO E PINTURA DE SUPERFÍCIES EXTERNAS DE EMBARCAÇÕES					
15	Limpeza através de raspagem e hidrojateamento a média pressão (400-500 bar).	M²	4.000	R\$180,00	R\$720.000,00
16	Limpeza e tratamento de superfície por hidrojateamento a alta pressão (10.000 – 25.000 psi).	M²	1.000	R\$350,00	R\$350.000,00
17	Limpeza com solvente para remoção de óleo ou graxa através de friccionamento da superfície com panos ou escovas em conjunto com desengraxantes ou detergentes biodegradáveis emulsionáveis e posterior enxágue com água doce limpa para a remoção total dos contaminantes e produtos aplicados.	M²	1.000	R\$150,00	R\$150.000,00
18	Tratamento Mecânico Grau St3 + aplicação de primer.	M²	1.000	R\$300,00	R\$300.000,00
19	Limpeza por jateamento abrasivo seco, padrão comercial, Grau Sa 2.	M²	1.000	R\$350,00	R\$350.000,00
20	Limpeza por jateamento abrasivo úmido, padrão comercial, Grau Sa 2.	M²	1.000	R\$350,00	R\$350.000,00
21	Jateamento abrasivo seco, padrão metal quase branco, Grau Sa 2 1/2 + aplicação de primer	M²	1.000	R\$500,00	R\$500.000,00
22	Jateamento abrasivo úmido, padrão metal quase branco, Grau Sa 2 1/2 + aplicação de primer	M²	1.000	R\$500,00	R\$500.000,00
23	Limpeza e tratamento de superfície por hidrojateamento , Grau WJ-4.	M²	1.000	R\$400,00	R\$400.000,00
24	Hidrojateamento a ultra pressão (acima de 25.000 psi), Grau WJ-2 + aplicação de primer.	M²	1.000	R\$800,00	R\$800.000,00
25	Aplicação de esquema de pintura de navios e embarcações de superfície, em aço, pintados de cinza e branco. Aplicação de pintura em obras vivas, costado, linha d'água, casaria, compartimentos internos e convés, conforme	M²	4.000	R\$800,00	R\$3.200.000,00

	ENGENALMARINST N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).				
26	Aplicação de esquema de pintura de embarcações rápidas (lanchas), em alumínio, pintados de cinza. Aplicação de pintura em obras vivas, costado, linha d'água, casaria, compartimentos internos e convés, conforme ENGENALMARINST N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	M²	1.000	R\$800,00	R\$800.000,00
27	Aplicação de esquema de pintura de embarcações rápidas (lanchas), em PRFV, pintados de cinza. Aplicação de pintura em obras vivas, costado, linha d'água, casaria, compartimentos internos e convés, conforme ENGENALMARINST N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	M²	1.000	R\$800,00	R\$800.000,00
SERVIÇOS DE FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÕES					
34	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de Redes e seus acessórios (curvas, conexões, flanges, vedantes e parafusos). O fornecimento de todos os materiais exceto válvulas, serão de responsabilidade da contratada. As válvulas e instrumentos de medição serão fornecidos pela contratante. Elementos de fixação por solda arco elétrico e ou roscas. Material: Aço carbono que atendam a norma NBR 5590. Realização de testes hidrostáticos. Local da instalação: A bordo dos navios da Marinha do Brasil, subordinados ao Com5ºDN. Até 4"	KG	3.000	R\$306,25	R\$918.750,00
35	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de Redes e seus acessórios (curvas, conexões, flanges, vedantes e parafusos). O fornecimento de todos os materiais exceto válvulas, serão de responsabilidade da contratada. As válvulas e instrumentos de medição serão fornecidos pela contratante. Elementos de fixação por solda arco elétrico e ou roscas. Material: Aço carbono que atendam a norma NBR 5590. Realização de testes hidrostáticos. Local da instalação: A bordo dos navios da Marinha do Brasil, subordinados ao Com5ºDN. Igual ou superior a 4"	KG	1.000	R\$337,50	R\$337.500,00
36	Fabricação e instalação de redes e seus acessórios (curvas, conexões, flanges, vedantes e parafusos). O fornecimento de todos os materiais exceto válvulas, serão de responsabilidade da contratada. As válvulas e instrumentos de medição serão fornecidos pela contratante. Elementos de fixação por solda elétrica. Material: Aço Inox AISI 304/304 L, AISI 316/316 L e AISI 310. Realização de testes hidrostáticos. Local da instalação: A bordo dos navios da Marinha do Brasil, subordinados ao Com5ºDN. Até 4"	KG	1.800	R\$437,50	R\$787.500,00
37	Fabricação e instalação de redes e seus acessórios (curvas, conexões, flanges, vedantes e parafusos). O fornecimento de todos os materiais exceto válvulas, serão de responsabilidade da contratada. As válvulas e instrumentos de medição serão fornecidos pela contratante. Elementos de fixação por solda elétrica. Material: Aço Inox AISI 304/304 L, AISI 316/316 L e AISI 310. Realização de testes hidrostáticos. Local da instalação: A bordo dos navios da Marinha do Brasil, subordinados ao Com5ºDN. Igual ou superior a 4"	KG	500	R\$535,00	R\$267.500,00
SERVIÇOS DE IÇAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS					
38	Diária (10 horas) de serviço para movimentação e içamento de cargas com caminhão munck, capacidade máxima de elevação superior à 10 toneladas e alcance vertical não inferior à 20 metros.	UN	10	R\$4.000,00	R\$40.000,00
39	Diária (10 horas) de serviço para movimentação e içamento de cargas com guindaste articulado, capacidade máxima de elevação superior à 20 toneladas e alcance vertical não inferior à 25 metros.	UN	10	R\$6.000,00	R\$60.000,00
40	Diária (10 horas) de serviço para movimentação e içamento de cargas com guindaste, capacidade máxima de elevação superior ou igual à 30 Toneladas e alcance vertical não inferior à 25 metros.	UN	10	R\$8.000,00	R\$80.000,00
41	Diária (10 horas) de serviço para movimentação e içamento de cargas com guindaste, capacidade máxima de elevação superior ou igual à 50 toneladas e alcance vertical não inferior à 25 metros.	UN	10	R\$12.000,00	R\$120.000,00
VALOR TOTAL				R\$29.404.540,00	
Valor Global – R\$ R\$29.404.540.00.					

OBSERVAÇÕES:

1.CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Faturado.

2.CONDIÇÕES DE FATURAMENTO:

Faturado.

3. REAJUSTE DE PREÇOS:

Preço Fixo e Irreajustável.

4. IMPOSTOS:

N/A

5. PRAZO: N/A.

6. VALIDADE DA PROPOSTA: Esta proposta é válida por 60 dias

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,



SPS SERVIÇOS INDUSTRIAIS

Carlos Alberto da Silva

Diretor/Técnico

CFT- RS2213661955, SNQC - 19839

Razão Social: SPS MONTAGENS INDUSTRIAIS COMERCIO E SERVICOS EIRELE- ME

CNPJ: 26.686.775/0001-56

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 149/0047236

End: R João Goulart, s/n.

CEP: 95.840-000. Triunfo. Rio Grande do Sul.

Contato: CARLOS ALBERTO: (51) 99579-5092

E-MAIL: carlos.silva@spsmontagens.com.br


Zimbra

alex.aparecido@marinha.mil.br

Fwd: Orçamentos para os serviços de caldeiraria - ENRG

De : VICTOR GONÇALVES DA SILVA
<silva.victor1@marinha.mil.br>

seg., 15 de set. de 2025 14:43

 1 anexo

Assunto : Fwd: Orçamentos para os serviços de caldeiraria
- ENRG

Para : Alex <alex.aparecido@marinha.mil.br>

PSC

De: "PRISCILA GAMBARRO" <guinchosul@hotmail.com>

Para: "VICTOR GONÇALVES DA SILVA" <silva.victor1@marinha.mil.br>, "jairo.brito" <20338724@marinha.mil.br>

Cc: "vagner.kohler" <12078671@marinha.mil.br>, "ENRG Cotacao 20" <enrg.cotacao20@marinha.mil.br>

Enviadas: Terça-feira, 19 de agosto de 2025 14:46:47

Assunto: RE: Orçamentos para os serviços de caldeiraria - ENRG

CUIDADO: E-mail externo. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro. Em caso de e-mail suspeito, contacte o admin e encaminhe o cabeçalho MIME original para "abuse@marinha.mil.br".

Enviado do [Outlook](#)

De: VICTOR GONÇALVES DA SILVA <silva.victor1@marinha.mil.br>

Enviado: terça-feira, 19 de agosto de 2025 10:50

Para: jairo.brito <20338724@marinha.mil.br>

Cc: vagner.kohler <12078671@marinha.mil.br>; ENRG Cotacao 20 <enrg.cotacao20@marinha.mil.br>

Assunto: Orçamentos para os serviços de caldeiraria - ENRG

Prezados, bom dia.

Escrevo em nome do Departamento Industrial da Estação Naval do Rio Grande. Estamos em processo de planejamento para a realização de serviços de caldeiraria e demais serviços, e gostaríamos de solicitar um orçamento para os serviços descritos nas tabelas em anexo.

Solicitamos a gentileza de analisar e fornecer uma cotação conforme esse anexo, incluindo todos os custos associados.

Aguardamos seu retorno o mais breve possível para que possamos dar continuidade ao planejamento do nosso serviço.

Caso necessite de alguma informação adicional, estamos à disposição.

Agradecemos antecipadamente pela atenção e aguardamos sua resposta.

Respeitosamente,

VICTOR Gonçalves da SILVA

Segundo Tenente (RM2-EN)
Encarregado da Divisão de Estruturas Navais
Estação Naval do Rio Grande
E-mail: silva.victor1@marinha.mil.br

"Marinha do Brasil, protegendo nossas riquezas, cuidando da nossa gente".



ORÇ MUNCK RIO GRANDE.pdf

412 KB



RAZÃO SOCIAL: GUINCHO SUL LTDA.

**CNPJ: 09.266.082/0001-95 - END: AV DONARIO BRAGA, 94,
SANTA ROSA DE LIMA, PORTO ALEGRE-RS-CEP:91160-360 -**

FONE: (51)3367-2012 – WHATSAPP- 99316-3305

ORÇAMENTO:

SEGUE ORÇAMENTO REFERENTE A LOCAÇÃO DE UM CAMINHÃO MUNCK COM MOTORISTA OPERADOR, COM TODAS AS DESPESAS POR CONTA DA CONTRATADA COMO, COMBUSTIVEL, ALOJAMENTO E REFEIÇÃO PARA REALIZAR SERVIÇOS DE CALDEIRARIA E DEMAIS SERVIÇOS NA ESTAÇÃO NAVAL DA CIDADE DE RIO GRANDE-RS.

VALOR MENSAL MUNCK MD 10 TONELADAS: R\$ 65.000,00 (7:00 AS 12:00 DAS 13:00 ÀS 17:00)

VALOR MENSAL MUNCK 20 TONELADAS: R\$ 75.000,00 (7:00 AS 12:00 DAS 13:00 ÀS 17:00)

VALOR HORA ADICIONAL: R\$290,00

VALOR DIARIA SABADO, DOMINGO E FERIADO: R\$3.000,00 (7:00 AS 12:00 DAS 13:00 ÀS 17:00)

FORMA DE PAGAMENTO TRABALHA 15 FATURA NF E BOLETO 10 DIAS.

PORTO ALEGRE 19/08/2025.

OBRIGADO PELA PREFERÊNCIA....


Zimbra

alex.aparecido@marinha.mil.br

SETMAR Orçamento nº 61 - ENRG

De : Flávia Negreiros
<flavianegreiros2013@gmail.com>

ter., 16 de set. de 2025 15:34

 1 anexo

Assunto : SETMAR Orçamento nº 61 - ENRG

Para : silva victor1 <silva.victor1@marinha.mil.br>

Cc : Marcos Roxo <marcos.roxo@yahoo.com.br>, alex
aparecido <alex.aparecido@marinha.mil.br>, jairo
britto <jairo.britto@marinha.mil.br>, vagner kohler
<vagner.kohler@marinha.mil.br>

CUIDADO: E-mail externo. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro. Em caso de e-mail suspeito, contacte o admin e encaminhe o cabeçalho MIME original para "abuse@marinha.mil.br".

Prezados, boa tarde

Segue novamente o reenvio de nosso orçamento.

Grata,

Flávia Negreiros



061.Orçamento ENRG.pdf

520 KB

MARINHA DO BRASIL

ESTAÇÃO NAVAL DO RIO GRANDE

CNPJ: 00.394.502/0195-97

Endereço: Avenida Honório Bicalho, portão 09, Vila Militar - Rio Grande-RS

Att.: TENENTE VICTOR SILVA

Orçamento: nº 061/2025

PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	Qtd	Preço unitário	Preço Total
SERVIÇOS DE CALDEIRARIA PESADA					
1	AÇO CARBONO: Fabricação, montagem, instalação ou substituição de chapas planas ou com conformação, chapas perfuradas, expandidas e antiderrapante, perfis retos ou curvos, barras, estruturas tubulares e demais estruturas em aço carbono ASTM A-369 (chapa de 1/6" a 1/8")	KG	5000	R\$ 214,50	R\$ 1.072.500,00
2	AÇO CARBONO: Fabricação, montagem, instalação ou substituição de chapas planas ou com conformação, chapas perfuradas, expandidas e antiderrapante, perfis retos ou curvos, barras, estruturas tubulares e demais estruturas em aço carbono ASTM A-131, de espessura igual ou superior a 1/8".	KG	25000	R\$ 351,00	R\$ 8.775.000,00
3	ALUMÍNIO: Fabricação, montagem, instalação ou substituição de chapas planas ou com conformação, chapas perfuradas, expandidas e antiderrapante, perfis retos ou curvos, barras, estruturas tubulares e demais estruturas em alumínio naval nas ligas AA 5052, AA 5083 e AA 5086 nas têmperas F, O, H111, H 112, H116, H32 e H321, de espessura igual ou superior a 1/16". Com soldagem por arco elétrico pelos processos TIG ou MIG.	KG	5000	R\$ 364,00	R\$ 1.820.000,00
VALOR TOTAL GRUPO 1					R\$ 11.667.500,00
SERVIÇOS DE CALDEIRARIA - FORRAÇÃO, CONFEÇÃO DE DUTOS E ACESSÓRIOS					
4	Retirada e Instalação da forração, chapa em MDF hidrófugo com 6mm de espessura na cor branca, contendo estrutura em metalon e isolamento térmico de lã de rocha aluminizada com 50mm de espessura. Material: MDF hidrófugo	M²	600	R\$ 286,00	R\$ 171.600,00
5	Retirada e Instalação da forração, chapa em aço inox 304, 0,6mm de espessura contendo estrutura em metalon e isolamento térmico de lã de rocha aluminizada com 50mm de espessura. Material: Aço inoxidável	M²	600	R\$ 206,70	R\$ 124.020,00
6	Retirada e Instalação da forração, chapa em ACM – alumínio composto cor branca, com 3mm de espessura contendo estrutura em metalon e isolamento térmico de lã de rocha aluminizada com 50mm de espessura. Material: Alumínio	M²	800	R\$ 413,40	R\$ 330.720,00
7	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de dutos de ar-condicionado, ventilação, descarga ou extração. Material: Aço carbono	KG	3000	R\$ 297,27	R\$ 891.813,00
8	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de balastrada, corrimão, balaústre, trincaniz e bico de pato	KG	2100	R\$ 282,06	R\$ 592.328,10
9	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de estrados, escadas, estantes e armários. Material: Aço carbono	KG	900	R\$ 300,30	R\$ 270.270,00

SETMAR SERVICE LTDA

www.setmar.com.br

CNPJ: 13.094.126/0001-14 INS.MUN.: 0.498.448-0 INS. EST.: 79766860 CREA-RJ:2011202944 email: contato@setmar.com.br

RUA JOÃO TORQUATO, nº268- BONSUCESSO -RIO DE JANEIRO-RJ CEP:21032-150 / TEL:(21)2146-0770

10	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de acessórios estanques. Material: Aço carbono	KG	3000	R\$ 125,97	R\$ 377.910,00
11	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de suportes de redes e caminho mecânico. Material: Aço carbono	KG	1000	R\$ 198,77	R\$ 198.770,00
VALOR TOTAL GRUPO 2					R\$ 2.957.431,10
SERVIÇOS DE CALDEIRARIA - ISOLAMENTO TÉRMICO					
12	Instalação de isolamento térmico em dutos de ar-condicionado, confeccionado em manta de fibra de vidro aluminizado em uma das faces, com largura igual ou superior a 1 m e espessura mínima de 38 mm.	M²	600	R\$ 416,00	R\$ 249.600,00
13	Instalação de isolamento térmico em tubulação de descarga de motores de combustão interna, confeccionado em manta cerâmica de 50 mm de espessura, densidade 64 kg/m³. A manta térmica deverá ser revestida (revestimento intermediário) em tecido de fibra cerâmica de 3 mm de espessura, densidade de 500 kg/m³ e revestimento de acabamento em chapa em aço galvanizado (espessura mínima 0,65 mm -BSG 24)	M²	9600	R\$ 890,50	R\$ 8.548.800,00
14	Instalação de isolamento térmico em tubulações com temperatura de trabalho até 750°C, confeccionados em calhas (isotubo bipartido) de lã de rocha, com espessura de parede de 50 mm, com revestimento de acabamento em chapa metálica (material A ou B).	M²	9600	R\$ 979,94	R\$ 9.407.424,00
VALOR TOTAL GRUPO 3					R\$ 18.205.824,00
SERVIÇOS TRATAMENTO E PINTURA DE SUPERFÍCIES EXTERNAS DE EMBARCAÇÕES					
15	Limpeza através de raspagem e hidrojateamento a média pressão (400-500 bar).	m²	4000	R\$ 223,29	R\$ 893.152,00
16	Limpeza e tratamento e superfície por hidrojateamento a alta pressão (10.000 – 25.000 psi).	m²	1000	R\$ 341,59	R\$ 341.588,00
17	Limpeza com solvente para remoção de óleo ou graxa através de friccionamento da superfície com panos ou escovas em conjunto com desengraxantes ou detergentes biodegradáveis emulsionáveis e posterior enxágue com água doce limpa para a remoção total dos contaminantes e produtos aplicados.	m²	1000	R\$ 341,59	R\$ 341.588,00
18	Tratamento Mecânico Grau St3 + aplicação de primer.	m²	1000	R\$ 305,03	R\$ 305.032,00
19	Limpeza por jateamento abrasivo seco, padrão comercial, Grau Sa 2.	m²	1000	R\$ 475,93	R\$ 475.930,00
20	Limpeza por jateamento abrasivo úmido, padrão comercial, Grau Sa 2.	m²	1000	R\$ 386,82	R\$ 386.815,00
21	Jateamento abrasivo seco, padrão metal quase branco, Grau Sa 2 1/2 + aplicação de primer	m²	1000	R\$ 633,53	R\$ 633.529,00
22	Jateamento abrasivo úmido, padrão metal quase branco, Grau Sa 2 1/2 + aplicação de primer	m²	1000	R\$ 411,91	R\$ 411.905,00
23	Limpeza e tratamento de superfície por hidrojateamento , Grau WJ-4.	m²	1000	R\$ 779,27	R\$ 779.272,00
24	Hidrojateamento a ultra pressão (acima de 25.000 psi), Grau WJ-2 + aplicação de primer.	m2	1000	R\$ 841,22	R\$ 841.217,00
25	Aplicação de esquema de pintura de navios e embarcações de superfície, em aço, pintados de cinza e branco. Aplicação de pintura em obras vivas, costado, linha d'água, casaria, compartimentos internos e convés, conforme ENGENALMARINST N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	m²	4000	R\$ 266,50	R\$ 1.066.000,00

26	Aplicação de esquema de pintura de embarcações rápidas (lanchas), em alumínio, pintados de cinza. Aplicação de pintura em obras vivas, costado, linha d'água, casaria, compartimentos internos e convés, conforme ENGENALMARINST N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	m²	1000	R\$ 455,00	R\$ 455.000,00
27	Aplicação de esquema de pintura de embarcações rápidas (lanchas), em PRFV, pintados de cinza. Aplicação de pintura em obras vivas, costado, linha d'água, casaria, compartimentos internos e convés, conforme ENGENALMARINST N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	m²	1000	R\$ 533,00	R\$ 533.000,00
VALOR TOTAL GRUPO 4					R\$ 7.464.028,00
SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESGASEIFICAÇÃO, TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE E PINTURA INTERNA DE TANQUES.					
28	Limpeza e desgaseificação de tanques de óleo combustível com emissão de laudo técnico. O volume residual dos tanques e dos resíduos gerados durante a limpeza deverão ser retirados e destinados conforme legislação vigente.	m³	100	R\$ 447,85	R\$ 44.785,00
29	Limpeza dos tanques de aguada.	m³	1000	R\$ 213,85	R\$ 213.850,00
30	Tratamento Mecânico Grau St3 das superfícies internas dos tanques + aplicação de primer.	m²	200	R\$ 247,00	R\$ 49.400,00
31	Aplicação de esquema de pintura de tanques de aguada, conforme ENGENALMARINST N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	m²	1000	R\$ 296,84	R\$ 296.842,00
32	Aplicação de esquema de pintura de tanques de combustíveis, lubrificantes, lastro e séptico, conforme ENGENALMARINST N° 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	m²	1000	R\$ 362,40	R\$ 362.401,00
33	Retirada de resíduos oleosos e destinação conforme legislação vigente.	m³	50	R\$ 650,00	R\$ 32.500,00
VALOR TOTAL GRUPO 5					R\$ 999.778,00
SERVIÇOS DE FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÕES					
34	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de Redes e seus acessórios (curvas, conexões, flanges, vedantes e parafusos). O fornecimento de todos os materiais exceto válvulas, serão de responsabilidade da contratada. As válvulas e instrumentos de medição serão fornecidos pela contratante. Elementos de fixação por solda arco elétrico e ou roscas. Material: Aço carbono que atendam a norma NBR 5590. Realização de testes hidrostáticos. Local da instalação: A bordo dos navios da Marinha do Brasil, subordinados ao Com5ºDN. Até 4"	KG	3000	R\$ 486,07	R\$ 1.458.210,00
35	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de Redes e seus acessórios (curvas, conexões, flanges, vedantes e parafusos). O fornecimento de todos os materiais exceto válvulas, serão de responsabilidade da contratada. As válvulas e instrumentos de medição serão fornecidos pela contratante. Elementos de fixação por solda arco elétrico e ou roscas. Material: Aço carbono que atendam a norma NBR 5590. Realização de testes hidrostáticos. Local da instalação: A bordo dos navios da Marinha do Brasil, subordinados ao Com5ºDN. Igual ou superior a 4"	KG	1000	R\$ 531,70	R\$ 531.700,00
36	Fabricação e instalação de redes e seus acessórios (curvas, conexões, flanges, vedantes e parafusos). O fornecimento de todos os materiais exceto válvulas, serão de responsabilidade da contratada. As válvulas e instrumentos de medição serão fornecidos pela contratante. Elementos de fixação por solda elétrica. Material: Aço Inox AISI 304/304 L, AISI 316/316 L e AISI 310. Realização de testes hidrostáticos. Local da instalação: A bordo dos navios da Marinha do Brasil, subordinados ao Com5ºDN. Até 4"	KG	1800	R\$ 572,00	R\$ 1.029.600,00

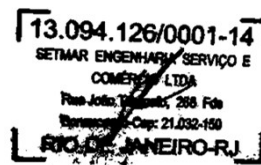
37	Fabricação e instalação de redes e seus acessórios (curvas, conexões, flanges, vedantes e parafusos). O fornecimento de todos os materiais exceto válvulas, serão de responsabilidade da contratada. As válvulas e instrumentos de medição serão fornecidos pela contratante. Elementos de fixação por solda elétrica. Material: Aço Inox AISI 304/304 L, AISI 316/316 L e AISI 310. Realização de testes hidrostáticos. Local da instalação: A bordo dos navios da Marinha do Brasil, subordinados ao Com5ºDN. Igual ou superior a 4"	KG	500	R\$ 737,10	R\$ 368.550,00
VALOR TOTAL GRUPO 6					R\$ 3.388.060,00
SERVIÇOS DE IÇAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS					
38	Diária (10 horas) de serviço para movimentação e içamento de cargas com caminhão munck, capacidade máxima de elevação superior à 10 toneladas e alcance vertical não inferior à 20 metros.	UN	10	R\$ 7.068,75	R\$ 70.687,50
39	Diária (10 horas) de serviço para movimentação e içamento de cargas com guindaste articulado, capacidade máxima de elevação superior à 20 toneladas e alcance vertical não inferior à 25 metros.	UN	10	R\$ 8.125,00	R\$ 81.250,00
40	Diária (10 horas) de serviço para movimentação e içamento de cargas com guindaste, capacidade máxima de elevação superior ou igual à 30 toneladas e alcance vertical não inferior à 25 metros.	UN	10	R\$ 8.775,00	R\$ 87.750,00
41	Diária (10 horas) de serviço para movimentação e içamento de cargas com guindaste, capacidade máxima de elevação superior ou igual à 50 toneladas e alcance vertical não inferior à 25 metros.	UN	10	R\$ 9.546,88	R\$ 95.468,75
VALOR TOTAL GRUPO 7					R\$ 335.156,25
Valor Total da Proposta: R\$ 45.017.777,35 (Quarenta Cinco Milhões e Dezessete Mil e Setecentos Setenta Sete Reais e Trinta Cinco Centavos)					R\$ 45.017.777,35

Condições Comerciais:

Forma de Pagamento: Empenho
Prazo de entrega: Conforme Cronograma de Manutenção
Garantia: Conforme execução final do serviço
Impostos: Já inclusos no preço.
Validade da proposta: 90 (Noventa) dias
Banco Bradesco – Ag.0309-3 / CC.0009716-0

Rio de Janeiro, 03 de setembro de 2025.

Marcos Roxo



Zimbra

alex.aparecido@marinha.mil.br

Re: Solicitação de Orçamento - ENRG

De : Emerson Morreti <emerson.morreti@inc-naval.com.br>

seg., 01 de set. de 2025 14:33

 3 anexos

Assunto : Re: Solicitação de Orçamento - ENRG

Para : VICTOR GONÇALVES DA SILVA

<silva.victor1@marinha.mil.br>, Carlos Eduardo de Souza <carlos.souza@inc-naval.com.br>, Crislaine Gomes Miranda <crislaine.miranda@inc-naval.com.br>, Josuan Moraes Neto <josuan.neto@inc-naval.com.br>

Cc : Alex <alex.aparecido@marinha.mil.br>, jairo brito <jairo.brito@marinha.mil.br>, vagner.kohler <vagner.kohler@marinha.mil.br>

CAUIDADO: E-mail externo. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro. Em caso de e-mail suspeito, contacte o admin e encaminhe o cabeçalho MIME original para "abuse@marinha.mil.br".

Boa tarde

VICTOR Gonçalves da SILVA

Segundo Tenente (RM2-EN)

Encarregado da Divisão de Estruturas Navais

Estou repassando para nossa equipe Comercial para análise.

Sr Carlos

Favor verificar por gentileza

Atenciosamente;



Emerson Morreti

Supervisor de Logística - Compras Suprimentos Logística

Telefone: +55 (47) 3224-0981

Celular: +55 (47) 9 9929-9202

Em seg., 1 de set. de 2025 às 12:45, VICTOR GONÇALVES DA SILVA

<silva.victor1@marinha.mil.br> escreveu:

Prezado fornecedor,

Consulto a possibilidade de orçar os itens da planilha atualizada em anexo, para composição futura de pregão eletrônico, ou vosso declínio em atender-nos.

Solicita-se ainda que vosso orçamento contenha:

- a) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
- b) endereço, e-mail e telefone de contato;
- c) data de emissão;
- d) valor unitário; e
- e) nome completo, identificação e assinatura do responsável.

DADOS DO SOLICITANTE:

Estação Naval do Rio Grande

CNPJ: 00.394.502/0195-97

Endereço: Avenida Honório Bicalho, portão 09, Vila Militar - Rio Grande-RS

Julgamos um prazo de resposta razoável em torno de 10 (dez) dias úteis. Quaisquer dúvidas, encontramos-nos à disposição.

Respeitosamente,

VICTOR Gonçalves da SILVA

Segundo Tenente (RM2-EN)

Encarregado da Divisão de Estruturas Navais

Estação Naval do Rio Grande

E-mail: silva.victor1@marinha.mil.br

"Marinha do Brasil, protegendo nossas riquezas, cuidando da nossa gente".

 **PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS.ods**
47 KB

 **PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS.xlsx**
13 KB


Zimbra

alex.aparecido@marinha.mil.br

Fwd: Planilha de serviços

De : VICTOR GONÇALVES DA SILVA
<silva.victor1@marinha.mil.br>

sex., 29 de ago. de 2025 09:10

 2 anexos

Assunto : Fwd: Planilha de serviços

Para : alex.aparecido <15160599@marinha.mil.br>

PSC

De: "Emerson Morreti" <emerson.morreti@inc-naval.com.br>

Para: "Carlos Eduardo de Souza" <carlos.souza@inc-naval.com.br>, "VICTOR GONÇALVES DA SILVA" <silva.victor1@marinha.mil.br>, "werner" <werner@sostilysi.com.br>, "Crislaine Gomes Miranda" <crislaine.miranda@inc-naval.com.br>

Enviadas: Quarta-feira, 27 de agosto de 2025 12:11:48

Assunto: Fwd: Planilha de serviços

CUIDADO: E-mail externo. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro. Em caso de e-mail suspeito, contacte o admin e encaminhe o cabeçalho MIME original para "abuse@marinha.mil.br".

Bom dia
Carlos Eduardo

Peço sua especial atenção para verificar com Sr Werner e Sr Victor para análise desta solicitação

Obrigado

Atenciosamente;



Emerson Morreti

Supervisor de Logística - Compras Suprimentos Logística

Telefone: +55 (47) 3224-0981

Celular: +55 (47) 9 9929-9202

----- Forwarded message -----

De: **Werner Hosang** <werner@sostilysi.com.br>

Date: seg., 25 de ago. de 2025 às 06:33

Subject: Planilha de serviços

To: emerson.morreti@inc-naval.com.br <emerson.morreti@inc-naval.com.br>

Cc: VICTOR GONÇALVES DA SILVA <silva.victor1@marinha.mil.br>

Bom dia Emerson.

Muito bom nos encontrarmos na Navalshore.

Conforme lhe comentei, estou lhe enviando em anexo a planilha que recebi do Victor, amigo engenheiro naval que agora está baseado no V° Distrito Naval no Rio Grande. Por favor, após preenchida, envie-a diretamente para o Victor, que está em cópia.

Ps. Estarei lhe enviando no decorrer do dia de hoje o que me solicitastes.

Abraço,

Werner Curt Hosang

Sosti Lysi – Engenharia e Soluções

* e-mail: werner@sostilysi.com.br - www.sostilysi.com.br



Serviços Industriais - Orçamento.ods

13 KB

ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO	CATSER	UF	QDE	Empresa 1	Empresa 2	Empresa 3	Média	Valor Máximo Aceitável
SERVIÇOS DE CALDEIRARIA PESADA									
1	ACO CARBONO: Fabricação, montagem, instalação ou substituição de chapas planas ou com conformação, chapas perfuradas, expandidas e antiderrapante, perfis retos ou curvos, barras, estruturas tubulares e demais estruturas em aço carbono ASTM A-369chapa de 1/6" a 1/8")	3107	KG	5000	48,5/kg				
2	ACO CARBONO: Fabricação, montagem, instalação ou substituição de chapas planas ou com conformação, chapas perfuradas, expandidas e antiderrapante, perfis retos ou curvos, barras, estruturas tubulares e demais estruturas em aço carbono ASTM A-131, de espessura igual ou superior a 1/8"	3107	KG	25000	58,85/kg				
3	ALUMÍNIO: Fabricação, montagem, instalação ou substituição de chapas planas ou com conformação, chapas perfuradas, expandidas e antiderrapante, perfis retos ou curvos, barras, estruturas tubulares e demais estruturas em alumínio naval nas ligas AA 5052, AA 5083 e AA 5086 nas temperaturas F, O, H111, H 112, H116, H32 e H321, de espessura igual ou superior a 1/16". Com soldagem por arco elétrico pelos processos TIG ou MIG.	3107	KG	5000	195,5/kg				
SERVIÇOS DE CALDEIRARIA - FORRAÇÃO, CONFEÇÃO DE DUTOS E ACESSÓRIOS									
4	Retirada e Instalação da forração, chapa em MDF hidrófugo com 6mm de espessura na cor branca, contendo estrutura em metalon e isolamento térmico de lã de rocha aluminizada com 50mm de espessura. Material: MDF hidrófugo	3107	M²	600					
5	Retirada e Instalação da forração, chapa em aço inox 304, 0,6mm de espessura contendo estrutura em metalon e isolamento térmico de lã de rocha aluminizada com 50mm de espessura. Material: Aço inoxidável	3107	M²	600					
6	Retirada e Instalação da forração, chapa em ACM – alumínio composto cor branca, com 3mm de espessura contendo estrutura em metalon e isolamento térmico de lã de rocha aluminizada com 50mm d espessura. Material: Alumínio	3107	M²	800					
7	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de dutos de ar-condicionado, ventilação, descarga ou extração. Material: Aço carbono	3107	KG	3000					
8	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de balastrada, corrimão, balaustrada, trincaiz e bico de pato.	3107	KG	2100					
9	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de estrados, escadas, estantes e armários. Material: Aço carbono	3107	KG	900					
10	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de acessórios estanques. Material: Aço carbono	3107	KG	3000					
11	Substituição ou Reparo (retirada, fabricação e instalação) ou Montagem (fabricação e instalação) de suportes de redes e caminho mecânico. Material: Aço carbono	3107	KG	1000					
SERVIÇOS DE CALDEIRARIA - ISOLAMENTO TÉRMICO									
12	Instalação de isolamento térmico em dutos de ar-condicionado, confeccionado em manta de fibra de vidro aluminizado em uma das faces, com largura igual ou superior a 1 m e espessura mínima de 38 mm.	2232	M²	600					
13	Instalação de isolamento térmico em tubulação de descarga de motores de combustão interna, confeccionado em manta cerâmica de 50 mm de espessura, densidade 64 kg/m³. A manta térmica deverá ser revestida (revestimento intermediário) em tecido de fibra cerâmica de 3 mm de espessura, densidade de 500 kg/m³ e revestimento de acabamento em chapa em aço galvanizado (espessura mínima 0,65 mm -BSG 24)	2232	M²	9600					
14	Instalação de isolamento térmico em tubulações com temperatura de trabalho até 750°C, confeccionados em calhas (rotulbo bipartido) de lã de rocha, com espessura de parede de 50 mm, com revestimento de acabamento em chapa metálica (material A ou B).	2232	M²	9600					
SERVIÇOS TRATAMENTO E PINTURA DE SUPERFÍCIES EXTERNAS DE EMBARCAÇÕES									
15	Limpeza através de raspagem e hidrojateamento a média pressão (400-500 bar)	2941	m²	ASD					
16	Limpeza e tratamento e superfície por hidrojateamento a alta pressão (10.000 – 25.000 psi)	2941	m²	ASD					
17	Limpeza com solvente para remoção de óleo ou graxa através de fricção/mento da superfície com panos ou escovas em conjunto com desengraxantes ou detergentes biodegradáveis e/ultrassônicos e posterior enxágue com água doce limpa para a remoção total dos contaminantes e produtos aplicados.	2941	m²	ASD					
18	Tratamento Mecânico Grau St3 + aplicação de primer.	2941	m²	ASD					
19	Limpeza por jateamento abrasivo seco, padrão comercial, Grau Sa 2.	2941	m²	ASD					
20	Limpeza por jateamento abrasivo úmido, padrão comercial, Grau Sa 2.	2941	m²	ASD					
21	Jateamento abrasivo seco, padrão metal quase branco, Grau Sa 2 1/2 + aplicação de primer	2941	m²	ASD					
22	Jateamento abrasivo úmido, padrão metal quase branco, Grau Sa 2 1/2 + aplicação de primer	2941	m²	ASD					
23	Limpeza e tratamento de superfície por hidrojateamento , Grau WJ-4.	2941	m²	ASD					
24	Hidrojateamento a ultra pressão (acima de 25.000 psi), Grau WJ-2 + aplicação de primer.	2941	m2	ASD					
25	Aplicação de esquema de pintura de navios e embarcações de superfície, em aço, pintados de cinza e branco. Aplicação de pintura em obras vivas, costado, linha d'água, casaria, compartimentos internos e convés, conforme ENGENALMARINST Nº 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	1090	m²	ASD					
26	Aplicação de esquema de pintura de embarcações rápidas (lanchas), em alumínio, pintados de cinza. Aplicação de pintura em obras vivas, costado, linha d'água, casaria, compartimentos internos e convés, conforme ENGENALMARINST Nº 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	1090	m²	ASD					
27	Aplicação de esquema de pintura de embarcações rápidas (lanchas), em PREV, pintados de cinza. Aplicação de pintura em obras vivas, costado, linha d'água, casaria, compartimentos internos e convés, conforme ENGENALMARINST Nº 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	1090	m²	ASD					
SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESGASEIFICAÇÃO, TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE E PINTURA INTERNA DE TANQUES.									
28	Limpeza e desgaseificação de tanques de óleo combustível com emissão de laudo técnico. O volume residual dos tanques e dos resíduos gerados durante a limpeza deverão ser retirados e destinados conforme legislação vigente.	27936	m³	ASD					
29	Limpeza dos tanques de água.	2941	m³	ASD					
30	Tratamento Mecânico Grau St3 das superfícies internas dos tanques + aplicação de primer.	2941	m²	ASD					
31	Limpeza por jateamento abrasivo seco, padrão comercial, Grau Sa 2, das superfícies internas dos tanques.	2941	m²	ASD					

Zimbra

alex.aparecido@marinha.mil.br

Re: Solicitação de Orçamento - ENRG

De : Renata Calabar (Comercial)
<renata@tranziran.com.br>

ter., 02 de set. de 2025 10:05

Assunto : Re: Solicitação de Orçamento - ENRG

Para : VICTOR GONÇALVES DA SILVA
<silva.victor1@marinha.mil.br>

Cc : Alex <alex.aparecido@marinha.mil.br>, jairo brito
<jairo.brito@marinha.mil.br>, vagner.kohler
<vagner.kohler@marinha.mil.br>

As imagens externas não são exibidas. [Exibir as imagens abaixo](#)

CUIDADO: E-mail externo. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro. Em caso de e-mail suspeito, contacte o admin e encaminhe o cabeçalho MIME original para "abuse@marinha.mil.br".

Bom dia Victor !!

Agradecemos o contato , mas infelizmente não atendemos essa região .

Atenciosamente



Em seg., 1 de set. de 2025 às 12:46, 'VICTOR GONÇALVES DA SILVA' via Comercial - Tranziran Transportes LTDA <comercial@tranziran.com.br> escreveu:

Prezado fornecedor,

Consulto a possibilidade de orçar os itens da planilha atualizada em anexo, para composição futura de pregão eletrônico, ou vosso declínio em atender-nos.

Solicita-se ainda que vosso orçamento contenha:

a) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

b) endereço, e-mail e telefone de contato;

c) data de emissão;

d) valor unitário; e

e) nome completo, identificação e assinatura do responsável.

DADOS DO SOLICITANTE:

Estação Naval do Rio Grande

CNPJ: 00.394.502/0195-97

Endereço: Avenida Honório Bicalho, portão 09, Vila Militar - Rio Grande-RS

Julgamos um prazo de resposta razoável em torno de 10 (dez) dias úteis. Quaisquer dúvidas, encontramos-nos à disposição.

Respeitosamente,

VICTOR Gonçalves da SILVA

Segundo Tenente (RM2-EN)

Encarregado da Divisão de Estruturas Navais

Estação Naval do Rio Grande

E-mail: silva.victor1@marinha.mil.br

"Marinha do Brasil, protegendo nossas riquezas, cuidando da nossa gente".

Rio Grande – RS, na data da assinatura.

Elaborado por:

ALEX APARECIDO DE SOUZA
Terceiro-Sargento (MI)
Auxiliar da Divisão de Planejamento

VICTOR GONÇALVES DA SILVA
2º TEN (RM2-EN)
Encarregado da Divisão de Estruturas Navais

Ratificado por:

JAIRO SILVA DE MACEDO BRITO
1º TEN (RM2-EN)
Encarregado da Divisão Planejamento

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

NUP N. 63195.001286/2025-97

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Serviços Industriais necessários à Estação Naval do Rio Grande (ENRG) visando o atendimento ágil dos pedidos de serviço emitidos ao Departamento Industrial da ENRG e o apoio às Organizações Militares (OMs) clientes.

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte **justificativa**:

A contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços industriais é classificada como serviço de engenharia por envolver atividades técnicas e especializadas que requerem conhecimento e habilidades específicas de engenharia, sendo a Contratada responsável por executar: serviços de caldeiraria pesada, conforme o grupo 1; serviço de caldeiraria - forração, confecção de dutos e acessórios, conforme o grupo 2; serviço de Caldeiraria - isolamento térmico, conforme o grupo 3; serviços de tratamento e pintura de superfícies externas de embarcações, conforme o grupo 4; serviços de limpeza, desgaseificação, tratamento de superfície e pintura interna de tanques, conforme o grupo 5; serviços de

fabricação e instalação de tubulações, conforme o grupo 6; serviços de içamento e movimentação de cargas, conforme o grupo 7).

Os serviços mencionados exigem conhecimentos técnicos em engenharia mecânica ou naval (para os grupos de 1 a 6) e engenharia mecânica, civil ou de segurança do trabalho (para o grupo 7), incluindo habilidades em cálculo, design e análise de riscos, em conformidade com normas técnicas de segurança e regulamentações. Essas atividades são geralmente desempenhadas por engenheiros registrados, que possuam a responsabilidade técnica pelo projeto e execução dos serviços.

De acordo com a legislação brasileira, serviços que envolvem atividades técnicas relacionadas a projetos, execução, manutenção de equipamentos mecânicos e movimentação de cargas são considerados serviços de engenharia e, como tal, devem ser conduzidos por profissionais habilitados com registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia). Essa exigência assegura a qualidade, segurança e conformidade técnica dos serviços prestados, protegendo tanto os usuários quanto a integridade das instalações e equipamentos.

Como exemplos, cita-se o disposto na lei 5.194, de 1966, e na resolução nº 218, do CONFEA, de 1973:

Lei 5.194/1966

"Art. 7º As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:

- a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas, de economia mista e privada;
- b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;
- c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;
- d) ensino, pesquisas, experimentação e ensaios;
- e) Fiscalização de obras e serviços técnicos;
- f) direção de obras e serviços técnicos;
- g) execução de obras e serviços técnicos;
- h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária."

RESOLUÇÃO Nº 218, DE 29 JUN 1973 - CONFEA

"Art. 1º - Para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia,

Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designadas as seguintes atividades:

Atividade 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica;

Atividade 02 - Estudo, planejamento, projeto e especificação;

Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica;

Atividade 04 - Assistência, assessoria e consultoria;

Atividade 05 - Direção de obra e serviço técnico;

Atividade 06 - Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;

Atividade 07 - Desempenho de cargo e função técnica;

Atividade 08 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica;

extensão;

Atividade 09 - Elaboração de orçamento;

Atividade 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade;

Atividade 11 - Execução de obra e serviço técnico;

Atividade 12 - Fiscalização de obra e serviço técnico;

Atividade 13 - Produção técnica e especializada;

Atividade 14 - Condução de trabalho técnico;

Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;

Atividade 16 - Execução de instalação, montagem e reparo;

Atividade 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação;

Atividade 18 - Execução de desenho técnico."

Com base no exposto, observa-se que o escopo do serviço abrangido no Termo de Referência demanda conhecimento técnico para sua correta execução e direção, enquadrando-se, portanto, como serviço de engenharia.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é COMUM, sob a seguinte **justificativa**:

De acordo com a Lei nº 14.133, de 2021, classifica-se como serviço comum de engenharia todo aquele que envolve ações objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade. Dessa forma, justifica-se a classificação da licitação como serviço comum de engenharia, pois trata-se de atividades padronizáveis que seguem normas específicas.

Dentre essas atividades, incluem-se a fabricação, montagem, instalação e pintura de materiais industriais; a confecção de isolamento térmico de dutos e tubulações; a limpeza, tratamento e hidrojateamento de superfícies; a limpeza, tratamento e desgaseificação de tanques de água e óleo combustível, bem como a retirada e destinação de resíduos oleosos; a fabricação e instalação de acessórios de redes de tubulação, com a realização de testes hidrostáticos; serviço de movimentação e içamento de carga, com a elaboração de plano de rigging.

Consideram-se, ainda, os serviços da presente contratação como atividades padronizadas, que possuem menor complexidade técnica e que não exigem um nível elevado de especialização técnica. Logo, podendo ser realizados sem a necessidade de qualificações avançadas.

Tal classificação facilita o processo de contratação, definição de escopo e controle de qualidade, além do mais, assegura que todas as atividades listadas sejam executadas conforme padrões específicos de desempenho, pois estabelece expectativas claras sobre a complexidade e os requisitos técnicos dos serviços prestados, garantindo a sua eficiência e segurança.

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

empreitada por preço global

A empreitada por preço global é aquela em que se contrata a execução da obra ou serviço por preço certo e total. Em tese, cada parte assume o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles estipulados inicialmente. Se, ao final da obra, a contratada tiver fornecido ou executado quantitativos superiores aos estimados, arcará com o prejuízo financeiro (não podendo cobrar a Administração pelos custos adicionais, até certo limite). Na situação oposta, a lógica é a mesma: a Administração não poderá realizar descontos proporcionais aos quantitativos não fornecidos ou executados, se ao final forem inferiores aos estimados (até certo limite).

Os serviços a serem executados pela Contratada foram estimados com precisão adequada nas especificações e quantitativos de cada serviço, fornecendo aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o completo entendimento do objeto e a elaboração de uma proposta precisa. Isso visa minimizar distorções significativas durante a execução contratual, prevenindo prejuízos tanto para a Administração quanto para a contratada. Portanto, a escolha pelo regime de empreitada por preço global se justifica na medida em que se aumenta o nível de certeza sobre o objeto a ser contratado (TCU. Acórdão nº 1.977/2013 - Plenário).

Para o objeto da presente licitação, opta-se pelo regime de empreitada por preço global devido ao elevado nível de detalhamento técnico dos serviços a serem executados. O alto grau de confiabilidade nas especificações técnicas e nos quantitativos de cada serviço e material a ser fornecido pela Contratada resulta na expectativa de que haverá poucas distorções em relação ao que foi especificado, justificando a escolha deste regime de execução.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global**, o Termo de Referência NÃO DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, sob a seguinte **justificativa**:

A presente licitação se refere a serviços de: fabricação, montagem, instalação e pintura de materiais industriais; a confecção de isolamento térmico de dutos e tubulações; a limpeza, tratamento e hidrojateamento de superfícies; a limpeza, tratamento e desgaseificação de tanques de água e óleo combustível, bem como a retirada e destinação de resíduos oleosos; a fabricação e instalação de acessórios de redes de tubulação, com a realização de testes hidrostáticos; serviço de movimentação e içamento de carga, com a elaboração de plano de rigging. Não sendo, portanto, considerado necessário a os dados em lide.

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, embora o Termo de Referência / documentos técnicos tenham sido elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, **NÃO** houve a emissão da ART, RRT ou TRT, com base na seguinte **justificativa**:

A ausência da emissão da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) ou TRT (Termo de Responsabilidade Técnica) justifica-se em razão da natureza específica dos serviços objeto desta licitação, que compreendem fabricação, montagem, instalação e pintura de materiais industriais; confecção de isolamento térmico de dutos e tubulações; limpeza, tratamento e hidrojateamento de superfícies; limpeza, tratamento e desgaseificação de tanques de água e óleo combustível, bem como a retirada e destinação de resíduos oleosos; fabricação e instalação de acessórios de redes de tubulação, incluindo testes hidrostáticos; e serviço de movimentação e içamento de carga, com elaboração de plano de rigging.

Embora o processo licitatório tenha sido conduzido por um corpo técnico qualificado, composto por engenheiros e técnicos industriais, entende-se que sua ausência não compromete a qualidade, segurança e conformidade técnica dos serviços prestados. Ressalta-se que todas as atividades serão acompanhadas e supervisionadas por profissionais legalmente habilitados, garantindo a observância às normas técnicas e regulamentares aplicáveis.

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, conforme justificativa constante no Anexo IV do Termo de Referência – Mapa Comparativo de Preços – devido ao fato de não terem sido encontrados resultados seguindo a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, a Administração optou por adotar o critério previsto no §1º, parâmetro IV do art. 23 da Lei, que permite: "pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital".

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

NÃO foram juntadas as planilhas sintéticas e as planilhas analíticas.

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

NÃO consta nos autos.

Na presente licitação:

NÃO foram utilizadas as tabelas de referência mais atualizadas.

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

Foram adotadas composições “**próprias**”, extraídas de fontes **extra-SINAPI**, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

7. CUSTOS DIRETOS

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:

Os custos diretos, incluindo aqueles relativos à administração local, não se distribuem de forma linear ao longo do tempo contratual. Muitas dessas despesas possuem natureza fixa ou ocorrem em fases específicas da execução, como mobilização inicial, aquisição de materiais, ou custos concentrados em determinadas etapas do serviço. Dessa forma, a tentativa de fracionamento proporcional desses valores por períodos pode levar a distorções na composição dos custos e no equilíbrio econômico-financeiro do contrato, tornando inviável a adoção dessa metodologia de pagamento.

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos INSUMOS e aos SERVIÇOS, sob seguinte **justificativa**:

Considerando que "pequenos erros quantitativos" devem ser tolerados e não devem acarretar a celebração de termos aditivos em empreitadas globais, "por se tratarem de erros acidentais, incapazes de interferir na formação de vontades e, principalmente, na formação de proposta a ser ofertada, a ser tida como a mais vantajosa", e visto que, os objetos do Termo de Referência são facilmente executáveis e com riscos bem mapeados e controlados, não foram juntadas as Curvas ABC.

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração.

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI:

Não foi adotado percentual de BDI por entender que os erros são incapazes de interferir na formação de interesses e, principalmente, na formação de proposta a ser ofertada, a ser tida como a mais vantajosa, visto que os objetos do Termo de Referência não constituem níveis altos de complexidade técnica e possuem riscos bem mapeados e controlados.

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte **justificativa**:

Não foi adotado percentual de BDI por entender que os erros são incapazes de interferir na formação de vontades e, principalmente, na formação de proposta a ser ofertada, a ser tida como a mais vantajosa, visto que os objetos do Termo de Referência são facilmente executáveis e com riscos bem mapeados e controlados.

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

NÃO foi juntado aos autos.

Por se tratar de um serviço Comum de Engenharia em que a execução dar-se-á em períodos curtos, sendo a maioria das contratações realizadas com quantidades parciais ao estimado no Termo de Referência, não foi observada necessidade de elaboração de Cronograma Físico-Financeiro.

13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao CREA, com base na seguinte justificativa técnica:

A exigência do registro da empresa licitante junto ao CREA dá-se pela necessidade de garantia de qualificação técnica para a realização dos serviços, assegurando que a empresa licitante possui os profissionais legalmente habilitados para a execução dos serviços demandados. Isso garante que tais serviços sejam realizados por profissionais qualificados e em conformidade com as normas técnicas e regulamentares vigentes.

No caso de empresas licitantes e de seus responsáveis técnicos não serem registrados/inscritos no CREA do Estado do Rio Grande do Sul, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

Serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

Para fornecimento dos serviços referentes ao Grupo 1 - Serviços de caldeiraria pesada;

Para fornecimento dos serviços referentes ao Grupo 2 - Serviço de caldeiraria - forração, confecção de dutos e acessórios;

Para fornecimento dos serviços referentes ao Grupo 3 - Serviço de Caldeiraria - isolamento térmico;

Para fornecimento dos serviços referentes ao Grupo 4 - Serviços de tratamento e pintura de superfícies externas de embarcação;

Para fornecimento dos serviços referentes ao Grupo 5 - Serviços de limpeza, desgaseificação, tratamento de superfície e pintura interna de tanques;

Para fornecimento dos serviços referentes ao Grupo 6 - Serviços de fabricação e instalação de tubulações;

Para fornecimento dos serviços referentes ao Grupo 7 - Serviços de içamento e movimentação de cargas.

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será ACEITO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Permitir o somatório de atestados amplia a concorrência , possibilitando a participação de um maior número de empresas no processo licitatório. Empresas que possuam experiência comprovada, porém distribuída em diferentes contratos ou períodos, poderão participar da licitação, o que tende a resultar em melhores condições para a administração pública, tanto em termos de preços quanto de qualidade dos serviços.

Outrossim, o somatório de atestados relacionados ao mesmo tipo de serviço, evidencia que a empresa licitante possui experiência acumulada na execução de serviços semelhantes, mesmo que realizados em diferentes projetos ou para diferentes contratantes.

Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Para o Engenheiro Mecânico ou Engenheiro Naval: Serviços de caldeiraria pesada, para o Grupo 1; Serviço de caldeiraria - forração, confecção de dutos e acessórios, para o Grupo 2; Serviço de Caldeiraria - isolamento térmico, para o Grupo 3; Serviços de tratamento e pintura de superfícies externas de embarcação, para o Grupo 4; Serviços de limpeza, desgaseificação, tratamento de superfície e pintura interna de tanques, para o Grupo 5; e Serviços de fabricação e instalação de tubulações, para o Grupo 6.

Para o Técnico Mecânico Industrial ou Técnico em Construção Naval: Serviços de caldeiraria pesada, para o Grupo 1; Serviço de caldeiraria - forração, confecção de dutos e acessórios, para o Grupo 2; Serviço de Caldeiraria - isolamento térmico, para o Grupo 3; Serviços de tratamento e pintura de superfícies externas de embarcação, para o Grupo 4; Serviços de limpeza, desgaseificação, tratamento de superfície e pintura interna de tanques, para o Grupo 5; e Serviços de fabricação e instalação de tubulações, para o Grupo 6.

Para o Engenheiro Mecânico, Engenheiro Civil ou Engenheiro de Segurança do Trabalho: Serviços de içamento e movimentação de cargas, para o Grupo 7

Para o Técnico em Rigging: Serviços de içamento e movimentação de cargas, para o Grupo 7.

SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

A comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT é necessária a fim de se validar a experiência técnica dos profissionais que irão realizar os serviços. Através desta comprovação é possível assegurar que o profissional realmente executou os serviços declarados no atestado. Da mesma forma, tal exigência aumenta a credibilidade do processo de contratação, oferecendo maior transparência e confiabilidade na escolha da empresa que prestará o serviço.

Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão abaixo elencados:

Para o Engenheiro Mecânico ou Engenheiro Naval: Serviços de caldeiraria pesada, para o Grupo 1; Serviço de caldeiraria - forração, confecção de dutos e acessórios, para o Grupo 2; Serviço de Caldeiraria - isolamento térmico, para o Grupo 3; Serviços de tratamento e pintura de superfícies externas de embarcação, para o Grupo 4; Serviços de limpeza, desgaseificação, tratamento de superfície e pintura interna de tanques, para o Grupo 5; e Serviços de fabricação e instalação de tubulações, para o Grupo 6.

Para o Técnico Mecânico Industrial ou Técnico em Construção Naval: Serviços de caldeiraria pesada, para o Grupo 1; Serviço de caldeiraria - forração, confecção de dutos e acessórios, para o Grupo 2; Serviço de Caldeiraria - isolamento térmico, para o Grupo 3; Serviços de tratamento e pintura de superfícies externas de embarcação, para o Grupo 4; Serviços de limpeza, desgaseificação, tratamento de superfície e pintura interna de tanques, para o Grupo 5; e Serviços de fabricação e instalação de tubulações, para o Grupo 6.

Para o Engenheiro Mecânico, Engenheiro Civil ou Engenheiro de Segurança do Trabalho: Serviços de içamento e movimentação de cargas, para o Grupo 7

Para o Técnico em Rigging: Serviços de içamento e movimentação de cargas, para o Grupo 7.

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

Será exigida tal declaração formal, por ocasião da futura contratação, devido ao fato de o objeto contemplado neste processo constituir atividade que necessita de mão de obra devidamente qualificada, assim como é necessário que a futura contratada possua instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual.

14. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será FACULTATIVA, e o licitante PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

Os serviços objeto desta contratação tratam-se de serviços de engenharia padronizados, que seguem um padrão técnico pré-definido, cujos procedimentos podem ser replicados de maneira uniforme e previsível, sem a necessidade de soluções altamente personalizadas ou exclusivas para cada caso, além de poderem ser realizados em diferentes locais, sem exigir projetos específicos para cada situação. Outrossim, os serviços serão prestados nas Organizações Militares da Marinha do Brasil sediadas na cidade do Rio Grande ou em trânsito na mesma, não sendo exclusivamente realizados em um único lugar.

15. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e **justificativas** técnicas:

Devido à possibilidade da contratada não possuir licença ambiental para retirada e destinação de resíduos oleosos, será permitida a subcontratação parcial do objeto apenas para estes serviços. Sendo vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

16. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de 5% por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte **justificativa** técnica:

O objeto inerente à esse processo constitui etapa fundamental para prontificação dos meios navais, os quais executam atividades de patrulha e inspeção naval nas águas jurisdicionais brasileiras, contribuindo para a segurança nacional e para a segurança das atividades econômicas no mar, sendo ainda responsáveis por atividades de busca e salvamento (SAR), implicando diretamente na salvaguarda da vida humana no mar e, por conseguinte, auxiliam diretamente a Marinha no cumprimento de sua função institucional.

Nessa linha, considerando que o objeto em lide trata-se de serviços extremamente importantes para o aprestamentos dos Organizações Militares de terra e navios, esta Administração entende como oportuno, conveniente e legal a solicitação de que a Contratada possua um patrimônio líquido mínimo de pelo menos 5% (cinco por cento) do valor estimado de contratação.

17. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

PERMITIDA a participação de consórcios.

18. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será VEDADA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa**:

Conforme Súmula nº 281, TCU : “É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade”.

O objeto em tela incorre na necessidade de gestão de pessoal e material por parte da Contratada, a relação de subordinação entre os efetivos executores com a Contratada fornece maior segurança para esta Administração quando na necessidade de imputabilidade de responsabilidade em caso de alguma avaria, assim como fornece maior segurança para esta Organização Militar quanto à organização do pessoal envolvido na execução do serviço.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte **justificativa**:

No presente caso, opta-se pela não exigência de garantia contratual, uma vez que, após análise da natureza, do objeto e das condições da contratação, concluiu-se que os riscos envolvidos são considerados administráveis e não justificam a imposição de ônus adicional ao contratado.

Além disso, a exigência de garantia poderia restringir a competitividade do certame, especialmente em contratações de menor vulto ou em que os custos com a prestação da garantia representariam impacto financeiro significativo, sem correspondente benefício à Administração. Ressalta-se, ainda, que os meios ordinários de fiscalização e controle previstos no contrato e na legislação aplicável são suficientes para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais.

20. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

Definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

Verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

Verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

Verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Elaborado por:

Jairo Silva de Macedo Brito
Primeiro-Tenente (RM2-EN)
Membro da Equipe de Planejamento



MARINHA DO BRASIL

ESTAÇÃO NAVAL DO RIO GRANDE

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços industriais necessários à Estação Naval do Rio Grande (ENRG) visando o atendimento ágil dos pedidos de serviço emitidos ao Departamento Industrial da ENRG e o apoio às Organizações Militares (OMs) clientes.

2. INFORMAÇÕES GERAIS

2.1. Fica instituído, como parte integrante do contrato celebrado, o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) conforme previsto no ANEXO V-B e VIII-A da IN nº 05/2017, o qual tem por objetivo aferir a qualidade dos serviços prestados pela Contratada;

2.2. Objetivo a atingir: Prestação do serviço em elevados níveis de qualidade;

2.3. Forma de avaliação: Definição de situações que caracterizem o não atendimento do objetivo e atribuição de descontos no valor de pagamento devido;

2.4. Sanções: Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato.

3. FORMA DE AVALIAÇÃO

3.1. Para o acompanhamento e avaliação dos serviços realizados pela Contratada será estabelecido e utilizado o IMR entre as partes, baseando-se em indicadores e metas definidos neste documento.

3.2. A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidade, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos na prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

3.3. O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida.

3.4. Para o recebimento integral do valor contratado, a Contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais.

3.5. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

3.6. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

3.7. Para a consecução dos objetivos do IMR, deverão ser observadas as regras e metodologias de medição de resultado descritas abaixo:

INDICADORES	
1	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
2	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS
3	FUNCIONÁRIOS

INDICADOR 1: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS		
ITEM	DESCRIÇÃO	
Finalidade	Garantir o efetivo cumprimento dos serviços , conforme do Termo de Referência, verificando a execução integral e qualidade dos serviços	
Meta a Cumprir	100%	
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências	
Forma de Acompanhamento	Presencial, verificado pelo Fiscal técnico ou Gestor do Contrato	
Periodicidade	A cada solicitação do serviço	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato, prazo estabelecido e por meio de emissão de Nota de Empenho.	
Ocorrências	Não atendimento às solicitações efetuadas pela gestão e fiscalização do contrato.	1,0 ponto por ocorrência
	Deixar de substituir funcionário com rendimento insatisfatório	1,0 ponto por colaborador, por dia

	ou que tenha conduta incompatível com suas atribuições no prazo previsto.	
	Manter funcionário sem as competências previstas para a execução dos serviços.	0,5 ponto por colaborador, por dia
Faixas de Ajustes no Pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos.	

INDICADOR 2: MATERIAIS E EQUIPAMENTOS		
ITEM	DESCRIÇÃO	
Finalidade	Garantir a quantidade e qualidade dos materiais e equipamentos necessários à plena execução dos serviços	
Meta a Cumprir	100%	
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências	
Forma de Acompanhamento	Presencial, verificado pelo Fiscal técnico ou Gestor do Contrato	
Periodicidade	Diária	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato, prazo estabelecido e por meio de emissão de Nota de Empenho.	
Ocorrências	Atendimento dos serviços sem os materiais necessários a realização dos serviços, conforme condições previstas em termo de referência	1,0 ponto por dia
	Não substituição de materiais em desconformidade com a qualidade especificada no Termo de Referência.	0,5 ponto por dia
	Atraso na substituição dos equipamentos que tenham sido danificados durante seu uso.	0,5 ponto por dia
Faixas de Ajustes no Pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos.	

INDICADOR 3: FUNCIONÁRIOS		
ITEM	DESCRIÇÃO	
Finalidade	Garantir a quantidade de funcionários necessários à plena execução dos serviços compatíveis com objeto e local da prestação dos serviços	
Meta a Cumprir	100% da presença dos funcionários e atendimento à conduta e demais condições previstas no contrato.	
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências	
Forma de Acompanhamento	Presencial, verificado pelo Fiscal técnico ou Gestor do Contrato	
Periodicidade	Diária	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato, prazo estabelecido e por meio de emissão de Nota de Empenho.	
Ocorrências	Deixar o posto de trabalho, sem a devida justificativa.	1,0 por ocorrência, por colaborador
	Recusar-se a executar os serviços compatíveis com o por colaborador posto de trabalho, sem motivo justificado.	1,0 por ocorrência, por colaborador
	Destruir ou danificar documentos e/ou equipamentos pertencentes à contratante por culpa ou dolo do funcionário da Contratada.	2,0 por ocorrência
	Adotar conduta incompatível com as atribuições do posto, favorecendo o surgimento de conflitos e desavenças.	2,0 por ocorrência
	Não respeitar os horários dos intervalos para repouso e alimentação, fixados pela administração.	0,5 por ocorrência, por colaborador
Faixas de Ajustes no Pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos.	

PONTOS
6,0 a 8,0
9,0 a 11,0
12,0 a 14,0
15,0 a 16,0
17,0 a 20,0
21,0 a 25,0
26,0 a 30,0

DESCONTOS
4% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
5% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
10% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
15% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
20% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
25% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
30% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência

4. FORMULÁRIO DE AFERIÇÃO E ANOTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1. O fiscal técnico do contrato deverá utilizar a tabela abaixo para registrar as ocorrências, caso hajam, dentro do período de aferição:

INDICADOR 1	
Total de Ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição
INDICADOR 2	

Total de Ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição
INDICADOR 3	
Total de Ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição
NOTA FINAL	
Período de Aferição	
Pontuação Final	
Observações	

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Este instrumento define expectativas de serviços e responsabilidades entre a Estação Naval do Rio Grande e a empresa _____, inscrita sob o CNPJ nº _____ e é parte integrante do contrato decorrente do Pregão Eletrônico nº _____/2025, celebrado para prestação de serviços industriais.

5.2. Além disso, o espírito deste instrumento é clarear e solidificar o pactuado entre as partes, trabalhando juntos no provimento de serviços de qualidade e com eficiência, visando garantias para o interesse público.

5.3. A assinatura deste instrumento indica que as partes o revisaram e que, em termos de necessidades, apresenta objetivos realizáveis e mensuráveis na execução dos serviços.

_____, ____ de _____ de ____.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA



MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE ENGENHARIA NAVAL

223/225.5

Rio de Janeiro, RJ, 23 de março de 2020.

ENGENALMARINST Nº 60-01E

Assunto: Pintura de Navios, Embarcações e Submarinos em Serviço.

Anexo: Procedimentos para pintura de Obras Vivas, Costados, Conveses Externos, Tanques, Paióis de Munição, Paióis de Amarras, Consoles, Painéis, Quadros Elétricos, Indicativos Visuais e Nome dos Navios, Embarcações e Submarinos em Serviço.

1 - PROPÓSITO

Estabelecer procedimentos para pintura de obras vivas, costados, conveses externos, tanques, paióis de munição, paióis de amarras, consoles, painéis, quadros elétricos e indicativos visuais e nome dos navios, embarcações e submarinos em serviço, assim como definir parâmetros técnicos que auxiliem as OM quando da aquisição de tintas.

2 - ANTECEDENTES TÉCNICOS

O alto custo de reparo dos meios flutuantes, a corrosividade do ambiente marinho e a preocupação constante com a proteção do meio ambiente e com a saúde do trabalhador, vêm motivando um veloz aprimoramento técnico dos setores de manutenção ligados à preparação de superfície e pintura. O desenvolvimento da técnica de hidrojateamento a alta pressão tornou mais ágil e limpo os serviços de preparação de superfície, uma vez que não provoca névoa de material particulado e reduz consideravelmente o risco de contaminação de equipamentos nas regiões próximas. Estas vantagens e a necessidade premente de redução de custos de manutenção industrial motivaram a indústria mundial a desenvolver tintas com teor de solventes reduzido ou sem solvente e também tolerantes à umidade superficial, o que tornou o processo de reparo mais rápido, seguro e com custo final reduzido.

O presente documento estabelece os procedimentos, os requisitos e as informações técnicas necessários à prevenção da corrosão nos navios em serviço e apresenta os requisitos técnicos e de desempenho que devem ser satisfeitos pelas tintas a serem adquiridas pelas diversas OM da Marinha do Brasil (MB).

3 - NORMAS

Deverá ser observado o procedimento estabelecido no documento anexo.

4 - VIGÊNCIA

Esta ENGENALMARINST entra em vigor a partir da presente data.

63007.000274/2020-19

5 - CANCELAMENTO

Esta ENGENALMARINST cancela a de nº 60-01D.

MARIO FERREIRA BOTELHO

Vice-Almirante (EN)

Diretor

ASSINADO DIGITALMENTE

Distribuição:

Listas: 50 (exceto BHMN, CHM, DPC, CIAGA), 60 (somente CIAW, CN, EN, AvInAspNascimento, AvInGMJansen e AvInGMBrito), 71(somente BAMRJ e COMRJ), 712 (somente CCIM, DepCMRJ e CMM), 810 (exceto, GptFNRJ, ERM CN, ERM RJ, EAMES, PM), 820 (exceto ComForMinVar, ERMS, HNSa), 830 (exceto GptFNNA, ERMN, EAMCE, EAMPE, HNNa, HNRe), 840 (exceto PNMa, EsqdHU-3), 850 (exceto EsqdHU-5, GptFN RG, ERM RG, EAMSC), 860 (exceto EsqdHU-4, GptFNLa, SSN-6, HNLa), 890 (exceto CCEMSP) e 910 (exceto, BACS, CAAML, CIAMA, CASOP, CASOP-Acabo, CIAAN, ComForAerNav, EsqdHA-1, EsqdHI-1, EsqdHS-1, EsqdHU-1, EsqdHU-2, EsqdVF-1, GRUMEC, PNSPA e UMEsq), AMRJ, DAerM, e DAdM (Arq MB).

PROCEDIMENTO PARA PINTURA DE OBRAS VIVAS, COSTADOS, CONVESES EXTERNOS, TANQUES, PAÍÓIS DE MUNIÇÃO, PAÍÓIS DE AMARRAS, CONSOLES, PAINÉIS, QUADROS ELÉTRICOS, INDICATIVOS VISUAIS E NOME DOS NAVIOS, EMBARCAÇÕES E SUBMARINOS EM SERVIÇO

SUMÁRIO

	Página
PREFÁCIO.....	4
PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES	4
INTRODUÇÃO	4
1 OBJETIVO	5
2 REFERÊNCIAS NORMATIVAS	5
3 DEFINIÇÕES	6
4 PROCEDIMENTOS	15
APÊNDICES:	
A - Esquema de pintura de navios e embarcações de superfície em aço pintados de cinza	
B - Esquema de pintura de navios e embarcações de superfície em aço pintados de branco	
C - Esquema de pintura de navios e embarcações de superfície em alumínio pintados de cinza	
D - Esquema de pintura de navios e embarcações de superfície em aço pintados de vermelho (navios sujeitos à operação em áreas polares) - Superestrutura	
E - Esquema de pintura de navios e embarcações de superfície em aço pintados de vermelho (navios sujeitos à operação em áreas polares) – Costado e borda falsa	
F - Esquema de pintura de navios e embarcações de superfície em aço pintados de cinza (camuflado específico para navios e embarcações do ComFlotAM e ComFlotMT)	
G - Esquema de pintura de navios e embarcações de superfície em madeira	
H - Esquema de pintura de navios e embarcações de superfície em fibra de vidro	
I - Esquema de pintura de submarinos classes “Tupi” e “Tikuna”	
J - Esquema de pintura de linha d’água de navios e embarcações de superfície em aço pintados de cinza ou branco	
K - Esquema de pintura de linha d’água de navios e embarcações de superfície em aço pintados de vermelho (navios sujeitos à operação em áreas polares)	
L - Esquema de pintura de linha d’água de navios e embarcações de superfície em madeira pintados de cinza	
M - Esquema de pintura de linha d’água de navios e embarcações de superfície em madeira pintados de branco	
N - Esquema de pintura de linha d’água de navios e embarcações de superfície em alumínio ou fibra de vidro pintados de cinza	
O - Esquema de pintura de linha d’água e obras vivas de navios e embarcações de superfície, em aço, pintados de cinza que operam efetivamente em água doce	
P - Esquema de pintura de obras vivas de navios e embarcações de superfície em aço pintados de	

cinza ou branco

Q - Esquema de pintura de obras vivas de navios e embarcações de superfície em aço pintados de vermelho (navios sujeitos à operação em áreas polares)

R - Esquema de pintura de obras vivas de navios e embarcações de superfície em alumínio ou fibra de vidro pintados de cinza

S - Esquema de pintura de obras vivas de navios e embarcações de superfície em madeira

T - Esquema de pintura de área externa em aço entre a quilha e o limite da linha de flutuação, incluindo os lemes dos submarinos classes “Tupi” e “Tikuna”

U - Esquema de pintura de áreas externas em fibra de vidro dos submarinos classes “Tupi” e “Tikuna”

V - Esquema de pintura das anteparas e teto das praças de baterias dos submarinos classes “Tupi” e “Tikuna”

W - Esquema de pintura do piso das praças de baterias dos submarinos classes “Tupi” e “Tikuna”

X - Esquema de pintura dos tanques de lastro dos submarinos classes “Tupi” e “Tikuna” – acima de 2400 mm da linha de base

Y - Esquema de pintura dos tanques de lastro dos submarinos classes “Tupi” e “Tikuna” – abaixo de 2400 mm da linha de base

Z - Esquema de pintura da área externa dos tubos de torpedo dos submarinos classes “Tupi” e “Tikuna”

AA - Esquema de pintura das áreas externa e interna de domo do sonar

AB - Esquema de pintura de tanques de combustíveis, lubrificantes, lastro, séptico e fundo de praça de máquinas (para jateamento abrasivo total da área)

AC - Esquema de pintura de tanques de combustíveis, lubrificantes, lastro, séptico e fundo de praça de máquinas (para hidrojateamento)

AD - Esquema de pintura de tanques de combustíveis, lubrificantes, lastro e séptico e de fundo da praça de máquinas (para retoques sobre o esquema de pintura antigo)

AE - Esquema de pintura de tanques de aguada

AF - Esquema de pintura de convés de voo de porta-aviões

AG - Esquema de pintura de conveses principais, escadas externas e plataformas de pouso em aço

AH - Esquema de pintura de conveses principais, escadas externas e plataformas de pouso em alumínio ou madeira

AI - Esquema de pintura de conveses externos de embarcações com casco em fibra de vidro

AJ - Esquema de pintura de conveses externos, plataformas de pouso e tampas dos porões (escotilhas) de navios sujeitos à operação em áreas polares

AK - Esquema de pintura de plataformas de pouso do NPoAlteMaximiano

AL - Esquema de pintura de paiol de amarras de navios e embarcações de superfície

AM - Esquema de pintura de amarras e ferros

AN - Esquema de pintura de paiol de munição de navios e embarcações de superfície

AO - Esquema de pintura de consoles, painéis e quadros elétricos de navios e embarcações de superfície

AP - Esquema de pintura de indicativos visuais e nome dos navios

AQ - Esquema de pintura de faixas de proa e indicativos de costado de lanchas empregadas em ações de inspeção naval

AR - Esquema de pintura de marcação de calado dos navios da MB

AS - Critérios para a realização das limpezas submersas
AT - Modelo de relatório de limpeza submersa
AU - Modelo de relatório de pintura

Observação: As Engenalmarinst são numeradas por assunto, de acordo com SWBS (Ship Work Breakdown Structure). Para maiores detalhes, consultar a página da DEN na Intranet.

Elaborado por:

Verificado por:

CAMILA ROCHA LOUZEIRO
Capitão-Tenente (EN)
Ajudante da Divisão de Materiais

ASSINADO DIGITALMENTE

JOÃO GABRIEL G DE FARIAS
Capitão-Tenente (EN)
Encarregado da Divisão de Materiais

ASSINADO DIGITALMENTE

Aprovado por:

Ratificado por:

ANDRE RICARDO M. PINHEIRO
Capitão de Fragata (EN)
Chefe do Depto de Sistemas do Casco

ASSINADO DIGITALMENTE

MARIO FERREIRA BOTELHO
Vice-Almirante (EN)
Diretor

ASSINADO DIGITALMENTE

PREFÁCIO

Este documento, elaborado pela Diretoria de Engenharia Naval (DEN), estabelece os requisitos necessários para a pintura de obras vivas, costados, conveses externos, tanques, paióis de munição, paióis de amarras, consoles, painéis, quadros elétricos, indicativos visuais e nome dos navios, embarcações e submarinos em serviço.

Os apêndices são todos normativos.

O presente documento cancela e substitui a ENGENALMARINST 60-01D - “Pintura de manutenção de obras vivas, costados, conveses externos, e tanques dos navios, embarcações e submarinos em serviço”.

PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES

Referentes à presente edição ECHO:

- a) Atualização de NSN de tintas especificadas nos esquemas de pintura.
- b) Atualização e inserção de termos técnicos no item “Definições”.
- c) Atualização dos procedimentos de limpeza: com solventes, por meio de ferramentas mecânicas e/ou manuais e por jateamento abrasivo.
- d) Atualização dos procedimentos de mistura, homogeneização, diluição e aplicação de tintas.
- e) Inclusão de procedimento de retoque de pintura das embarcações nos casos em que a tinta anti-incrustante apresenta-se sem defeitos de pintura, limo ou contaminantes (sais solúveis, poeira, base de craca, etc.).
- f) Alteração do item 4.8 sobre garantia da qualidade na aplicação de tintas, onde foram incluídos novos critérios de aceitação dos serviços de pintura realizados.
- g) Alteração dos esquemas de pintura dos Apêndices D, H, I, J, L, O, P, Q, R, S, T, U, V, Z, AA, AB e AC.
- h) Inclusão/alteração de esquemas de pintura para os submarinos da classe Tupi e Tikuna (Apêndices I, T, U, V, W, X, Y e Z) e para navios sujeitos a operação em áreas polares (Apêndices D, E, K, Q e AJ).

INTRODUÇÃO

A preparação de superfície, a pintura de navios e o armazenamento de tintas, vernizes e solventes já vêm, tradicional e adequadamente, sendo feitos na MB. Contudo, verifica-se que os resultados podem ser aprimorados, desde que sejam transmitidos conhecimentos básicos e estabelecidos procedimentos adequados. Este documento estabelece os procedimentos, bem como os requisitos e informações necessários à prevenção da corrosão e deterioração dos navios em serviço, por meio da preparação de superfície, pintura e aplicação de outras medidas preventivas.

PROCEDIMENTO PARA PINTURA DE OBRAS VIVAS, COSTADOS, CONVESES EXTERNOS, TANQUES, PAIOIS DE MUNIÇÃO, PAIOIS DE AMARRAS, CONSOLES, PAINÉIS, QUADROS ELÉTRICOS E INDICATIVOS VISUAIS E NOME DOS NAVIOS, EMBARCAÇÕES E SUBMARINOS EM SERVIÇO

1 OBJETIVO

Este documento estabelece os princípios gerais para a pintura de obras vivas, costados, conveses externos, tanques, paióis de munição, paióis de amarras, consoles, painéis, quadros elétricos e indicativos visuais, a limpeza submersa de obras vivas e o armazenamento de tintas, vernizes e solventes de navios, submarinos e embarcações da Marinha do Brasil (MB).

2 REFERÊNCIAS NORMATIVAS

As Normas relacionadas a seguir contêm disposições que, através de referência neste texto, constituem prescrições válidas para o presente procedimento. Na data da publicação deste documento, as edições indicadas eram válidas. Como todas as normas estão sujeitas a revisões, as partes envolvidas em acordos baseados neste procedimento devem investigar a possibilidade de utilização de edições mais recentes:

- 2.1. Norma SWEDISH STANDARD SIS 05-5900 - 1967 - “Pictorial Surface Preparation Standards for Painting Steel Surfaces”, 1963;
- 2.2. Norma SSPC-SP1 – “Solvent Cleaning”;
- 2.3. Norma ISO 8501-1:2007 – “Preparation of steel substrates before application of paints and related products: Visual assessment of surface cleanliness. Part 1: Rust grades and preparation grades of uncoated steel substrates and of steel substrates after overall removal of previous coatings”;
- 2.4. Norma ABNT 7349:2012 – “Decapagem para pintura naval – Procedimento”;
- 2.5. Norma SSPC-SP8 – “Pickling”;
- 2.6. Norma ISO 8501-3:2006 – “Preparation of steel substrates before application of paints and related products – Preparation of welds, edges and other areas with surface imperfections”;
- 2.7. Norma ABNT NBR 14787 – “Espaço confinado - Prevenção de Acidentes, Procedimentos e Medidas de Proteção”;
- 2.8. Norma ISO 8502-6: 2006 – “Preparation of steel substrates before application of paints and related products – Tests for the assessment of surface cleanliness. Part 6: Extraction of soluble contaminants for analysis – The Bresle method”.
- 2.9. Norma ISO 8502-9:1998 – “Preparation of steel substrates before application of paints and related products – Tests for the assessment of surface cleanliness. Part 9: Field method for the conductometric determination of water-soluble salts”.
- 2.10. Norma ASTM D 610:2012 – “Standard Practice for Evaluating Degree of Rusting on Painted Steel Surfaces”.
- 2.11. Norma ASTM D-3359 – “Standard Test Methods for Measuring Adhesion by Tape Test”;
- 2.12. Norma ABNT NBR 15156:2015 – “Pintura industrial – Terminologia”;

- 2.13. Norma SSPC SP 11 – “Power Tool Cleaning to Bare Metal”; e
- 2.14. Norma ABNT NBR 15239 – “Tratamento de superfície de aço com ferramentas manuais e mecânicas”.

3 DEFINIÇÕES

Para os efeitos do presente documento, aplicam-se as seguintes definições:

3.1 PONTO DE ORVALHO: Temperatura na qual ocorre a condensação da umidade presente no ar sobre a superfície a ser pintada.

3.2 FLASH RUST: Reoxidação leve e inicial que ocorre após o jateamento abrasivo úmido ou hidrojateamento, sem o uso de inibidor de corrosão.

3.3 HOLDING PRIMER: Tinta de secagem rápida, cuja função é a proteção temporária de aço recém-tratado por jateamento abrasivo até o momento da aplicação da pintura final. É aplicado em espessura de película seca da ordem de 40 µm, por pulverização sobre a superfície, e indicado por ocasião da aplicação do esquema de pintura geral (após jateamento total).

3.4 SHOP PRIMER: Tinta de proteção temporária aplicada em espessura de película seca da ordem de 15 µm, por meio da sua pulverização sobre a superfície após o jateamento abrasivo em chapas e perfis, com a finalidade de proteger a superfície até o momento da utilização na atividade de construção e montagem.

3.5 CAREPA DE LAMINAÇÃO: Camada superficial de óxidos de ferro, dura e aderente ao metal-base, oriunda do processo de laminação a quente.

3.6 GRAUS DE INTEMPERISMO: Para o propósito deste documento, são aplicáveis as definições contidas na referência 2.1. Os graus de intemperismo de uma superfície metálica estão reproduzidos na citada norma, por meio de quatro padrões fotográficos:

- Grau A - superfície de aço completamente coberta de carepa de laminação intacta e aderente, com pouca ou nenhuma corrosão.
- Grau B - superfície de aço com princípio de corrosão, da qual a carepa de laminação tenha começado a desagregar.
- Grau C - superfície de aço da qual a carepa de laminação tenha sido removida pela corrosão ou possa ser retirada por meio de raspagem, podendo apresentar uma formação leve de alvéolos.
- Grau D - superfície de aço da qual a carepa de laminação tenha sido totalmente removida pela corrosão e que apresenta corrosão alveolar bastante intensa. Uma imagem ilustrativa dos graus de intemperismo está apresentada na Figura 1.

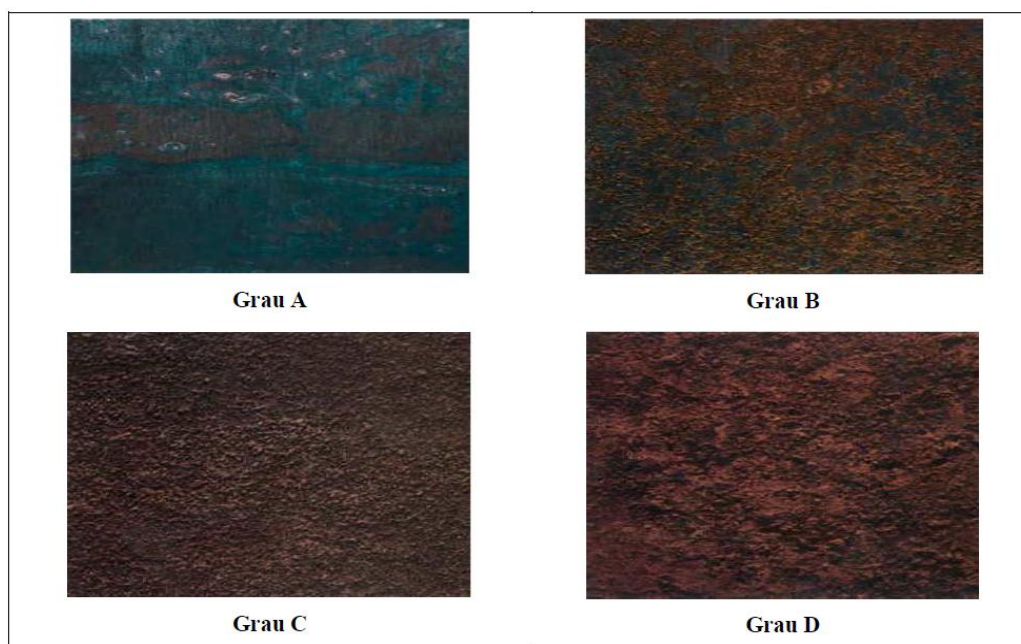


Figura 1 – Graus de oxidação de uma superfície de aço-carbono sem revestimento, antes da execução da preparação de superfície.

3.7 LIMPEZA COM SOLVENTE: Limpeza superficial destinada a remover do substrato a ser pintado os materiais estranhos, tais como óleo, graxa e outros contaminantes oleosos, mediante o emprego de solventes orgânicos, desengraxantes, detergentes, produtos alcalinos, água, vapor, etc. Este método de limpeza deve preceder todos os demais e corresponde à norma da referência 2.2.

3.8 LIMPEZA MECÂNICA St 2: Método de preparação de superfície de aço para pintura com utilização de ferramentas manuais e mecânicas. O tratamento deve remover carepas de laminação solta, ferrugem e quaisquer materiais estranhos. A superfície deve ser limpa, imediatamente após o uso das ferramentas, com aspirador, ar comprimido limpo e seco ou escova limpa e deve estar livre de óleo, graxa e sujeiras visíveis. O aspecto final do substrato deve corresponder às gravuras com designação St-2, segundo as referências 2.1 e 2.3. Esta preparação não se aplica a superfícies que apresentem Grau A de intemperismo original. Para as demais, os padrões de limpeza são: B St 2, C St 2 e D St 2 das referências 2.1 e 2.3.

3.9 LIMPEZA MECÂNICA St 3: Método de limpeza de superfície de aço para pintura com utilização de ferramentas manuais e mecânicas de forma mais minuciosa e rigorosa que anterior. A superfície deve ser limpa, imediatamente após o uso das ferramentas, com aspirador, ar comprimido limpo e seco ou escova limpa e deve estar livre de óleo, graxa e sujeiras visíveis. Após a remoção do pó, a superfície deve apresentar brilho metálico claro. O aspecto deve corresponder às gravuras com designação St 3 das referências 2.1 e 2.3. Este tratamento não se aplica às superfícies que apresentem Grau A de intemperismo original. Para as demais, os padrões de limpeza são: B St 3, C St 3 e D St 3 das referências 2.1 e 2.3.

3.10 LIMPEZA AO GRAU SSPC-SP11: Método de preparo das superfícies de aço para pintura com o uso de ferramentas mecânicas ao metal branco e com perfil de ancoragem mínimo de 25 µm. A superfície deve estar livre de contaminantes visíveis como óleo, graxa, poeira, corrosão, pintura velha, óxidos, carepa de laminação, produtos de corrosão e outros materiais estranhos. Leve resíduo de corrosão e pintura é permitido em fundo de alvéolos ou pites se a

superfície original apresentar este tipo de corrosão. Geralmente, tem aplicação na remoção de corrosão em pequenas áreas para pintura de retoque.

3.11 LIMPEZA COM JATO ABRASIVO SECO: Método de preparo das superfícies de aço para pintura pelo emprego de granalha de aço, escória de fundição de cobre, óxido de alumínio ou outros abrasivos, impelidos por um sopro de ar comprimido através de bicos aplicadores. Este tipo de limpeza para aplicação de pintura é de grande rendimento de execução, removendo quase que totalmente os contaminantes da superfície metálica e criando um perfil de rugosidade que proporciona boa ancoragem da película de tinta. Este método de limpeza possui quatro padrões de limpeza:

- Grau Sa 1 – limpeza por jateamento abrasivo ligeiro (*Brush-off*): quando vista a olho nu, a superfície deve estar livre de óleo, graxa e sujeira visíveis, assim como de carepa de laminação solta, ferrugem, pintura existente não aderida e outros materiais estranhos. A aparência final deve corresponder às gravuras com designação Sa 1 das referências 2.1 e 2.3. Esta limpeza não se aplica a superfícies que, inicialmente, apresentem grau A de intemperismo (oxidação). Os demais padrões de limpeza são: BSa 1, CSa 1 e DSa 1 das referências 2.1 e 2.3;

- Grau Sa 2 - limpeza por jateamento abrasivo comercial: quando vista a olho nu, a superfície deve estar livre de óleo, graxa e sujeira visíveis, assim como isenta de quase toda a carepa de laminação, ferrugem e material estranho. A superfície deve apresentar, então, coloração acinzentada e corresponder, em aparência, às gravuras com designação Sa 2 das referências 2.1 e 2.3. Esta limpeza não se aplica a superfícies que apresentem, inicialmente, grau A de intemperismo. Os demais padrões de limpeza são: BSa 2, CSa 2 e DSa 2 das referências 2.1 e 2.3;

- Grau Sa 2 ½ - limpeza por jateamento abrasivo ao metal quase branco: quando vista a olho nu, a superfície deve estar livre de óleo, graxa e sujeira visíveis, assim como isenta de carepa de laminação, ferrugem e material estranho de maneira tão perfeita que seus vestígios apareçam somente como manchas tênues ou estrias. A superfície deve apresentar, então, aspecto correspondente às gravuras com designação Sa 2 ½ das referências 2.1 e 2.3. Os padrões de limpeza são: ASa 2 ½, BSa 2 ½, CSa 2 ½ e DSa 2 ½ das referências 2.1 e 2.3;

- Grau Sa 3 – limpeza por jateamento abrasivo ao metal branco: quando vista a olho nu, a superfície deve estar livre de óleo, graxa e sujeira visíveis, além de totalmente isenta de carepa de laminação, ferrugem e material estranho. A superfície deve apresentar uma coloração metálica uniforme, correspondente em aparência às gravuras com designação Sa 3 das referências 2.1 e 2.3. Os padrões de limpeza são: ASa 3, BSa 3, CSa 3 e DSa 3 das referências 2.1 e 2.3.

3.12 LIMPEZA COM JATO ABRASIVO ÚMIDO: método de preparo de superfície de aço para pintura que consiste na projeção de uma mistura de abrasivo e água (com ou sem inibidor de corrosão) impelidos por um sopro de ar comprimido através de bicos aplicadores. Este método deve ser utilizado quando a poeira do jateamento seco for indesejável. Assim como o jato abrasivo seco, possui quatro (4) padrões de limpeza: Sa 1, Sa 2, Sa 2 ½ e Sa 3. Em função do tempo de exposição da superfície tratada ao ar e da agressividade do ambiente, o aço submetido ao jateamento abrasivo úmido pode apresentar quatro (4) graus de *flash rust* (oxidação instantânea): sem *flash rust*, leve, moderado e intenso. Geralmente, os fabricantes de tinta admitem que a pintura seja realizada em uma superfície que apresenta corrosão superficial até o grau leve (corrosão superficial muito leve e aderida - *flash rust* leve).

3.13 LIMPEZA COM JATO DE ÁGUA COM ALTA PRESSÃO: método de limpeza através da qual organismos incrustantes (exceto os firmemente aderidos), camadas de tintas sem aderência, oxidação sem aderência e sais solúveis são removidos com auxílio de um jato de água doce em formato de leque sob pressão de 207 bar a 689 bar (3000 psi a 10000 psi), aproximadamente.

3.14 HIDROJATEAMENTO: método de limpeza de superfície que utiliza a energia de abrasão da água na superfície para obter o efeito de limpeza, não sendo utilizado qualquer tipo de abrasivo. É classificado em dois tipos, considerando-se a pressão utilizada:

- hidrojateamento a alta pressão: utiliza pressões de 689 bar a 1724 bar (10000 psi a 25000 psi);
- hidrojateamento a ultra-alta pressão: utiliza pressões acima de 1724 bar (25000 psi).

O hidrojateamento possui quatro graus de limpeza:

- WJ-1: a superfície deve estar livre de toda ferrugem, tinta, carepa de laminação e matéria estranha visíveis previamente existente, e apresentar um acabamento metálico fosco uniforme (ver Nota 1);

- WJ-2: a superfície deve estar limpa, apresentando um acabamento fosco, com pelo menos 95% da área livre de todos os resíduos visíveis previamente existentes, e os 5% remanescentes contendo apenas, aleatoriamente, manchas dispersas de oxidação, tinta e matéria estranha (ver Nota 1);

- WJ-3: a superfície deve estar limpa, apresentando um acabamento fosco, com pelo menos 2/3 da área livre de todos os resíduos previamente existentes (exceto carepa de laminação), e o 1/3 remanescente contendo apenas, aleatoriamente, manchas dispersas de oxidação, tinta ou matéria estranha previamente existentes (ver Nota 1); e

- WJ-4: a superfície deve apresentar-se, uniformemente, livre de ferrugem, tintas e carepa de laminação não aderidas.

NOTA 1 – O hidrojateamento a alta pressão e o hidrojateamento a ultra alta pressão não apresentam a mesma coloração do jateamento abrasivo seco. A coloração metálica fosca do aço limpo imediatamente após o hidrojateamento se torna ligeiramente amarelada a menos que um inibidor de corrosão seja usado ou que as condições do meio sejam controladas. Em superfícies de aço antigas que tenham áreas com e sem tintas, a coloração do acabamento fosco varia mesmo que todo material superficial visível tenha sido removido.

3.15 DECAPAGEM: É um método de tratamento de superfícies metálicas para a pintura, que consiste na remoção de carepa, ferrugem e escamação ferruginosa por meio de reação química ou de eletrólise, ou pela ação de ambos. Este tipo de limpeza corresponde às normas da referência 2.4 e 2.5.

3.16 INSPEÇÃO SUBMERSA DE OBRAS VIVAS: Inspeção realizada com o objetivo de manter o acompanhamento do desempenho da tinta anti-incrustante. A inspeção deverá ser registrada por meio de registros fotográficos ou filmográficos. Adicionalmente, a embarcação

deverá manter o registro permanente dos seguintes dados, a fim de subsidiar a avaliação do desempenho da tinta anti-incrustante:

- a) locais navegados pela embarcação e período durante o qual o navio permaneceu em movimento em cada local; e
- b) locais nos quais o navio permaneceu em condição estática e duração de tempo nesta condição em cada local.

3.17 LIMPEZA SUBMERSA DE OBRAS VIVAS: Método de limpeza realizado por mergulhadores utilizando escovas rotativas. Seus principais benefícios são: redução da resistência à propulsão e melhoria do desempenho do navio; e redução do consumo de combustível. Entretanto, este procedimento pode diminuir a ação anti-incrustante da tinta aplicada nas obras vivas, caso seja realizado de forma inadequada ou com frequência.

3.18 TINTA

3.18.1 Tinta “No Voc”: tinta isenta de solvente.

3.18.2 Tinta “Low Voc”: tinta com baixo teor de solventes (de modo geral, até 340 mg de solvente/litro de tinta).

3.18.3 Tinta “TIN-FREE”: tinta isenta de estanho.

3.18.4 Tinta “TAR-FREE”: tinta isenta de alcatrão de hulha.

3.18.5 Tinta Anti-incrustante de Autopolimento: tinta que possui em sua formulação compostos químicos (biocidas) que visam não permitir a fixação de micro-organismos incrustantes nos cascos dos navios, por um determinado período de tempo. Tem como mecanismo de funcionamento a capacidade de polimento da tinta, isto é, a resina se solubiliza na água, liberando os biocidas. O desempenho das tintas anti-incrustantes é influenciado por diversos fatores, tais como perfil operativo, velocidade de navegação, preparo de superfície, disponibilidade de luz e nutrientes no ambiente, temperatura, salinidade, poluição e pH da água.

3.19 IDENTIFICAÇÕES DAS INCRUSTAÇÕES:

3.19.1 Organismos incrustantes:

São considerados organismos incrustantes os organismos marinhos (animais e vegetais) que se fixam em qualquer material submerso, em especial nos cascos das embarcações, notadamente na linha d'água e obras vivas, provocando o aumento da resistência hidrodinâmica, a redução da velocidade e o maior consumo de combustível.

3.19.2 Biofilme:

De uma forma abrangente, o início das incrustações tem origem numa película de pequena espessura, que pode ser vista como um “limo” escorregadio, fácil de sentir passando-se a mão, denominada “biofilme”. O biofilme é o primeiro estágio de sucessão dos organismos marinhos e normalmente está distribuído por toda a área submersa, desde a proa até a popa.

3.19.3 Cracas:

São crustáceos (família dos camarões, lagostas e caranguejos) altamente modificados, encerrados em uma carapaça calcária envolvendo todo o seu corpo. Fixam-se diretamente sobre o substrato (casco) por meio de substâncias elaboradas por glândulas produtoras de cimento. Sua estrutura lembra um pequeno “vulcão” e sua coloração pode variar do cinza até o rosa, conforme a espécie (Figura 2). Na linha d’água, as cracas são encontradas principalmente na popa e a meia-nau. Nas obras vivas são encontradas na popa, meia-nau, proa e domo do sonar.



Figura 2 – Cracas.

3.19.4 Poliquetas:

Os poliquetas (Figura 3) são também conhecidos como “*vermes de tubo*”, pois seus corpos são envolvidos por um tubo de origem calcária formado pelo crescimento de uma sequência de anéis, daí serem classificados como Anelídeos. Estes animais aproveitam o cálcio dissolvido na água do mar e desse modo constroem seus abrigos tubiformes. Esses tubos podem alcançar de 3 até 4 centímetros de espessura. Seu padrão de crescimento é desordenado havendo uma superposição e entrelaçamento de diversos indivíduos. Logo após a sua fase planctônica, fixam-se a um substrato, no caso os cascos das embarcações, onde crescem em abundância. Na linha d’água estão principalmente distribuídos a meia-nau. Nas obras vivas, são encontrados em todo o casco: popa, meia-nau, proa, leme, domo de sonar e hélice.



Figura 3 – Poliquetas.

3.19.5 Hidrozoários:

São animais que formam colônias, geralmente confundidos com vegetais (algas), devido à sua forma. Sua coloração varia do transparente ao marrom (Figura 4). Comumente aderem às

cracas, ascídias (tunicados), etc. Ocorrem nas obras vivas em menor quantidade que os Briozoários.



Figura 4 – Hidrozoários.

3.19.6 Briozoários:

São animais, também confundidos com vegetais (algas), formando tufos de milhares de indivíduos. As colônias apresentam aspectos arborescentes semelhantes a delicadas rendas calcárias que lembram microscópicas casas de abelhas (Figura 5). Sua coloração é variada: vermelha, alaranjada, branca, entre outras. São encontradas nas obras vivas, meia-nau, leme e domo do sonar.



Figura 5 – Briozoários.

3.19.7 Mexilhões:

Os mexilhões são moluscos. Dessa família, fazem parte os polvos, as lulas e os caramujos, tendo como parentes mais próximos as ostras. São também chamados de mariscos. A concha tem duas valvas iguais, com a borda ventral reta e a dorsal curva. O colorido da concha é pardo-esverdeado, com cutícula brilhante (Figura 6). Fixam-se aos cascos das embarcações e outros substratos duros por meio de tufos de filamentos escuros. Ocorrem raramente nas obras-vivas.

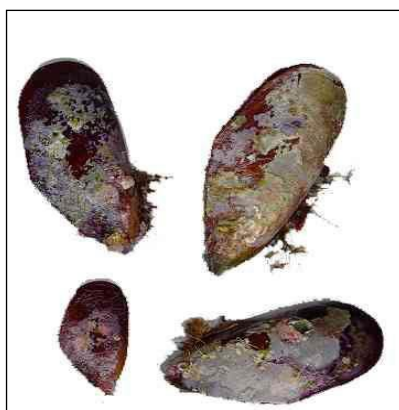


Figura 6 – Mexilhões.

3.19.8 Actínias:

São muitas vezes confundidas com plantas. Possuem um corpo cilíndrico, tendo na extremidade superior diversos tentáculos que lhe dão a aparência de uma flor, com coloração que pode variar do branco ao vermelho (Figura 7). Fixam-se aos cascos das embarcações e substratos duros por meio de um muco produzido na base do corpo. Quando expostas ao ar durante a docagem de embarcações, apresentam o corpo murcho, e seus tentáculos deixam de apresentar a posição distendida, ficando totalmente amolecidos. Quando submersas em condições normais, chegam a medir de 4 a 6 cm de altura. Ocorrem raramente, e geralmente próximo ao domo do sonar.



Figura 7 – Actínias.

3.19.9 Algas filamentosas (*Enteromorpha*):

Possuem aspecto filamentoso, coloração verde e muitas vezes são chamadas de “cabeleira de Vênus” ou de “barba verde” (Figura 8). Normalmente ficam distribuídas em toda a linha d’água, com maior abundância na proa.



Figura 8 - Algas filamentosas.

3.19.10 Algas foliáceas (*Ulva*):

Possuem aspecto foliáceo. Sua coloração é verde e ocupam, juntamente com a *Enteromorpha*, toda a linha d'água (Figura 9).



Figura 9 - Algas foliáceas.

3.19.11 Ascídias:

Estes organismos incrustantes apresentam-se sob duas formas: colonial (grupos de vários animais) e solitária (chamados de tunicados). A ascídia colonial (Figura 10), cujo corpo parece uma geleia, apresenta uma coloração variada: branca, amarela, vermelha, entre outras. Estes organismos podem cobrir outros incrustantes.



Figura 10 – Ascídia colonial.

Os tunicados (Figura 11) parecem pingentes e sua coloração pode variar desde o amarelo-claro ao preto. A primeira reação de uma ascídia deste tipo ao ser retirada de seu substrato é eliminar água por uma das aberturas situadas na parte superior do corpo. São comumente encontradas no hélice e no leme.



Figura 11 – Tunicados.

4 PROCEDIMENTOS

4.1 ATIVIDADES PRÉVIAS À REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PINTURA

O desempenho do esquema de pintura é significativamente afetado pelo estado da preparação do substrato imediatamente antes da pintura. Defeitos nas soldas, cantos vivos e demais imperfeições superficiais do substrato são regiões nas quais geralmente se inicia o processo corrosivo, conforme a referência 2.6. As áreas a serem pintadas deverão se apresentar, em inspeção a olho nu, livres de:

- a) respingos de solda;
- b) cordões de solda irregulares e pontiagudos;
- c) escória de solda;
- d) mordeduras nos cordões de solda;
- e) poros e crateras;
- d) cantos vivos; e
- f) entalhes.

4.2 LIMPEZA E PREPARAÇÃO DE SUPERFÍCIES METÁLICAS PARA PINTURA

Os subitens a seguir devem ser cumpridos para cada tipo de limpeza selecionado. Cabe ressaltar que a limpeza com solventes é pré-requisito para todos os outros métodos de limpeza. A limpeza mecânica deve ser utilizada antes da limpeza por jateamento abrasivo, caso exista corrosão em placas. Contudo, é necessário que se tenha atenção especial para evitar a formação de excessiva aspereza das superfícies, pois as arestas e rebarbas contribuem para a falha prematura da pintura, em virtude de não poderem ser normalmente protegidas com uma espessura adequada de tinta. Por outro lado, o excessivo escovamento da superfície pode também ser prejudicial à pintura, a ponto de não permitir a boa aderência da tinta.

4.2.1 Limpeza com solventes

4.2.1.1 Dados genéricos

A limpeza com solventes objetiva a limpeza de superfícies para pintura antes da aplicação de tinta ou antes da remoção de carepa de laminação, ferrugem ou tinta antiga. Quando recomendada, deve ser aplicada antes da execução de outras modalidades de limpeza de superfície e também antes da aplicação de qualquer tinta.

- Procedimento

A limpeza com solventes deve consistir da seguinte ordem de operações:

a) Remoção de terra, salpicos de cimento, sais, limo e qualquer outro contaminante (salvo graxa e óleo) mediante ação de escovas de fibra ou arame, ou pela raspagem, por hidrojateamento ou pela aplicação de soluções de limpeza alcalinas, ou pelo emprego de uma combinação desses métodos, com posterior enxágue com água doce; e

b) Remoção de óleo ou graxa pelo emprego de um dos seguintes métodos:

b.1 Para contaminações em áreas pequenas e localizadas realizar o friccionamento da superfície com panos limpos ou escovas molhadas com solvente. A limpeza final deve ser feita com solvente e panos brancos e limpos, para impedir que o óleo e os contaminantes se espalhem pela superfície, ao invés de serem removidos;

b.2 Para contaminações generalizadas ou em grandes áreas, realizar o friccionamento da superfície com panos ou escovas em conjunto com desengraxantes ou detergentes biodegradáveis emulsionáveis. A limpeza final deve ser feita com enxágue com água doce limpa para a remoção total dos contaminantes, inclusive dos produtos químicos utilizados; e

b.3 Em ambos os casos, o excesso deve ser removido inicialmente com trapo seco e limpo. Posteriormente, aplicar a limpeza com solvente.

4.2.1.2 Precauções

a) Qualquer que tenha sido o método usado para a limpeza da superfície, não deve ser deixado nenhum resíduo sobre a superfície.

b) Deve ser observado o menor intervalo de tempo possível entre a limpeza inicial e a execução da etapa seguinte (preparo de superfície, aplicação de demão de tinta), de modo a evitar nova contaminação. Caso ocorra alguma contaminação, o procedimento de limpeza inicial deve ser repetido.

c) Os riscos de incêndio, explosão e intoxicação são inerentes às operações de limpeza com solventes orgânicos. Nenhum trabalho deve ser executado antes de estabelecidas as necessárias condições de segurança, como:

c.1 Proibição do ato de fumar, para não originar chamas.

c.2 Os trabalhadores envolvidos na faina deverão utilizar luvas, óculos de segurança e, em recintos fechados, utilizar máscaras contra gases.

c.3 As centelhas e faíscas provenientes da utilização de equipamentos elétricos, ferramentas abrasivas, marteletes, compressores, bombas e luzes elétricas deverão ser totalmente evitadas.

c.4 Em locais confinados, deve-se ter suprimento de ar por ventilação forçada.

c.5 Lâmpadas elétricas devem ser montadas em acessórios à prova de explosão.

c.6 Não efetuar trabalho de soldagem durante o serviço de limpeza com solventes.

c.7 Lavar as mãos antes das refeições e tratar imediatamente os ferimentos, a fim de evitar infecções.

c.8 Colocação de placas de sinalização indicando que há homens trabalhando com produtos inflamáveis e/ou em espaço confinado.

d) É recomendado o uso de solventes de segurança, preferencialmente com alto ponto de fulgor, para minimizar riscos de incêndio, e biodegradáveis. Em regiões confinadas, deve ser providenciada a ventilação adequada, a fim de manter a concentração do solvente abaixo das mínimas concentrações tóxicas ou inflamáveis.

e) Os operadores devem usar, obrigatoriamente, vestimentas e equipamentos de segurança individuais adequados.

f) Com relação ao manuseio e armazenagem, devem ser observadas as normas de segurança recomendadas pelos fabricantes dos produtos químicos a serem utilizados.

4.2.2 Limpeza por meio de ferramentas mecânicas e/ou manuais

4.2.2.1 Dados genéricos

Os padrões de limpeza conseguidos por meio de ferramentas mecânicas e/ou manuais são o St 2, o St 3 e o SSPC-SP11, definidos em 3.8, 3.9 e 3.10.

4.2.2.2 Procedimento

O procedimento a ser empregado na execução de limpeza com ferramentas mecânicas e/ou manuais deve consistir na seguinte ordem de operações:

- a) Limpeza com solventes conforme procedimento indicado em 4.2.1.
- b) Remoção de corrosão em placas ou ferrugens estratificadas (escamas de ferrugem), por meio de ferramentas de impacto manuais ou mecânicas, com o intuito de facilitar a ação do solvente em contaminantes como sais, óleos e graxas escondidos pelas placas ou ferrugem estratificada.
- c) Limpeza por tratamento mecânico pelo emprego de ferramentas de impacto movidas mecanicamente, tais como: pistola de agulha ou martelos picadores, descascadores, esmerilhamento pelo emprego de rebolos ou lixas movidas mecanicamente ou outras ferramentas de impacto similares. Os gumes de tais ferramentas devem ser mantidos em boas condições de eficiência. Também pode ser utilizadas escovas de arame de aço rotativas, com forma e tamanho adequado, que possam entrar em todos os vãos acessíveis, ângulos, juntas e cantos. A superfície deve ser tratada, porém não polida de modo a prejudicar a aderência da tinta a ser aplicada.
- d) Remoção de toda a escória e salpicos de solda, pelo emprego de ferramentas mecânicas.
- e) Limpeza de todas as partes acessíveis da estrutura metálica que se encontrem parcialmente encobertas. No caso de obras novas, a limpeza deve ocorrer antes da montagem das partes que venham a tornarem-se inacessíveis posteriormente.
- f) Todas as ferramentas devem ser usadas de modo a não deixarem rebarbas ou arestas vivas, nem produzirem cortes na superfície de aço.
- g) Depois de terminado o trabalho de limpeza com tratamento mecânico, devem ser removidas da superfície a poeira e outras matérias estranhas. Se houver ainda a presença de óleo ou graxa na superfície, estes devem ser removidos por meio de limpeza com solventes.
- h) Qualquer que seja o tipo de ferramenta usado na limpeza, à superfície deve ser limpa no mínimo tão bem quanto as superfícies padrões definidas nas subseções 3.8, 3.9 e 3.10.
- i) No preparo de superfície por tratamento mecânico para nova aplicação de pintura, deve ser removida toda tinta solta. As arestas da camada de tinta antiga que forem deixadas sobre a superfície metálica devem ser desbastadas de tal maneira que só permaneça assentado sobre a superfície o resto de tinta que se encontre de tal modo aderido que não possa ser removido mediante a introdução de uma espátula cega.
- j) A superfície limpa deve receber a tinta de fundo no menor prazo possível e antes que o resultado do trabalho de limpeza seja prejudicado pela exposição.
- k) Devem ser obedecidos os procedimentos de segurança vigentes descritos na norma referência 2.7.
- l) O pessoal encarregado de executar o trabalho de tratamento mecânico deve usar óculos de segurança, bem como outros meios adequados de proteção – equipamento de proteção individual (EPI).

4.2.3 Limpeza com jateamento abrasivo

4.2.3.1 Dados genéricos

Este processo consiste na remoção de óxidos e sujidades de uma superfície metálica, pelo emprego de abrasivos impelidos por meio de ar comprimido. No caso do emprego de jateamento abrasivo úmido, deve-se utilizar como *primer* o tolerante à umidade residual. Cabe ainda ressaltar que este tipo de limpeza de superfície não é capaz de retirar todos os contaminantes existentes na superfície metálica, que pode ser impregnada com contaminantes que estejam

presentes no sistema (contaminação do ar comprimido ou do abrasivo), o que acelera a degradação da superfície metálica, prejudicando o desempenho do esquema de pintura.

4.2.3.2 Procedimento

Na preparação da superfície, devem ser observados os seguintes pontos:

- Remoção de contaminantes oleosos com utilização de desengraxante ou solvente orgânico, com posterior baldeação com água doce, conforme procedimento em 4.2.1;
- Jateamento abrasivo seco ou úmido ao grau mínimo Sa 2 ½ das referências 2.1 e 2.3, com utilização ou não de inibidor de corrosão no caso do jato úmido.

O procedimento de execução do jateamento abrasivo deve conter, pelo menos, as seguintes informações:

- a) Grau de preparação da superfície de aço;
 - b) Indicação dos solventes e materiais utilizados na execução da limpeza prévia, segundo subseção 4.2.1;
 - c) Tipo de equipamento a ser utilizado no preparo da superfície, incluindo os filtros separadores e bicos;
 - d) Procedência do material abrasivo a ser utilizado no preparo da superfície;
 - e) Tipo e granulometria do abrasivo, em função dos perfis de rugosidade a serem obtidos.
- Os principais tipos de abrasivos são:

e.1 Granalha de aço

- Granulometria: verificar se a granulometria da granalha de aço está de acordo com o perfil de rugosidade exigido pelo sistema de pintura;
- Oxidação: verificar se a granalha de aço está oxidada. Esta verificação se faz jateando uma pequena área com a granalha de aço, efetuando a limpeza com ar comprimido seco e limpo e posteriormente colando um pedaço de fita crepe. Se a fita crepe ficar impregnada com oxidação proveniente da granalha de aço, esta deve ser rejeitada;
- Contaminação: a granalha não deve apresentar nenhum sinal visível de contaminação. O laudo atestando a pureza da granalha deverá ser entregue juntamente com cada lote de granalha.

e.2 Escória de fundição de cobre e outros abrasivos

- Granulometria: verificar se a granulometria do abrasivo está de acordo com o perfil de rugosidade exigido pelo sistema de pintura;
- Contaminação: verificar se o abrasivo está contaminado. O laudo atestando a pureza da escória de fundição de cobre e outros abrasivos deverá ser entregue juntamente com cada lote de granalha.

f) Qualidade da água a ser usada no jateamento abrasivo úmido. A água utilizada para o deve ser limpa, doce, isenta de contaminantes e com pH variando de 6,5 a 7,5.

g) No caso de jateamento abrasivo úmido ou hidrojeamento, deve-se, sempre que possível, evitar o uso de inibidor de corrosão. No caso de utilização de inibidor de corrosão, deve-se indicar o tipo, a concentração, o mecanismo de proteção anticorrosiva proporcionado pelo mesmo e os métodos a serem usados na sua remoção posterior, bem como para verificar a presença de

vestígios de inibidor de superfície.

h) Remoção da carepa de laminação, ferrugem, pintura antiga e matéria estranha de acordo com o grau de limpeza especificado por jateamento com granalha de aço, esférica ou angulosa, por jateamento com escória de fundição de cobre ou outros abrasivos, por hidrojateamento à alta ou ultra alta pressão (apenas para o caso da superfície já ter sofrido algum tipo de jateamento abrasivo) e por hidrojateamento à ultra alta pressão com abrasivos que devem apresentar granulometria adequada, de modo a conferir à superfície o perfil de rugosidade especificado.

i) Procedimentos de limpeza final após o preparo da superfície, antes da aplicação dos sistemas de pintura;

j) Verificação do teor de sais solúveis sobre a superfície jateada ou hidrojateada, antes do início da pintura, conforme estabelecido nas normas das referências 2.8 e 2.9;

k) Descrição dos equipamentos de segurança a serem utilizados nos processos, bem como os EPIs dos operadores de jateamento e hidrojateamento e equipamentos de proteção coletiva (EPCs) para serviços de hidrojateamento à ultra alta pressão.

Cuidados:

Em superfície excessivamente coberta de camadas de ferrugem, admite-se a remoção dela por meio de ferramentas mecânicas e/ou manuais antes da limpeza final com jato abrasivo.

Após o jateamento, a superfície deve ser limpa por meio de escova, aspirador de pó ou ar comprimido limpo, seco e isento de contaminantes, de forma a remover grãos de abrasivos e poeiras. No caso de hidrojateamento a superfície deve ser rigorosamente limpa por meio de jato de água doce, de forma a remover, antes do início da pintura, o abrasivo, sais solúveis, inibidores de corrosão (quando houver) e outros resíduos presentes na superfície.

O ar comprimido utilizado na aplicação do jato abrasivo deve ser isento de água e de óleo. O equipamento deve ser provido de filtros e separadores, adequados para retirada de água e de óleo ou prover aquecimento ou resfriamento do ar para retirada de água e de óleo, e ter uma pressão mais próxima possível de 7 bar (100 psi) no bico de jato;

Os trabalhos de limpeza com jato abrasivo devem ser feitos de modo a não causar danos às partes do trabalho já executado. As tintas já aplicadas nas proximidades do jateamento devem estar, pelo menos, secas ao toque.

Tomadas de válvulas, escotilhas, sistemas de ventilação, aberturas e passagens, vias de acesso, equipamentos elétricos e eletrônicos, superfícies e partes críticas da maquinaria devem ser adequadamente isoladas, através do uso de coberturas, capas, bujões, etc.

Não devem ser executados trabalhos de jateamento seco em superfícies que possam ficar molhadas antes da pintura. O trabalho de limpeza com jateamento abrasivo e a aplicação da pintura não devem ser realizados ou iniciados quando a umidade relativa do ar estiver superior a 85%, exceto para as tintas tolerantes a superfícies molhadas. O padrão de limpeza da superfície deve estar atendendo ao grau especificado pelo fabricante da tinta a ser aplicada.

O jateamento deve ser evitado em chapas com espessura inferior a 3 mm, de modo a evitar a ocorrência de empenos. Nestes casos, a DEN deve ser consultada quanto à possibilidade ou não de ser estabelecido um tratamento alternativo.

No hidrojateamento, a aplicação da tinta de fundo deve ser feita levando-se em conta o estado de oxidação da superfície antes da pintura. O intervalo de tempo decorrido entre a lavagem da superfície com água doce e a aplicação da tinta de fundo deve ser o menor possível, visando diminuir, em ambientes agressivos (marinho e industrial marinho), a concentração de cloretos e outras substâncias indesejáveis na superfície e, também, uma maior intensidade de oxidação superficial (*flash rust*). Havendo formação de oxidação superficial de grau leve a moderado,

devem-se seguir as recomendações do fabricante da tinta. Caso ocorra oxidação superficial (“flash rust”) severa, a superfície deve receber um tratamento manual com escova de aço e lavagem com água doce sob alta pressão à, no mínimo, 34 MPa (5 000 psi), antes de receber a tinta de fundo. Para condições de pintura interna de equipamentos é aceito somente o grau de “flash rust” leve.

4.2.3.3 Inspeção

a) Antes do jateamento ou hidrojateamento

a.1 Executar a inspeção visual com a finalidade de se averiguar a existência de óleo, graxa, gordura, tintas e outros contaminantes em 100% da área a ser jateada.

a.2 Verificar o estado inicial de oxidação da chapa sem pintura (graus A, B, C ou D, de acordo com as referências 2.1 e 2.3) ou com pintura (conforme referência 2.10).

a.3 Avaliar as condições ambientais e determinação do ponto de orvalho, no que diz respeito ao jateamento abrasivo, verificando se a umidade relativa do ar (URA) é inferior a 85 %, se a temperatura da superfície encontra-se pelo menos 3 °C acima da temperatura de ponto de orvalho ou conforme as condições previstas no boletim técnico do fabricante da tinta.

a.4 Verificar o aspecto visual do abrasivo a ser utilizado no jateamento, que não deve estar isento de sinais visíveis de impurezas e de oxidação. No caso de hidrojateamento ou jato abrasivo úmido, a água doce utilizada deve estar limpa, isenta de contaminantes, com pH variando entre 6,5 e 7,5 e com uma concentração máxima de cloretos abaixo de 40 ppm.

b) Depois do jateamento ou hidrojateamento

b.1 Executar inspeção visual de toda a superfície, imediatamente antes da aplicação da tinta de fundo, a fim de verificar se a superfície está limpa e isenta de qualquer contaminante e se o padrão final de limpeza está de acordo com a especificação de pintura. Utilizar os padrões visuais das referências 2.1 ou 2.3.

b.2 No caso de jateamento úmido, verificar se a superfície está completamente seca e se o padrão de limpeza apresenta no máximo uma oxidação superficial leve e bem aderida (a depender da recomendação do fabricante da tinta a ser aplicada, pode ser admissível o grau de *flash rust* moderado).

4.2.4 Decapagem

4.2.4.1 Dados genéricos

Este processo consiste na aplicação de substâncias ácidas para dissolver as camadas de óxidos e outros produtos de oxidação, de modo a deixar o metal base isento de tais materiais e em condições de receber tratamentos posteriores. A superfície decapada se apresenta isenta de carepa, ferrugem e matérias estranhas após o tratamento químico, bem como livre de ácido não reagido, álcali prejudicial, ou qualquer resíduo. Este tipo de limpeza corresponde à norma da referência 2.4.

4.2.4.2 Condições Gerais de Segurança e Informações Gerais

a) Fornecer ventilação adequada no local de trabalho, a fim de proteger a saúde dos operadores e reduzir ao mínimo a concentração de hidrogênio no ambiente, visto ser este gás extremamente explosivo;

b) Drenar da área de operação os derramamentos de soluções, assegurando que não permaneça nenhum resíduo;

c) Sempre adicionar os ácidos concentrados à água ou aos ácidos diluídos, e não o inverso, muito lentamente e sob agitação contínua;

d) A decapagem pelo ácido clorídrico dissolve a carepa mais rapidamente do que pelo

ácido sulfúrico, porém não se deve submeter este ácido ao aquecimento, devido ao desprendimento de vapores;

- e) Qualquer ácido que for empregado deve ser usado juntamente com um inibidor adequado, a fim de limitar o ataque ao metal base ao mínimo convencionado entre as partes;
- f) Para uso de decapagem pode ser necessário considerar no desenho da estrutura a eliminação de bolsões, fendas, e espaços confinados, que possam reter a solução ácida;
- g) O aço decapado deve ser pintado tão logo seja possível.

4.2.4.3 Procedimento

a) Remover os depósitos de óleo e graxa e outras matérias estranhas, conforme procedimentos do item 4.2.1. Pequenas quantidades de tais resíduos podem ser removidos pelo próprio processo de decapagem, desde que não permaneçam resíduos na superfície após tratamento.

b) Efetuar um ataque químico controlado, consistindo de sua imersão em sucessivos “banhos”, na seguinte sequência de operações:

b.1 Imersão em solução a quente ou a frio de ácido sulfúrico, ácido clorídrico ou fosfórico na qual tenha sido incorporado o inibidor em quantidade suficiente para minimizar o ataque direto do ácido ao metal base. O banho deve ser seguido de um enxágue adequado em água quente (temperatura mínima de 60 °C). A concentração e a temperatura dos banhos variam em função do tipo dos ácidos e da quantidade de material a remover;

b.2 Imersão por 2 minutos, no mínimo, em uma solução inibidora mantida a uma temperatura superior a 88 °C, contendo cerca de 75% de dicromato de sódio e 0,5% de ácido ortofosfórico ou por 3 a 5 minutos em solução de ácido fosfórico a 2% (em peso), contendo cerca de 0,3 a 0,5 g de fosfato de ferro II, à temperatura de 80 °C; e

c) As peças tratadas devem ser colocadas em repouso na posição vertical para secar, podendo a secagem ser acelerada por aquecimento ou por circulação forçada de ar, antes da pintura.

d) As superfícies decapadas devem ser examinadas quanto à presença de resíduos, depósitos metálicos e áreas mal limpas, devendo esses efeitos ser corrigidos por limpeza complementar apropriada ao resíduo ou sujidade existente. Depois de decapadas, as peças devem estar inteiramente secas e pintadas.

NOTA 2 - Não é permitido que o teor de ferro dissolvido exceda 6% em banhos de ácido sulfúrico, ou 10 %, em banhos de ácido clorídrico, a fim de não ser diminuída a velocidade do processo de decapagem.

NOTA 3 - No preparo das soluções e para enxágue só é permitido o emprego de água doce. Os tanques de enxágue devem ser abastecidos continuamente com água limpa e o total de ácido ou sais dissolvidos na água pela imersão das peças tratadas não pode exceder 2 g/L (0,2 % em massa).

4.3 LIMPEZA SUBMERSA DE OBRAS VIVAS

A realização de limpeza submersa deve ser evitada, tanto quanto possível, em decorrência da possibilidade de desempenho insatisfatório do produto, devido aos riscos de danos à película de tinta, podendo ser adotada a fim de restabelecer as condições operativas do meio. Deve-se atentar para os cuidados a serem tomados quanto ao tipo de escova a ser utilizada e seu manuseio por parte do pessoal que realizará o serviço, a fim de minimizar os danos na película de tinta anti-incrustante.

4.3.1 Frequência de inspeções

Recomenda-se que as obras vivas dos navios pintadas com tintas anti-incrustantes sejam inspecionadas pelo menos a cada quatro meses, visando verificar se alguma das condições previstas nos critérios estabelecidos no apêndice AS foi atingida.

4.3.2 Frequência de limpeza

A limpeza das obras vivas dos navios flutuando deve ser feita de acordo com um dos critérios do Apêndice AS. Imediatamente após a limpeza, o relatório de limpeza submersa deve ser preenchido e enviado ao IEAPM e à DEN, conforme o modelo preconizado no apêndice AT.

4.3.3 Seleção das escovas

Para maior eficiência da limpeza submersa, as obras vivas devem ser cuidadosamente inspecionadas por mergulhadores, visando-se identificar os tipos de organismos incrustados ao casco, com o propósito de ser posteriormente escolhida a escova adequada ao serviço a ser executado. No caso das tintas de autopolimento, a limpeza submersa só deverá ser realizada em caso de extrema necessidade, de modo a se evitar a remoção do produto existente.

4.3.4 Precauções de segurança

Para maior eficiência da limpeza e segurança do pessoal envolvido, as seguintes precauções devem ser tomadas durante a faina de limpeza:

- a) As obras vivas dos navios devem estar livres de obstruções;
- b) O sistema de proteção catódica por corrente impressa, sonar e demais sensores instalados no casco devem estar desenergizados;
- c) Os hélices, os lemes, as amarras e as aletas estabilizadoras não devem ser movimentados; e
- d) As aspirações de água salgada no casco, para as bombas de circulação principal e auxiliares, e para as bombas de esgoto e incêndio, não devem estar operando.

Os hélices, as caixas de mar e o domo do sonar devem ser limpos com raspadores de madeira.

4.3.5 Condições de mar

Se possível, a limpeza submersa deve ser realizada em águas claras e com velocidade de corrente da ordem de dois nós.

4.4 ARMAZENAMENTO, MISTURA, HOMOGENEIZAÇÃO, DILUIÇÃO E APLICAÇÃO DE TINTAS

4.4.1 Armazenamento

a) Os locais de armazenamento das tintas, vernizes, solventes e diluentes devem ser cobertos, bem ventilados, protegidos contra centelhas, descargas atmosféricas e raios diretos do sol, e, de um modo geral, não sujeitos a temperatura superior a 40 °C. Contudo, devem ser observados os boletins técnicos de cada produto, nos quais são estipuladas as temperaturas máximas aceitáveis.

b) O armazenamento deve ser feito em locais exclusivos e providos de sistema de combate a incêndio e acesso adequados.

- c) O empilhamento máximo dos recipientes deve obedecer ao seguinte critério:
 - c.1) vinte galões (3,6 litros);
 - c.2) cinco baldes (18,9 ou 20 litros); e
 - c.3) três tambores (200 litros).
- d) A posição das embalagens deve ser trocada de 2 em 2 meses, invertendo-se o fundo da embalagem para cima e vice-versa.
- e) O armazenamento deve ser feito de forma tal que possibilite a retirada, em primeiro lugar, do material mais antigo no almoxarifado e permita uma movimentação que evite danos.
- f) As embalagens devem ser mantidas hermeticamente fechadas e devem conter, dentre outras, informações relativas à data de fabricação e à data de validade do produto.
- g) Em caso de embalagens de tintas estocadas a bordo de navios, as mesmas devem permanecer peadas, a fim de evitar danos e perda de materiais.
- h) Não devem ser fornecidos e/ou usados produtos que tenham ultrapassado o prazo de validade descrito no rótulo das embalagens. Contudo, se for ultrapassado esse prazo, devem ser efetuados os necessários testes pelo fabricante com o fito de verificar se o produto ainda continua em condições de uso (processo de revalidação). Para tanto, o fabricante do produto deverá fornecer novo certificado de análise específico para revalidação, que poderá ser realizada até duas vezes, baseando-se em requisitos técnicos próprios do fabricante e contendo no mínimo as seguintes informações:
 - h.1 Identificação do lote;
 - h.2 Data de fabricação;
 - h.3 Data de validade original;
 - h.4 Data e validade da primeira revalidação;
 - h.5 Data e validade da segunda revalidação; e
 - h.6 Identificação do profissional responsável pela revalidação.
- i) O uso de tintas revalidadas não é permitido para pintura interna de tanques, bem como em superfícies externas submetidas a altas temperaturas (acima de 80 °C) ou à condensação e pinturas em superfícies que trabalhem imersas (pinturas internas e externas).

4.4.2 Mistura, homogeneização e diluição de tintas

- a) Toda tinta deve ser homogeneizada antes e durante a aplicação, a fim de manter o pigmento em suspensão. Nas tintas de dois ou mais componentes, estes devem ser homogeneizados separadamente e então misturados exatamente, de acordo com os métodos e as proporções recomendadas pelo fabricante. A homogeneização e a mistura devem ser perfeitas, não devendo aparecer veios ou faixas de cores diferentes, e a aparência final deve ser uniforme.
- b) A homogeneização deve se processar no recipiente original, não devendo a tinta ser retirada do mesmo enquanto todo o pigmento sedimentado não for incorporado ao veículo, admitindo-se, entretanto, que uma parte do veículo possa ser retirada temporariamente para facilitar o processo de homogeneização.

NOTA 4 - Caso haja dificuldade na dispersão do pigmento sedimentado, a tinta não deve ser utilizada.

- c) A mistura e a homogeneização devem ser feitas por misturador mecânico, admitindo-se a mistura manual para recipientes com capacidade de até 3,6 litros, sendo que as tintas pigmentadas com alumínio devem ser misturadas manualmente. Para tintas ricas em zinco, a mistura deve ser sempre mecânica.

d) A operação de mistura em recipientes abertos deve ser feita em local bem ventilado e distante de centelhas ou chamas.

e) A utilização de fluxo de ar sob a superfície da tinta com a finalidade de misturá-la ou homogeneizá-la não é permitida em nenhum caso.

f) Caso se tenha formado nata, pele ou espessamento em lata recentemente aberta, a tinta deve ser rejeitada.

g) Quando a homogeneização for manual e seja constatada a presença de sedimentação, a fração não sedimentada da tinta deve ser despejada para um recipiente limpo. Em seguida, deve-se dispersar o material do fundo do recipiente por meio de uma espátula larga, homogeneizando-se o pigmento com o veículo.

NOTA 5 - A parte não sedimentada, que foi retirada do recipiente, deve ser reincorporada à tinta, sob agitação ou pelo despejo repetido de um para outro recipiente, até que a composição se torne homogênea.

NOTA 6 - O fundo do recipiente deve ser inspecionado para verificar se todo o pigmento aderente ao fundo foi homogeneizado à tinta.

NOTA 7 - Nas tintas de componentes de cura química, deve ser respeitado o tempo de indução, o tempo de vida útil após a mistura (*pot life*) e o seu prazo de validade (*shelf life*) recomendados pelo fabricante.

h) A mistura, homogeneização e diluição só devem ser feitas por ocasião da aplicação.

i) O diluente, especificado pelo fabricante da tinta, deve ser incorporado à tinta durante o processo de mistura e homogeneização, não sendo permitido aos pintores adicionar diluente à tinta depois desta ter sido diluída até a consistência correta, conforme especificado no boletim técnico do produto.

j) Não devem ser usadas tintas cujo tempo de vida útil (*pot life*) tenha sido ultrapassado.

k) Não é permitida a adição de secantes à tinta.

l) Verificar se o diluente e a tinta são do mesmo fabricante.

m) As tintas não podem permanecer nos depósitos dos pulverizadores e baldes dos pintores de um dia para outro. Somente as tintas de um componente podem ser aproveitadas. Neste caso, as sobras de tinta devem ser recolhidas para um recipiente, que deve ser fechado, e novamente misturados e/ou homogeneizados antes de serem usadas novamente.

4.4.3 Aplicação de tintas

a) O esquema de pintura deve ser sempre aplicado com tintas de um mesmo fabricante, inclusive na pintura de fábrica.

b) A pintura promocional ou de fábrica (“shop primer”) porventura aplicada, deve ser removida imediatamente antes da aplicação dos esquemas de pintura, salvo nos casos em que o fabricante assegure a integridade e o desempenho do esquema de pintura sem a sua remoção.

c) Em equipamentos ou tubulações a serem soldados durante a montagem, deve ser deixada uma faixa de 5 cm sem pintura em cada extremidade do tubo e região do equipamento a ser soldada, que deve receber preparo de superfície e tinta de fundo após a soldagem e teste, inclusive o hidrostático.

d) Antes da aplicação da tinta de fundo, a superfície que foi submetida à limpeza deve ser inspecionada quanto a pontos de corrosão, graxa, umidade, salinidade e outros materiais

estranhos, de forma a certificar-se que a preparação de superfície atende ao grau de limpeza especificado.

e) Toda superfície, antes da aplicação de cada demão de tinta, deve sofrer um processo de limpeza por meio de escova ou vassoura de pelo, sopro de ar ou pano úmido para remover a poeira e/ou qualquer outro tipo de contaminante. O processo de limpeza deve ser definido em função das condições específicas de cada trabalho.

f) Não deve ser aplicada tinta em superfícies metálicas cuja temperatura seja inferior a 5 °C (temperatura ambiente), exceto quando se tratar de tintas cujo mecanismo da formação de película seja exclusivamente por evaporação de solventes. Tais tintas podem ser aplicadas desde que a temperatura ambiente seja igual ou superior a 2 °C.

g) Nenhuma tinta deve ser aplicada em superfícies metálicas cuja temperatura da superfície seja superior a 52°C ou quando a temperatura da superfície for inferior à temperatura do ponto de orvalho mais 3 °C. Além disso, nenhuma tinta deve ser aplicada se houver a expectativa de que a temperatura ambiente possa cair até 0 °C antes de a tinta estar seca à pressão. A temperatura do substrato a ser pintado deve estar de acordo com as instruções do boletim técnico da tinta a ser aplicada. As tintas formuladas especificamente para aplicação sobre superfície com condensação de umidade ou com umidade residual não estão sujeitas às restrições do ponto de orvalho.

h) No caso de tintas a base de etil silicato de zinco, a temperatura da superfície metálica não deve exceder a 40 °C.

i) Não deve ser feita nenhuma aplicação de tinta convencional em tempo de chuva, nevoeiro ou bruma, ou quando a umidade relativa do ar for superior a 85 %, nem quando haja expectativa deste valor ser alcançado. No caso de tintas a base de etil silicato de zinco, a umidade relativa do ar deve estar entre 60 % e 85 %. Adicionalmente, quando o substrato for madeira, deverá ser observado também um grau de umidade desta superfície menor ou igual a 15 %.

j) Todos os rebites, fendas, junções, cordões de solda, cantos vivos e reentrâncias devem ser convenientemente tratados mediante o emprego de escovas de aço, martelos descascadores, rebolos ou lixadeiras movidas mecanicamente, ou pela combinação destes meios. Devem ser removidos toda escória, salpicos de soldagem e resíduos de combustão nas regiões soldadas, com raspagem manual ou pelo emprego de ferramentas mecânicas de impacto, escovando-as em seguida.

k) As arestas e cantos vivos das superfícies a serem pintadas devem ser adoçadas (arredondadas) com disco de desbaste.

l) Frestas, cantos e depressões devem ser vedados por meio de solda, quando aplicável, massa epóxi. A vedação por meio de solda deve ser realizada antes da pintura enquanto que por meio de massa epóxi pode ser executada após a preparação de superfície ou logo após a aplicação da tinta de fundo.

m) A pintura de reforço (*strip coat*) à trilha nos pontos críticos tais como regiões soldadas, porcas e parafusos, cantos vivos, cavidades e fendas, alvéolos e pites, flanges e válvulas flangeadas, bordas e quinas de vigas, deve ser executada obrigatoriamente no substrato e entre cada demão aplicada, exceto para tintas inorgânicas ricas em zinco.

n) Cada demão de tinta deve ter uma espessura o mais uniforme possível, sem defeitos tais como: porosidade, escurimento, descascamento, enrugamento, empolamento, craqueamento, bolhas, crateras, impregnação de abrasivos, etc.

o) Os intervalos de tempo (máximo e mínimo) entre demãos devem ser aqueles recomendados pelo respectivo fabricante para cada produto. Se os intervalos de tempo não forem informados no esquema de pintura, o fabricante da tinta deve ser consultado. Quando os intervalos para nova aplicação de pintura forem ultrapassados, a demão anterior deve receber tratamento

usando lixamento manual leve ou jateamento abrasivo ligeiro para quebra de brilho, seguida de limpeza com solventes não oleosos, para permitir a ancoragem da demão subsequente. No caso das tintas ricas em zinco, estas devem ser lavadas com água doce sob pressão (1500 a 3000 psi) para a remoção dos produtos de reação.

NOTA 8 - Para tintas cujo mecanismo de formação de película é exclusivamente por evaporação de solvente, deve ser feito uma limpeza com pano umedecido em solvente recomendado pelo fabricante. No caso de tintas óleo resinosas, recomenda-se fazer uma limpeza superficial com aguarrás mineral de contaminantes. No caso da tinta de acabamento epóxi sem solvente, desde que recomendado no esquema de pintura e seja operacionalmente possível, a segunda demão pode ser aplicada assim que a primeira demão estiver seca ao toque.

p) Quando da pintura de acessórios e equipamentos fabricados ou revestidos em alumínio, aço inoxidável, latão, cobre, bronze ou fibra de vidro, existentes abaixo da linha d'água, em conveses ou em qualquer outro compartimento do navio, deverá ser aplicada, como primeira demão do esquema de pintura, o primer epóxi-isocianato de alta aderência – tinta promotora de aderência de base epóxi.

q) As estruturas metálicas, as tubulações e os equipamentos pintados e ainda não montados devem ser mantidos afastados entre si e do solo e devem ser posicionadas de modo a minimizar a quantidade de locais coletores de água de chuva, terra, contaminação ou deterioração da película da tinta. Nestes casos as superfícies devem ser limpas ou retocadas com a(s) tinta(s) exigida(s) sempre que isso for necessário à manutenção da integridade da película. Os equipamentos ou tubulações recém pintados não devem ser postos em operação antes da cura total das tintas utilizadas.

r) Os equipamentos, estruturas metálicas e tubulações pintados antes da montagem não devem ser manuseados sem ter sido alcançado o tempo mínimo de secagem para repintura.

s) Durante a aplicação e a secagem da tinta deve-se tomar todo o cuidado para evitar a contaminação da superfície por cinzas, sal, poeira e outros contaminantes.

t) Em pintura de manutenção deve ser removida toda a tinta solta e não aderida. As arestas da camada de tinta antiga remanescente devem ser desbastadas de modo que a pintura se apresente lisa após a repintura. A tinta antiga que for deixada sobre a superfície metálica deve estar de tal modo aderida que não possa ser levantada mediante a introdução de uma espátula cega sob a película da tinta.

u) Onde a pintura original se apresentar em camada espessa, todas as bordas devem ser chanfradas ou desbastadas por meio de lixamento.

v) A repintura parcial deve ser feita de modo a minimizar qualquer dano à parte da pintura que se encontre em boas condições. As tintas utilizadas devem ser compatíveis com o esquema original e fornecidas por um mesmo fabricante, mas não necessariamente o mesmo que forneceu as tintas do esquema original.

4.4.4 Aplicação de tintas de um mesmo fabricante

Visando evitar a diversificação de responsabilidades pelo desempenho do esquema de pintura a ser aplicado, as tintas componentes de um mesmo esquema devem ser de um único fabricante, não necessariamente do fabricante das tintas utilizadas na pintura anterior, desde que atendidas às condições do item b), da subseção 4.5.

4.5 RETOQUE DE PINTURA DAS OBRAS VIVAS E LINHA D'ÁGUA

a) Sempre que possível, deve ser feito o retoque em vez da pintura completa. Após a raspagem das incrustações e lavagem com jato d'água sob alta pressão, caso as áreas em epígrafe se apresentem em boas condições, com até 30 % (trinta por cento) de sua área com defeitos na pintura, é aconselhável o retoque, pois a pintura anterior é base adequada para a aplicação da nova tinta. No entanto, tendo em vista a possibilidade de ocorrência de problemas relacionados com o aumento da rugosidade do casco e descolamento de camadas de tinta, motivados pela sobreposição de diversas demãos sobre os esquemas anteriormente aplicados, recomenda-se que seja observado o número máximo de dois retoques. Atingida esta quantidade de retoques, o navio deve sofrer pintura completa. De qualquer modo, imediatamente após o término da pintura, o relatório de pintura deve ser preenchido, conforme preconizado no Apêndice AU, e enviado ao IEAPM e à DEN.

NOTA 9 - Cabe ao navio e à OMPS, com a assistência técnica do fabricante das tintas, a realização das inspeções preliminares, com o fito de decidir sobre a realização da pintura geral ou de retoques, observando as diretrizes estabelecidas neste documento.

NOTA 10 - Deve-se contatar o fabricante das tintas para orientar na definição da quantidade de tintas a ser adquirida, a fim de minimizar o desperdício.

b) Devem ser atendidas as recomendações quanto à limpeza e preparo do substrato nas áreas expostas, devendo ser aplicadas, nesses locais, tintas de características físico-químicas equivalentes ao do fabricante remanescente, dentre aquelas previamente constantes no SAbM, para os esquemas de pintura em consideração. Para tanto, devem ser exigidas dos fabricantes garantias formais (contratuais) de desempenho de seus esquemas de pintura, quanto à compatibilidade sobre os anteriormente aplicados. As garantias devem cobrir tanto falhas de desempenho, como empolamento e descolamento, quanto qualquer anormalidade devida à qualidade do produto fornecido (ver 4.6).

c) Com base no histórico de inspeções de pintura realizadas pela DEN nas embarcações da MB, verificou-se que, atualmente, para a aplicação do esquema de pintura de retoque (até 30% da área), removem-se as camadas de tinta anti-incrustante de toda a área das obras vivas e da linha d'água, aplica-se uma demão geral da tinta seladora, e em seguida duas demãos de tinta anti-incrustante.

Entretanto, após a lavagem da superfície com jato d'água a alta pressão, caso a tinta anti-incrustante existente no casco apresente-se sem defeitos de pintura, limo ou contaminantes (saís solúveis, poeira, base de craca, etc.), é possível aplicar uma demão de tinta anti-incrustante nova sobre a antiga, pois elas são compatíveis. Nesta situação, os seguintes procedimentos de pintura das obras vivas e da linha d'água dos navios devem ser adotados:

c.1 Realizar a preparação de superfície localizada nas áreas que apresentem corrosão ou descolamento de tinta (SPOT), com hidrojateamento ao grau mínimo WJ-2. Nas demais áreas, realizar uma lavagem com jato d'água a alta pressão na faixa de 400-500 bar, de forma a remover o limo e contaminantes existentes sem, contudo, remover a totalidade da tinta anti-incrustante existente;

c.2 Recompôr o esquema de pintura nas áreas com deslocamento de tinta, corrosão ou com outros defeitos de pintura até a primeira demão da tinta anti-incrustante, tendo como base o Apêndice correspondente ao tipo de embarcação em lide. Desta forma, a tinta seladora será usada localmente, ao invés de ser aplicada uma demão geral desta tinta nas obras vivas e linha d'água; e

c.3 Aplicar uma demão geral da tinta anti-incrustante nas áreas das obras vivas e linha

d'água, de modo a restabelecer a espessura preconizada para esta tinta no esquema de pintura do navio.

Este procedimento possibilitará à MB ter uma redução de custos na aplicação dos esquemas de pintura das obras vivas e linha d'água dos navios, assim como uma diminuição dos problemas de deslocamento das camadas de tinta por excesso de espessura do filme de tinta e uma adequada avaliação do custo benefício dos esquemas de pintura.

4.6 GARANTIA DA QUALIDADE DE TINTAS

Objetivando evitar o dispêndio dos recursos financeiros da MB com a aquisição de tintas não homologadas e os possíveis efeitos danosos atrelados a esta prática, tais como a necessidade de aplicação de um maior número de demãos de tintas para alcançar a espessura da película de tinta especificada, surgimento de corrosão precoce, contaminação dos sistemas de combustível e aguada, e descolamento da película de tinta aplicada, é recomendável que esses produtos sejam adquiridos preferencialmente pelo Sistema de Abastecimento da Marinha. Nos casos onde esse processo de aquisição não seja possível, recomenda-se que:

- a) As descrições dos produtos a serem adquiridos estejam em conformidade com aquelas constantes nos esquemas de pintura descritos nesta norma;
- b) Nos editais de licitação seja incluída a exigência de que as empresas participantes sejam previamente homologadas pela DEN; e
- c) O índice a ser considerado para a determinação do menor preço apresentado na licitação seja o rendimento e a garantia do bom desempenho das tintas por esquema de pintura.

De modo complementar, os seguintes requisitos contratuais também devem ser exigidos dos fabricantes:

- 1) Garantia mínima de vinte e quatro meses do desempenho de seus produtos quanto a:

- I - Compatibilidade em relação ao esquema anteriormente aplicado;
- II - Problemas de empolamento decorrentes da formação de bolhas (empolamento);
- III - Descascamento causado por má aderência; e
- IV - Qualquer anormalidade devida à qualidade do produto fornecido.

- 2) Termo de garantia de qualidade do fabricante, incluindo:

I - Certificados de análise química na entrega de todos os lotes de tintas, assinados por técnico legalmente credenciado pelo fabricante das tintas, contendo, pelo menos, os resultados dos seguintes ensaios: massa específica, secagem livre de pegajosidade, secagem a pressão, secagem para nova aplicação de pintura, tempo de vida útil, poder de cobertura, viscosidade, sólidos por massa e sólidos por volume. Adicionalmente, o fornecedor deve anexar o laudo do espectro de infravermelho característico dos produtos fornecidos à MB.

II - Supervisão técnica dos serviços de limpeza e preparação de superfície, jateamento e pintura das obras vivas, linha d'água e costado, superestrutura (externamente), tanques e conveses externos, sem ônus para a MB. Esses serviços devem ser efetuados de modo a garantir o bom desempenho do sistema de pintura aplicado nessas regiões;

III - Relatório elaborado e assinado pelo representante técnico do fabricante, descrevendo os serviços de limpeza, preparação de superfície, jateamento e aplicação dos esquemas de pintura das áreas pintadas com a sua tinta, indicando claramente qualquer não conformidade nos serviços

descritos, que deverá ser ratificado pelo representante da OMPS e pelo Oficial do navio responsável pela pintura. Cópia desse relatório deverá ser enviada, juntamente com o Relatório de Pintura do navio (Apêndice AU), para o IEAPM e para a DEN. A inexistência desse documento implicará na não aceitação de qualquer alegação futura, indicando eventuais problemas.

IV - No caso de fornecimento de produtos que não atendam aos requisitos estabelecidos pela MB, esta deve ser ressarcida com produtos de qualidade comprovadamente igual ou superior àqueles fornecidos, ou promover o reembolso financeiro equivalente, exceto:

- Quando o sistema de pintura for afetado por: problemas de excesso de potencial de proteção catódica, devido ao mau funcionamento do sistema de corrente impressa; por problema ocasionado por “corrente de fuga” ou por aplicação de tintas sobre superfícies contaminadas com sais (desde que devidamente indicada pelo assistente técnico do fabricante da tinta, no relatório citado no item 2-III e não corrigida em tempo pela MB); ou

- Quando as incrustações ocorrerem devido a danos mecânicos provocados por arraste do fundo do navio.

V - No caso de tintas anti-incrustantes, o termo de garantia do fabricante deverá prever o limite máximo de 25% de incrustações do casco em 24 meses de operação, conforme o padrão visual de avaliação (Figura 12), considerando a ocorrência de períodos alternados de comissão e atracação, que poderá ser superior a 30 dias.

4.7 CRITÉRIOS PARA A PINTURA GERAL DAS OBRAS VIVAS E DA LINHA D'ÁGUA

a) Navios de superfície, submarinos e embarcações de casco de aço

Se na docagem for constatado que a superfície se encontra com mais de 30% (trinta por cento) de área com falhas na pintura, deve ser procedida à pintura geral. Neste caso, o jateamento ao metal quase branco ao padrão Sa 2 ½ da referência 2.1 ou 2.3 é obrigatório em toda a superfície.

b) Navios de superfície e embarcações com casco de madeira

No caso da embarcação apresentar mais de 30% (trinta por cento) de suas obras vivas e linha d'água com avarias na película de tinta, devem ser tomadas as seguintes ações:

b.1 Remoção de toda tinta antiga; e

b.2 Limpeza manual das áreas a serem pintadas com lixas próprias para madeira, para que seja obtida a ancoragem adequada para a pintura.


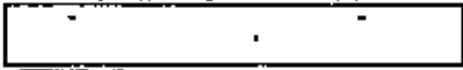
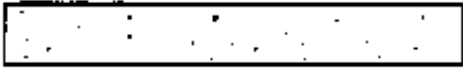

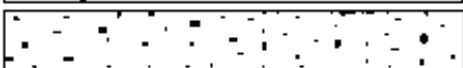
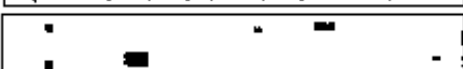
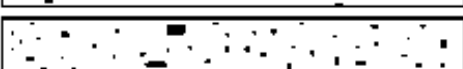

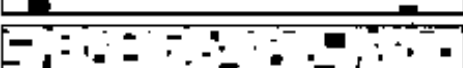
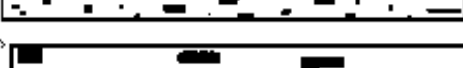








	Diagrama	0,1%
	Diagrama	0,3%
	Diagrama	1,0% (Disperso)
	Diagrama	1,0% (Localizado)
	Diagrama	3,0% (Disperso)
	Diagrama	3,0% (Localizado)
	Diagrama	5,0% (Disperso)
	Diagrama	5,0% (Localizado)
	Diagrama	10% (Disperso)
	Diagrama	10% (Localizado)
	Diagrama	15% (Disperso)
	Diagrama	15% (Localizado)
	Diagrama	25%
	Diagrama	33%
	Diagrama	50%
	Diagrama	75%
	Diagrama	90%
	Diagrama	100%

Figura 12 - Padrão visual de avaliação de incrustação.

4.8 GARANTIA DA QUALIDADE NA APLICAÇÃO DE TINTAS

Não é rara a constatação de esquemas de pintura, que teoricamente seriam de grande desempenho, falharem rapidamente por aspectos associados à má qualidade, quer do produto, quer da aplicação. Assim sendo, quando da aplicação do esquema de pintura, devem ser observados os aspectos apresentados nos subitens a seguir.

4.8.1 Tintas

a) Para cada lote de tinta recebido, devem ser comparados os resultados do certificado de qualidade emitido pelo fabricante com a especificação da tinta. No certificado de análise deve ser informado também o tempo de cura total da tinta.

b) No caso de tintas de dois componentes, verificar se o prazo de validade (“shelf life”) de cada componente é o mesmo. Ainda, verificar se o diluente e tinta são do mesmo fabricante, assim como o estado de conservação e o grau de enchimento da embalagem.

4.8.2 Preparação de superfície

Deve ser examinado visualmente se a superfície a ser pintada está isenta de poeira, óleo, pontos de corrosão e outros contaminantes prejudiciais à pintura. Comparar a superfície com o grau de limpeza especificado no esquema de pintura, tendo por base os padrões fotográficos da referência 2.1.

4.8.3 Perfil de rugosidade

Com a utilização de rugosímetro, determinar o perfil de rugosidade da superfície tratada com jateamento abrasivo. Efetuar medição do perfil de rugosidade no primeiro m^2 da área jateada ou no primeiro metro linear (m), no caso de tubulações. Prosseguir com as medições para cada 30 m^2 ou 30 m lineares, respectivamente. Devem ser efetuadas cinco medições, sendo uma no centro geométrico e as demais em suas diagonais. O valor do perfil de rugosidade é obtido pela média aritmética das cinco medições efetuadas. O mesmo deve ser proporcional à espessura mínima recomendada no esquema de pintura, sendo comum adotar-se um perfil médio de rugosidade do material de cerca de 1/4 a 1/3 da espessura total da camada de tinta prevista no esquema de pintura.

4.8.4 Película

Deve ser examinado se cada demão de tinta (durante a aplicação e após exposição) está isenta de falhas, como: escorrimento, empolamento, enrugamento, fendimento, cratera, impregnação de abrasivo, descascamento, corrosão, inclusão de pelos, poros, sangramento, manchamento, pulverização seca, empoamento, queimas, dentre outras. Ocorrendo tais falhas, as mesmas devem ser corrigidas. Adicionalmente, deve ser realizado acompanhamento da aplicação das demãos de tinta, de modo a controlar a espessura das demãos aplicadas, por meio de medidores de espessura tanto de película úmida quanto de película seca (neste caso, depois de decorrido o tempo mínimo de secagem para repintura de cada demão).

Em tubulações deve ser realizado, pelo menos, um teste de determinação de espessura seca para cada 25 m ou fração do comprimento. Para as demais regiões deve ser realizado um número de medições de espessura seca correspondente, em valor absoluto, a 10 % da área total pintada. Por exemplo: para uma área de 25 m^2 (10 % de 25 é igual a 2,5) devem ser feitas, pelo menos, 3 testes de determinação de espessura, distribuídas uniformemente por toda a área pintada; para uma área de 300 m^2 (10 % de 300 é igual a 30), devem ser feitas, pelo menos, 30 testes de espessura, distribuídas uniformemente por toda a área pintada.

4.8.5 Umidade relativa do ar e temperaturas

Devem ser efetuadas medições de umidade relativa do ar, temperatura ambiente e temperatura do substrato antes da aplicação das tintas. Repetir as medições ao longo da jornada de trabalho sempre que houver modificações ambientais como vento, neblina e queda de temperatura. Os seguintes critérios para umidade relativa do ar e temperaturas ambiente e do substrato devem ser seguidos:

- a) Umidade relativa do ar: máxima de 85% exceto para as tintas a base de zinco etil silicato, cuja umidade deve estar entre 60% e 85%.
- b) Temperatura máxima da superfície: 52 °C, exceto para as tintas de fundo zinco etil silicato que, neste caso, é de 40 °C.
- c) Temperatura mínima da superfície: pelo menos 3 °C acima do ponto de orvalho.

d) Temperatura ambiente: não deve ser feita nenhuma aplicação de tinta epóxi bicomponente quando a temperatura ambiente for inferior a 5 °C, salvo quando se tratar de tintas cuja secagem se opera exclusivamente pela evaporação dos solventes, que podem ser aplicadas se a temperatura não for inferior a 2 °C.

NOTA 11 - Tintas formuladas especificamente para aplicação sobre superfícies com condensação de umidade, com umidade residual ou úmidas não estão sujeitas às restrições do ponto de orvalho e de umidade relativa.

4.8.6 Aderência

Efetuar o teste de aderência conforme a referência 2.11. Para espessura de película seca maior ou igual a 70 micrometros, deve ser utilizado o método A (corte em X), cujo nível de aceitação é $X_1 Y_2$.

Quando são utilizadas demãos de tinta de fundo rica em zinco, deve ser utilizado somente o método A (corte em X) da referência 2.11, e o critério de aceitação para esta demão passa a ser $X_2 Y_2$, bem como para as demãos posteriores a esta.

Para espessura de película seca menor que 70 micrometros, deve ser utilizado o método B (corte em grade) da referência 2.11, cujo nível de aceitação é Gr_1 .

4.9 CUIDADOS ADICIONAIS PARA PINTURA DE SUPERFÍCIES DE ÁREAS CONFINADAS

Todas as pessoas envolvidas nesse tipo de faina devem estar cientes dos problemas de segurança para a pintura de espaços confinados, visto que qualquer tinta que contenha solventes orgânicos pode, pelo processo normal de secagem, liberar vapores de solvente suficientes para produzir uma mistura explosiva, quando a concentração desses vapores atingir 1% do volume de ar. Desta forma, são necessárias algumas precauções de segurança, tais como:

a) Necessidade de ventilação forçada através de insuflador (mais eficiente que o processo de exaustor), a fim de assegurar o número de trocas de ar por hora, necessário para manter abaixo de 1% o volume de vapor de solvente no ar;

b) Os pintores devem trabalhar com máscaras supridas de ar fresco do exterior e traje de proteção individual completo. As roupas devem ser de algodão ou outra fibra natural, não sendo permitidos tecidos de fibras sintéticas, devido ao acúmulo de cargas estáticas nesses tecidos;

c) Todos os equipamentos e a superfície a ser pintada devem ter aterramento perfeito;

d) As ferramentas a serem utilizadas devem ser à prova de faísca;

e) Nas paredes externas e áreas próximas, não deve haver trabalhos com solda, esmeril ou qualquer outro trabalho que possa gerar calor, fogo ou faísca;

f) Nenhum interruptor, caixa de conexão elétrica ou lâmpada pode ser instalada no interior do tanque, salvo se a prova de explosão;

g) O pintor no interior do tanque deve possuir um cinto de proteção ligado ao exterior do tanque através de um cabo, para permitir a remoção dele em caso de emergência. Deverá ser mantido um vigia permanente, externamente ao tanque;

h) Os equipamentos para salvamento e suprimento de ar (cilindro com ar comprimido) devem ser mantidos próximos e prontos para uso; e

i) Não deve ser permitido fumar nas proximidades do tanque com a pintura em andamento.

NOTA 12 - Para informações mais detalhadas sobre as condições exigíveis de segurança por ocasião de inspeções em espaços confinados devem ser observados os requisitos estabelecidos na referência 2.7.

NOTA 13 - A fim de facilitar o preenchimento do relatório de pintura e permitir um melhor planejamento dos produtos a serem adquiridos e o acompanhamento dos serviços executados, foram incluídas, para preenchimento pelo usuário antes e durante os serviços de pintura, as colunas referentes a sólidos por volume, espessura úmida, rendimento teórico e intervalos mínimo e máximo para nova aplicação de pintura.

Os apêndices, a seguir, apresentam diversos esquemas de pintura que devem ser empregados pelos meios navais, de acordo com as regiões a serem pintadas.

APÊNDICE A DO ANEXO DA ENGENALMARINST Nº 60-01E
(Normativo)

ESQUEMA DE PINTURA DE NAVIOS E EMBARCAÇÕES DE SUPERFÍCIE, EM AÇO, PINTADOS DE CINZA

ÁREA DE PINTURA: Costado e Superestrutura									
ESQUEMA DE PINTURA: Alquídic									
PREPARO DE SUPERFÍCIE: Remoção de contaminantes (óleo / graxa) com desengraxante. Hidrojateamento a média pressão para remoção de salinidade. Jateamento abrasivo padrão Sa 2 ½.									
Nº de demãos	PRODUTO	COR	S/V(%)	E.ÚMIDA (µm)	E. SECA MÍNIMA POR DEMÃO (µm)	REND. TEÓR. (m²/l)	INTERVALO (h)		NSN
							MIN.	MÁX.	
01	Holding primer epoxi óxido de ferro (N-1202)	vermelha óxido			40				19-002-9540 (BU) 19-001-8689 (GL)
01	Tinta anticorrosiva alquídica alta espessura fosfato de zinco	cinza			75				19-003-3917 (BU) 19-003-3918 (GL)
01	Tinta anticorrosiva alquídica alta espessura fosfato de zinco	vermelha			75				19-003-4771 (BU) 19-003-3919 (GL)
02	Tinta de acabamento alquídico semibrilhante (N-1232)	cinza ref. 26270 Fed Std 595			40				19-002-9541 (BU)
ESPESSURA TOTAL DO ESQUEMA DE PINTURA:					270 µm				
Requisitos relevantes: <ol style="list-style-type: none"> Obedecer o intervalo de tempo entre demãos, especificado no boletim técnico dos produtos, durante a pintura. Consultar sempre a última edição do catálogo técnico. Não pintar com umidade relativa do ar acima de 85%, sob chuva, orvalho ou condensação, exceto se expressamente indicado no catálogo técnico ou pelo assistente técnico do fabricante do produto. Para estimar o rendimento ou consumo prático na obra, levar em conta o perfil de rugosidade da superfície, a espessura aplicada em excesso, a metodologia da aplicação e a geometria (chapas, perfilados, tubulações, etc.). No caso de retoque de pintura sobre a tinta de acabamento do esquema anteriormente utilizado, deve ser aplicada a tinta de acabamento alquídica semibrilhante Munsell 10BG6/1, NSN 19-002-9749 (BU) ou 19-002-9834 (GL). 									

APÊNDICE B DO ANEXO DA ENGENALMARINST Nº 60-01E
(Normativo)

ESQUEMA DE PINTURA DE NAVIOS E EMBARCAÇÕES DE SUPERFÍCIE, EM AÇO, PINTADOS DE BRANCO

ÁREA DE PINTURA: Costado e Superestrutura									
ESQUEMA DE PINTURA: Alquídic									
PREPARO DE SUPERFÍCIE: Remoção de contaminantes (óleo /graxa) com desengraxante. Hidrojateamento a média pressão para remoção de salinidade. Jateamento abrasivo padrão Sa 2 ½.									
Nº de demãos	PRODUTO	COR	S/V(%)	E.ÚMIDA (µm)	E. SECA MÍNIMA POR DEMÃO (µm)	REND. TEÓR. (m²/l)	INTERVALO (h)		NSN
							MIN.	MÁX.	
01	Holding primer epoxi óxido de ferro (N-1202)	vermelha óxido			40				19-002-9540 (BU) 19-001-8689 (GL)
01	Tinta anticorrosiva alquídica alta espessura fosfato de zinco	cinza			75				19-003-3917 (BU) 19-003-3918 (GL)
01	Tinta anticorrosiva alquídica alta espessura fosfato de zinco	vermelha			75				19-003-4771 (BU) 19-003-3919 (GL)
02	Tinta de acabamento alquídico semibrilhante (N-1232)	branca Munsell N-9,5			40				19-002-9570 (BU) 19-002-3205 (GL)
ESPESSURA TOTAL DO ESQUEMA DE PINTURA:						270 µm			
Requisitos relevantes:									
1. Obedecer o intervalo de tempo entre demãos, especificado no boletim técnico dos produtos, durante a pintura.									
2. Consultar sempre a última edição do catálogo técnico.									
3. Não pintar com umidade relativa do ar acima de 85%, sob chuva, orvalho ou condensação, exceto se expressamente indicado no catálogo técnico ou indicado pelo assistente técnico do fabricante do produto.									
4. Para estimar o rendimento ou consumo prático na obra, levar em conta o perfil de rugosidade da superfície, a espessura aplicada em excesso, a metodologia da aplicação e a geometria (chapas, perfilados, tubulações, etc.).									

MARINHA DO BRASIL
ESTAÇÃO NAVAL DO RIO GRANDE

DECLARAÇÃO DE VISTORIA E PLENO CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

Declaro que a empresa _____
_____ inscrita sob o CNPJ nº: _____ com
sede na _____
_____ por intermédio de seu
representante legal, o(a) Sr.(a) _____,
infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e
do CPF/MF nº _____, para fins do disposto no Edital, realizou vistoria minuciosa ao local e coletou informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial.

Assim sendo, atesto ter conhecimento de todas as condições locais para execução do objeto, bem como, de todas as exigências e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho relacionado ao objeto do Pregão nº ____/_____, promovido pela Estação Naval do Rio Grande, inscrita sob o CNPJ nº: 00.394.502/0195-97, assumindo total responsabilidade por este fato e que, caso seja vencedora, será plenamente capaz de prestá-los nas condições existentes, não cabendo posteriormente qualquer alegação de seu desconhecimento.

Rio Grande - RS, ____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE DA EMPRESA

MARINHA DO BRASIL
ESTAÇÃO NAVAL DO RIO GRANDE

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE VISTORIA POR POSSUIR PLENO CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

Declaro que a empresa _____
_____ inscrita sob o CNPJ nº: _____ com
sede na _____
_____ por intermédio de seu
representante legal, o(a) Sr.(a) _____,
infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e
do CPF/MF nº _____, para fins do disposto no Edital, optou pela não realização de vistoria, por já possuir conhecimento acerca do local e das condições de execução do objeto.

Assim sendo, atesto ter conhecimento de todas as condições locais para execução do objeto, bem como, de todas as exigências e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho relacionado ao objeto do Pregão nº ____/_____, promovido pela Estação Naval do Rio Grande, inscrita sob o CNPJ nº: 00.394.502/0195-97, assumindo total responsabilidade por este fato e que, caso seja vencedora, será plenamente capaz de prestá-los nas condições existentes, não cabendo posteriormente qualquer alegação de seu desconhecimento.

Rio Grande - RS, ____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE DA EMPRESA

Rio Grande - RS, ____ de _____ de _____.

MEMBRO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

REPRESENTANTE DA EMPRESA



MARINHA DO BRASIL
ESTAÇÃO NAVAL DO RIO GRANDE

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO (TERD)

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____ recebemos, em caráter DEFINITIVO, os serviços de _____

referentes à Nota de Empenho nº _____ firmados entre a Estação Naval do Rio Grande (ENRG), inscrita sob o CNPJ nº: 00.394.502/0195-97 e a empresa _____, inscrita sob o CNPJ nº _____.

Após constatar que os serviços citados acima foram executados de acordo com as condições contratuais, Termo de Referência, normas técnicas em vigor e em obediência aos projetos, especificações técnicas e demais elementos fornecidos pela contratante, e achando-se concluídos, expediu-se o presente TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

OBS: Documentos Entregues:

Rio Grande - RS, ____ de _____ de _____.

Gestor do contrato

Representante da empresa

ESTACAO NAVAL DO RIO GRANDE

Contrato 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	785800-ESTACAO NAVAL DO RIO GRANDE	ALEX APARECIDO DE SOUZA	23/01/2026 15:49 (v 0.3)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		63195.001286/2025-97

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

(Processo Administrativo nº 63195.001286/2025-97)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA **ESTAÇÃO NAVAL DO RIO GRANDE (ENRG)** E

A União, por intermédio da **Estação Naval do Rio Grande (ENRG)**, com sede na **Avenida Honório Bicalho, portão 09 – CEP: 96201-020 - Getúlio Vargas**, na cidade de **Rio Grande/RS**, inscrita no CNPJ sob o nº **00.394.502/0195-97**, neste ato representada pelo **Sr. Comandante Capitão de Fragata Leandro Ferreira Nunes**, nomeado pela Portaria nº **207/MB/MD**, de **10 de setembro de 2024**, publicada no *DOU* de **11 de setembro de 2024**, portador da Matrícula Funcional nº **97.0340.61**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **63195.001286/2025-97** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **90001/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **empresa especializada para fornecimento de serviços de limpeza, desgaseificação, tratamento de superfície e pintura interna de tanques**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

2						
3						
...				[A4]		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **30 dias** contados do **recebimento da Nota de Empenho**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

OU

~~2.3. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:~~

~~2.4.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;~~

~~2.4.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;~~

~~2.4.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;~~

~~2.4.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;~~

~~2.4.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e~~

~~2.4.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin[A3]).~~

~~2.5. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.~~

~~2.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.~~

~~2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.~~

~~2.8. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.~~

~~**OU**~~

~~2.9. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo - máximo de um ano]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021**[A4]**.~~

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Matriz de risco[A1]**:**

~~3.1.1. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE:~~

~~3.1.1.1. [...];~~

~~3.1.1.2. [...]; e~~

~~3.1.1.3. [...].~~

~~3.1.2. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATADO:~~

~~3.1.2.1. [...];~~

~~3.1.2.2. [...]; e~~

~~3.1.2.3. [...].~~

~~3.2. Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, na proporção de **XX%** (**xxxxx** por cento) para o CONTRATANTE e **XX%** (**xxxxx** por cento) para o CONTRATADO:~~

~~3.2.1. [...];~~

~~3.2.2. [...]; e~~

~~3.2.3. [...].~~

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

~~5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxx** (**xxxxxxxx**), perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx** (**xxxxxxxx**).~~

~~**OU**~~

~~5.2. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx** (**xxxxxxxx**)~~

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.9. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10.1 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1.1 A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias**;

~~8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais[A3];~~

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

~~8.1.18. Exigir do CONTRATADO que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:~~

~~8.1.18.1 "As built", elaborado pelo responsável por sua execução;~~

~~8.1.18.2 Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;~~

~~8.1.18.3 Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;~~

~~8.1.18.4 Carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e~~

~~8.1.18.5 Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;~~

~~8.1.19. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.~~

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

~~9.36. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));~~

~~9.37. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.[A6] -~~

~~9.38. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;~~

~~9.39. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.[A7] -~~

~~9.39.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.~~

9.40. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;

9.41. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

9.42. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

9.43. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

9.44. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

9.45. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;

9.46. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

9.47. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

9.48. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

9.49. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho,

condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

9.50. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

9.51. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

9.51.1 manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.51.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.51.3. florestas plantadas; e

9.51.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.52. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

9.52.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

9.52.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

9.52.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.52.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.53. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

9.53.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.53.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.53.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.53.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.53.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.53.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.53.3.. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.53.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.54. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.54.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.54.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

9.55. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.56. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.57. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.58. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

~~9.59. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelo CONTRATADO, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos;~~

~~9.59.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.[A9]~~

~~9.60. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o CONTRATADO deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.~~

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A2]

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A3]

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

~~OU~~

~~11.2. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.~~

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

~~OU~~

~~13.4. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes[A1].~~

~~13.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.~~

~~13.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.~~

~~13.7. Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[A2]~~

~~OU~~

~~13.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A3] contraentes.~~

13.9. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.10. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.11. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.12. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.13. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.13.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.13.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.13.3 Das indenizações e multas.

13.14. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.15. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.15.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.15.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.16. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

~~15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.[A1]~~

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em [Rio Grande/RS](#), Seção Judiciária de [Rio Grande/RS](#) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2- [A1]

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALEX APARECIDO DE SOUZA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 23/01/2026 às 15:47:07.

Despacho: Portaria n.º 72/2025 - ENRG, de 17 de setembro de 2025.

JAIRO SILVA DE MACEDO BRITO

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 23/01/2026 às 15:49:34.

ESTACAO NAVAL DO RIO GRANDE

Ata de Registro de Preços 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	785800-ESTACAO NAVAL DO RIO GRANDE	ALEX APARECIDO DE SOUZA	23/01/2026 15:50 (v 0.3)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		63195.001286/2025-97

1. Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A Estação Naval do Rio Grande (ENRG) com sede na Avenida Honório Bicalho, portão 09 – CEP: 96201-020 - Getúlio Vargas, na cidade de Rio Grande/RS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.502/0195-97, neste ato representada pelo Sr. Comandante Capitão de Fragata Leandro Ferreira Nunes, nomeado pela Portaria nº 207/MB/MD , de 10 de setembro de 2024, publicada no DOU de 11 de setembro de 2024, portador da Matrícula Funcional nº 97.0340.61, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica ~~OU [procedimento de contratação direta]~~, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 63195.001286/2025-97, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ~~OU [Aviso da Contratação Direta]~~, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços de limpeza, desgaseificação, tratamento de superfície e pintura interna de tanques, especificados no item 1 do Termo de Referência, anexo 1 do edital de licitação ~~OU [aviso da contratação direta]~~ n.º 1 /2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]
do	

TR								
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a [Estação Naval do Rio Grande](#).

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

~~OU~~

~~3.3. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:~~

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ~~ou desta contratação direta~~, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

~~OU~~

~~4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:~~

~~4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;~~

~~4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e~~

~~4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.~~

~~4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.~~

~~4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.~~

~~4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.~~

~~4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.~~

~~4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.~~

Dos limites para as adesões

~~4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.~~

~~4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.~~

~~4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.~~

~~4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

Vedação a acréscimo de quantitativos

~~4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.~~

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ~~ou [não poderá]~~ ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ~~OU [aviso de contratação direta]~~ e se obrigar nos limites dela;

5.4.2.. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ~~OU [aviso de contratação direta]~~; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ~~ou [aviso de contratação direta]~~, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021[A1] ;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.[A1]

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ~~OU [aviso de contratação direta]~~.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente[A1] após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital ~~OU [aviso de contratação direta]~~.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO - CADASTRO RESERVA

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade


13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria n.º 72/2025 - ENRG, de 17 de setembro de 2025.

ALEX APARECIDO DE SOUZA


Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

 Assinou eletronicamente em 23/01/2026 às 15:47:59.

Despacho: Portaria n.º 72/2025 - ENRG, de 17 de setembro de 2025.

JAIRO SILVA DE MACEDO BRITO

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

 Assinou eletronicamente em 23/01/2026 às 15:50:51.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA					
EMPRESA :					
CNPJ :					
NOME DO RESPONSÁVEL:					
ENDEREÇO:					
EMAIL :		TELEFONE:			
DATA:					
MARINHA DO BRASIL - ESTAÇÃO NAVAL DO RIO GRANDE					
PREGÃO ELETRÔNICO 90001/2026					
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESGASEIFICAÇÃO, TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE E PINTURA INTERNA DE TANQUES					
SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESGASEIFICAÇÃO, TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE E PINTURA INTERNA DE TANQUES.					
ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO	UF	QDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Limpeza e desgaseificação de tanques de óleo combustível com emissão de laudo técnico. O volume residual dos tanques e dos resíduos gerados durante a limpeza deverão ser retirados e destinados conforme legislação vigente.	m³	100		
2	Limpeza dos tanques de aguada.	m³	1000		
3	Tratamento Mecânico Grau St3 das superfícies internas dos tanques + aplicação de primer.	m²	200		
4	Aplicação de esquema de pintura de tanques de aguada, conforme ENGENALMARINST Nº 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	m²	1000		
5	Aplicação de esquema de pintura de tanques de combustíveis, lubrificantes, lastro e séptico, conforme ENGENALMARINST Nº 60-01E (tratamento de superfície + pintura).	m²	1000		
6	Retirada de resíduos oleosos e destinação conforme legislação vigente.	m³	50		
VALOR TOTAL DO GRUPO 5					

ASSINATURA